



ITAMAR DE SOUZA

A República Velha no Rio Grande do Norte

COLEÇÃO HISTÓRIA POTIGUAR

EDUFRN
Editora da UFRN

Terceira Parte

APOLÍTICA

I A Proclamação da República no Rio Grande do Norte

A Proclamação da República, ocorrida a 15 de novembro de 1889 na então Capital Federal, provocou em todos os Estados uma cadeia de atos semelhantes. Os partidários do Regime Republicano, envolvidos num misto de incertezas e euforia, tomavam o poder das mãos dos monarquistas decadentes.

Desde meados do século XIX que as idéias republicanas vinham se espalhando pela Província através de políticos liberais e de intelectuais não comprometidos com a monarquia.

No Rio Grande do Norte, o Partido Republicano já estava fundado por Pedro Velho e familiares, em janeiro de 1889. Assim, quando o marechal Deodoro proclamou a República, o novo regime já contava com grupos suficientemente organizados para se impor. Não havia condições para um retrocesso político. Aquele desfecho já era vislumbrado pelos liberais mais clarividentes.

Ciente da Proclamação da República através de um telegrama que recebera, no dia 15, de José Leão, norte-rio-grandense, republicano histórico, residente no Rio de Janeiro, Pedro Velho redigiu e mandou distribuir o seguinte boletim:

Brasileiros!

Está proclamada a República!

Povo, Exército e Armada, na mais patriótica e sublime confraternização, sacodem o jugo vergonhoso do Império e firmam os seus foros de cidadãos.

Purificou-se, enfim, o Continente Novo!

Hoje, de um a outro pólo, do Atlântico ao Pacífico, há uma só crença: a soberania popular é a lei americana. A alma nacional, inundada de júbilo, destitui o Império e firma-se na capital brasileira um governo provisório composto do grande Quintino Bocaiúva, do invicto general Deodoro e do ilustre publicista Aristides Lobo. A República é a paz, a ordem, a tranquilidade interna, a harmonia internacional, a civilização e o progresso.

Os ódios e rancores partidários não cabem em corações cheios da luz redentora da Liberdade. O Brasil em pouco tempo deu ao mundo dois grandes exemplos de civismo, que lhe conquistaram na história um lugar de honra, uma glória imortal.

13 de maio e 15 de novembro!

São na vida nacional os dois pontos de apoio da nossa futura evolução política, social e econômica.

Viva a República!

Viva a Pátria brasileira!

Viva o povo norte-rio-grandense!

Viva o governo provisório!

Natal, 15 de novembro.

Dr. Pedro Velho.¹¹⁹

Apesar do entusiasmo contido nesse boletim, prevaleceu, entre os republicanos, um clima de expectativa, fruto do medo de um retrocesso monarquista. Com o suceder das horas, a situação começou a clarear. Induzido por José Leão, Aristides Lobo passou um telegrama que foi decisivo: “Dr. Pedro Velho – assumo o Governo, proclame a República. Aristides Lobo”.¹²⁰

Esse telegrama foi aqui recebido entre 16 e 17 de novembro.

119 CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965, p. 127-128.

120 CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965, p. 130.

Governava a Província, desde 23 de outubro de 1889, o tenente-coronel Antônio Basílio Ribeiro Dantas, 1º vice-presidente.

Consciente da mudança histórica que se processava no país, Antônio Basílio só esperava a hora de saber a quem deveria transmitir o governo. Na manhã do dia 17 de novembro, mandou o Dr. Heráclito de Araújo Vilar convidar Pedro Velho para ficar à frente do Governo. Este, receoso de ser acusado de usurpador pelos adversários ou correligionários, resolveu consultar alguns líderes. Para surpresa de muitos, dirigiu-se preferencialmente aos conservadores decaídos e aos liberais, deixando de lado vários republicanos históricos.

A idéia da mudança do governo corria veloz pelas artérias da capital. Na hora aprazada, às 15 horas do dia 17 de novembro, Pedro Velho foi ao Palácio do governo, que, naquela época, funcionava na rua Tarquínio de Souza, hoje rua Chile. Lá, perante uma multidão de cerca de trezentas pessoas e das autoridades militares aqui sediadas, Pedro Velho foi aclamado Presidente, pelo comandante Leôncio Rosa, capitão dos portos.

Passados os momentos da assinatura da ata e dos abraços de parabéns, Pedro Velho começou a governar o Rio Grande do Norte pela primeira vez. Era o coroamento de um trabalho arriscado e penoso, iniciado há mais de um ano.

Enquanto isso, Antônio Basílio, conformado e aliviado, viajou para São José de Mipibu, para cuidar da sua propriedade Sapé.

2 O Fenômeno Oligárquico no Brasil

Etimologicamente, o termo oligarquia vem do grego: *ólíyos* = pouco, número reduzido; *arco* = comandar. Significa, pois, governo exercido por um número reduzido de pessoas.¹²¹

Desde a antiguidade que a história tem registrado a existência de governos oligarcas em vários Estados gregos, e mesmo em Roma.

121 BIROU, A. *Dicionário das Ciências Sociais*. 4. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1978, p. 285.

No seu livro, *Política*, Aristóteles analisa longamente a oligarquia como uma deturpação do governo democrático.

Na formação política da sociedade brasileira, observa adequadamente Carone, a oligarquia adquiriu um conceito mais específico: “o de governo baseado na estrutura familiar patriarcal”.¹²²

No contexto brasileiro, as oligarquias têm suas raízes na propriedade territorial configurada inicialmente na divisão do país em capitanias hereditárias e subdivididas pelo sistema sesmarial. Por isso, as oligarquias sempre tiveram no coronelismo o seu aliado historicamente mais remoto.

Se durante a Monarquia o Brasil foi governado por uma só família, a Família Real, com a Proclamação da República o poder passou a ser exercido por um conjunto de famílias espalhadas em cada Estado.

Essas oligarquias deturparam constantemente, e de várias formas, o Regime Republicano.

Os partidos políticos da República Velha, em vez de serem a expressão política da nação organizada, não passavam de uma ampliação do clã parental. Manipulando a legislação eleitoral, os oligarcas se perpetuaram no poder através de eleições a bico de pena. Mediante as célebres revisões eleitorais, verdadeiros expurgos, os eleitores mais qualificados da oposição eram postos à margem do processo eleitoral naqueles municípios onde a oposição dava sinais de vitória.

Dessa maneira, Estado e partido político no poder formavam um binômio inseparável. Nessas condições, a rotatividade das elites no poder, elemento básico do regime democrático, tornava-se inviável.

Na maioria das vezes, o opositor político não era visto como um adversário, mas, sim, como um inimigo. Para esmagá-lo, os oligarcas acionavam constantemente o aparelho fiscal e policial.

122 CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1975, p. 269.

Para os parentes e correligionários intransigentes, todas as benesses do poder, mesmo contrariando as leis vigentes; para os adversários, o rigor da lei e a força do árbitro.

A administração da *res publica* se confundia constantemente com a *res privada*. A distinção entre ambas era reconhecida apenas no nível acadêmico.

Subordinando o Governo aos interesses familiares, os oligarcas fizeram de cada Estado brasileiro uma empresa privada, onde a conveniência dos arranjos políticos se sobrepunha a toda ética objetiva.

Por todas essas razões, que representavam na prática a deturpação da democracia brasileira pelas oligarquias, foi que os republicanos históricos exclamavam decepcionados: “Esta não é a República dos meus sonhos!”¹²³

A geografia das oligarquias na República Velha era do tamanho do mapa do Brasil. Faremos, a seguir, referências a algumas delas.¹²⁴

No Rio Grande do Sul, a oligarquia de Borges de Medeiros dominou por vinte e cinco anos. Sua hegemonia só foi interrompida em 1923, quando o presidente Arthur Bernardes obrigou-o a alterar a Constituição para coibir a reeleição do corrilho dominante.

Em São Paulo, os grupos oligárquicos eram mais numerosos, acobertados sob a sigla do Partido Republicano Paulista, onde os grupos de Rodrigues Alves, Bernardino Campos, Campos Sales e Washington Luís ocupavam os cargos de destaque.

O Estado do Rio, pelo fato de ser sede do Distrito Federal, foi governado por sucessivas oligarquias de curta duração, sendo a de maior importância a de Francisco Portela Tomás Porciúncula, substituída pela de Nilo Peçanha.

Minas Gerais parece ter sido a pátria das oligarquias, desde os tempos da Monarquia. Apesar da complexidade do seu quadro

123 PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, Tomo 3, 1977, p. 155.

124 Para uma análise mais aprofundada sobre cada uma delas, consultar CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1975, p. 277-287.

político, dois grupos oligárquicos dominaram longamente aquele estado: o de Bías Fortes Francisco Sales e, depois, o grupo de Arthur Bernardes a partir de 1918.

Em Pernambuco, imperou ininterruptamente durante quinze anos (1896 a 1911) a oligarquia Rosa e Silva, que foi derrubada pelo general Dantas Barreto, ao tempo das “salvações do Norte” (1911). Mesmo derrotado, Rosa e Silva ainda conseguiu eleger ao governo do Estado, em 1926, o Sr. Estácio de Coimbra.

O Estado de Alagoas foi dominado pelos Maltas, chefiados por Euclides Vieira Malta, desde 1900 até 1912.

Na Paraíba, pontificava a oligarquia de Venâncio Neiva, que foi substituída pela de Álvaro Machado.

Fenômeno semelhante ocorreu no Pará, onde Antônio Lemos dominou os partidos e o Estado por muitos anos.

O Ceará apresentou um dos exemplos mais inconfundíveis de poder oligárquico com a ascensão ao governo de Antônio Pinto Nogueira Aciole. Preencheu todos os cargos importantes da administração do estado com seus parentes ou leais correligionários. Para se manterem no poder, os Acioles dilapidaram o erário público, incendiaram jornais de oposição e manipularam a legislação do Estado em seu favor.

O coronel Franco Rabelo os depôs pelas armas em 1911. A reação não tardou. Apoiados pelo Padre Cícero, os Acioles, juntamente com os coronéis descontentes, fizeram a Revolução de 1914, que culminou com a queda de Franco Rabelo. A partir de então, outros grupos oligárquicos compartilharam do poder político do Ceará.

Finalmente, cabe-nos lembrar a oligarquia Maranhão no Rio Grande do Norte, chefiada por Pedro Velho e Alberto Maranhão, que governou o estado durante vinte e oito anos ininterruptos (1890-1918).

3 Pedro Velho e a Oligarquia Albuquerque Maranhão

A história da sociedade nordestina e, particularmente do Rio Grande do Norte, está marcada pela presença dessa família desde o início da Colonização.¹²⁵ Só conseguimos entender o peso dessa afirmativa, quando atentamos para as ramificações que a família Albuquerque teve, ao longo de quatro séculos, com as famílias Cavalcanti, Melo, Arcoverde, Lins, Siqueira Cavalcanti, Holanda Cavalcanti, Lacerda, Rêgo, Barros, Paes Barreto, Pires e outras.¹²⁶

Segundo João D'Albuquerque Maranhão,

a família Albuquerque origina-se de D. Afonso Sanches, filho natural del-rei D. Diniz – 1299/1325 – VI monarca de Portugal e de D. Aldonça Roiz Telha, o qual casou com D. Tereza Liz, filha de D. Joan Afonso Menezes, Conde de Barcelos, senhor de Albuquerque e de sua primeira mulher D. Teresa Sanches, filha do Rei de Castela, D. Sãncho IV.¹²⁷

Os Albuquerques chegaram ao Nordeste brasileiro através de Jerônimo de Albuquerque e de sua irmã, D. Brites de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho Pereira, donatário da Capitania de Pernambuco.

Ao lado do ilustre cunhado, Jerônimo participou intensamente das lutas armadas para dominar o gentio e, nas horas vagas, exercitou de tal maneira a sua proficiência genitora com índias e mulheres brancas, que os seus coevos deram-lhe a alcunha de “Adão

125 Além dessa família, outras exerceram um papel de relevo e de dominação em toda a sociedade nordestina. Para ressaltar os seus vícios, os adversários costumavam dizer: “não há Cavalcanti que não deva, Albuquerque que não minta e Wanderley que não beba.” Cf. MARANHÃO, João d'Albuquerque. *História da Casa de Cunhaú*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956, p. IV.

126 MARANHÃO, João d'Albuquerque. *História da Casa de Cunhaú*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956, p. 49.

127 MARANHÃO, João d'Albuquerque. *História da Casa de Cunhaú*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956, p. 49.

Pernambucano”. Faleceu em Olinda, em fevereiro de 1594, contando 80 anos de idade.

Sua descendência chegou ao Rio Grande do Norte através do seu filho Jerônimo de Albuquerque, que nasceu em Olinda, em 1548. Do seu enlace matrimonial com D. Catarina Pinheiro Feio, nasceram dois filhos: Antônio e Matias.

Em 1603, Jerônimo de Albuquerque foi nomeado capitão-mor do Rio Grande do Norte. No intuito de promover o povoamento da Capitania e assegurar um grande patrimônio para os seus descendentes, ele doou aos seus filhos, Antônio e Matias, em 1604, cinco mil braças quadradas de terra na várzea do Cunhaú e em Canguaretama. Eram as melhores terras da Capitania. Nessa sesmaria, Jerônimo fundou a Casa de Cunhaú, de onde saiu com os seus dois filhos para conquistar o Maranhão.

Afirma Vicente de Lemos que,

por causa desta conquista que realizou a 2 de novembro de 1615, foi Jerônimo de Albuquerque escolhido para governador do Maranhão, por Alexandre Moura, recebendo mais tarde, por mercê régia de Felipe IV, o sobrenome de Maranhão, pelo qual ficaram também conhecidos os seus descendentes.¹²⁸

Jerônimo faleceu no Maranhão, em 1618, aos 70 anos de idade. Foi seu sucessor no governo daquela Província, por apenas 14 meses, o seu filho Antônio de Albuquerque Maranhão.

Quando os holandeses invadiram a Paraíba em 1634, Antônio de Albuquerque governava aquela Província há 12 anos, isto é, de 1622 a 34. Resistiu ao invasor o quanto pôde. Vencido pelos holandeses, ele fugiu para Pernambuco e, daí, seguiu para Portugal, onde foi governador do Mazagão. Faleceu em 1667.¹²⁹

128 LEMOS, Vicente de. *Capitães-Mores e Governador do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: *Jornal do Comércio*, 1912, p. 8.

129 MARANHÃO, João d'Albuquerque. *História da Casa de Cunhaú*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1956, cap. 2.

Matias, que morava em Cunhaú, foi também com o pai lutar contra os franceses no Maranhão. Em 1619, ele governou o Pará, substituindo o seu primo Jerônimo Fragoso de Albuquerque. Durou poucos dias o seu governo, pois foi logo destituído das suas prerrogativas governamentais.

Quando os holandeses invadiram o Nordeste, lá estava Matias de Albuquerque combatendo-os tenazmente na Paraíba, em Itamaracá e noutras localidades. Uma vez consolidado o domínio holandês, ele retirou-se para Portugal e depois veio para o Rio de Janeiro, onde viveu de 1643 a 1656. De lá veio governar a Província da Paraíba após a expulsão dos holandeses (de 1657 a 1663). Terminou os seus dias de vida no engenho Cunhaú.

Do casamento de Matias de Albuquerque Maranhão com D. Isabel da Câmara, nasceram dez filhos: Antônio, Lopo, Catarina, Joana, Mariana, Apolônia, Jerônimo, Pedro, Ana Maria e Afonso. Por sua vez, da união entre Afonso de Albuquerque Maranhão e D. Isabel de Barros Pacheco, nasceu André de Albuquerque Maranhão, que seria o pai de André de Albuquerque, líder e mártir do Movimento Republicano de 1817, no Rio Grande do Norte.

Não seria exagero afirmar que a Revolução Pernambucana de 1817 foi realizada, no Rio Grande do Norte, predominantemente pela família Albuquerque Maranhão, espalhada nos engenhos Bom Pastor, Torres, Maranhão, Antônia Freire, Mangueira, Cruzeiro, Estrela, Belém e Estivas, situados entre Natal e Canguaretama.

Na opinião do historiador Tavares de Lyra, André de Albuquerque, chefe desse movimento de 1817, atraiu para junto de si cerca de oito parentes, que desempenharam papel decisivo na organização desse levante pernambucano.¹³⁰

O martírio de André de Albuquerque não significou a morte dos ideais republicanos pelos quais ele tanto lutou. Setenta e dois anos depois, são justamente os seus descendentes que implantaram o Regime Republicano no Rio Grande do Norte.

130 LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília, 1982, p. 190-204.

Através do casamento de Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão com D. Feliciano Maria, filha de Fabrício Gomes Pedroza, senhor-de-engenho e grande comerciante em Macaíba, a família Albuquerque voltou a desempenhar papel de destaque na política do Rio Grande do Norte.

Amaro Barreto constituiu uma família numerosa composta dos seguintes filhos: Fabrício Gomes Albuquerque Maranhão, Maria da Silva, Pedro Velho, Inês Augusta, Adelino, Amaro, Sérgio Pantaleão, Augusto Severo, Isabel Cândida, Luís Carlos e Joaquim Scipião (gêmeos), Amélia Augusta, Alberto Maranhão e Áurea Justa.

Essa família foi, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a mais representativa da burguesia agrocomercial exportadora do Rio Grande do Norte. Amaro Barreto, burguês bem-sucedido, proporcionou aos filhos a melhor educação daquela época. Pedro Velho formou-se em Medicina, pela Faculdade de Salvador; Augusto Severo, que estudou Engenharia no Rio de Janeiro, era o gênio da família, immortalizando-se como o inventor do balão Pax; Amaro e Scipião dedicaram-se à música; Alberto bacharelou-se em Direito, governou o Estado por duas vezes e sucedeu a Pedro Velho no comando da política. Entre as mulheres, destacou-se Inês Augusta, que casou-se com o industrial Juvino Barreto, dono da fábrica de tecidos.¹³¹

Foi essa família, comandada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que liderou o movimento republicano e dominou o Rio Grande do Norte por 28 anos.

Não obstante o insucesso da Revolução de 1817, as idéias republicanas foram se espalhando por vários Estados, desde meados do século XIX.

No Rio Grande do Norte, os descendentes do Padre Miguelinho e vários próceres políticos, tais como Joaquim Teodoro Cisneiros de Albuquerque, Dr. Afonso Barata, Francisco Pinheiro de Almeida Castro, José Leão Ferreira Souto, Antônio Filipe Cabral de Melo,

131 Ver CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*. Natal: Departamento de Imprensa, 1956, p. 15-19.

Janúncio Nóbrega e outros propagaram os ideais republicanos, antes que o movimento se unificasse. Verdade é que, em 1888, já era grande o número de republicanos nas listas em poder de João Avelino Pereira de Vasconcelos. Este procurava alguém que reunisse todas as qualidades de um grande líder para levar adiante as idéias do Partido Republicano em formação. Depois de muitas consultas e hesitações, a escolha recaiu sobre Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que, com audácia e força de vontade, procurou desincumbir-se da sua missão política. Vale ressaltar que ele era primo de João Avelino.

De imediato, Pedro Velho mobilizou a sua capacidade aglutinadora, reunindo em torno dos ideais republicanos amigos, parentes e admiradores tímidos. Vencidos os obstáculos iniciais, ele convocou todos os seus correligionários para fundar o Partido Republicano no Rio Grande do Norte. A reunião ocorreu a 27 de janeiro de 1889 na residência de João Avelino, onde hoje está situado o prédio do Grande Hotel, no bairro da Ribeira.

Presidiu a sessão inaugural do Partido o seu parente, Dr. João de Albuquerque Maranhão, “João das Estivas”, sobrinho de André de Albuquerque. Ninguém melhor do que ele para simbolizar a identificação da família Albuquerque Maranhão com os ideais republicanos.

Entre os fundadores do referido Partido, destacaram-se Pedro Velho, o líder, e os seus irmãos Augusto Severo, Alberto, Fabrício, Adelino e Joaquim Scipião. O Doutor “João das Estivas” trouxe para as fileiras da nova agremiação política os filhos André Júlio e Luís Afonso.

A Comissão Executiva do Partido Republicano se compunha de dez elementos, dos quais quatro eram da família Albuquerque Maranhão: Pedro Velho, “João Avelino”, “João das Estivas” e Fabrício Maranhão.¹³²

Para divulgar o ideário republicano, Pedro Velho empenhou-se em publicar um jornal, *A República*. Apelou para José Leão, republi-

132 Para mais detalhes, ver CASCUDO, Luis da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965, p. 41-50.

cano histórico, potiguar, que vivia no Rio de Janeiro. Este solicitou a Daniel Pedro Ferro Cardoso que mandasse um prelo para editar o referido jornal. O equipamento enviado de Paris pelo ilustre engenheiro Ferro Cardoso era de pequenas dimensões. O jeito foi imprimir o semanário na tipografia de João Carlos Wanderley. Assim, nasceu *A República*, que conta quase um século de existência, cujo primeiro número circulou no dia 1º de julho de 1889.

Dessa maneira, o ambiente estava preparado para aceitar o novo regime político.

Em todo o país, os republicanos ocupavam cada vez maior espaço e avançavam celeremente na organização de suas agremiações. No Rio Grande do Norte, a atividade febril dos republicanos não era menor do que a dos outros Estados. As expectativas eram cada vez maiores. A qualquer momento poderia surgir a hora fatal para a derubada da Monarquia.

Finalmente, ao anoitecer do dia 16 de novembro, já proclamada a República na capital federal, o ministro da Justiça, Aristides Lobo, telegrafou a Pedro Velho mandando que ele proclamasse a República no Rio Grande do Norte e assumisse o poder.¹³³

No dia seguinte, em presença das autoridades, Pedro Velho foi aclamado governador do Estado. De imediato, organizou um ministério à semelhança do que aconteceu nos outros Estados. Esse governo durou poucos dias.

No dia 30 de novembro, o governo provisório da República nomeou o Dr. Adolfo Afonso da Silva Gordo para governar o Rio Grande do Norte.

Apesar de meio desorientado e amargando uma certa frustração, Pedro Velho recebeu festivamente o Dr. Adolfo Gordo.

A essa altura, vários republicanos históricos, postos à margem do processo político estadual, consideravam Pedro Velho um usurpador. Liderados por Hermógenes Tinôco, eles fundaram o Clube

133 Ver CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*. Natal: Departamento de Imprensa, 1956, p. 37.

Republicano 15 de Novembro para fazer oposição ao “pedro-velhismo” nascente.

Agarrado ao poder como um molusco ao casco de um navio, Pedro Velho foi aos poucos conquistando espaço no governo Adolfo Gordo. Conseguiu que este contratasse, sem concorrência e sem fiscalização, a abertura da estrada Natal-Macaíba com o seu pai, Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão em 1890. Essa obra foi a maneira encontrada pelo governador para dar trabalho a cerca de três mil flagelados que se encontravam em Natal.

Na sua execução, foram gastos cerca de oitenta contos de réis e o trabalho ficou malfeito e incompleto. A estrada não passava de uma vereda que, partindo de Natal, terminava em Guarapes, onde Fabrício Gomes Pedrosa erguera o seu empório comercial.

A fim de adaptar o Estado à realidade republicana, Adolfo Gordo baixou o Decreto nº 8, de 16 de janeiro de 1890, que dissolveu a Câmara Municipal de Natal e, ao mesmo tempo, criou um Conselho de Intendentes composto de cinco membros eleitos pela comunidade.

Os primeiros intendentes foram nomeados pelo governador do Estado. Figurava, entre eles, Fabrício Gomes Pedroza, avô de Pedro Velho. Fabrício foi escolhido pelos demais intendentes, para presidente da Intendência de Natal, permanecendo nesse cargo de fevereiro de 1890 até dezembro de 1895. Ele foi sucedido por João Avelino, primo de Pedro Velho, e o vice-presidente da Intendência era Juvino Barreto, cunhado de Pedro Velho.

Por que tanto interesse pela Intendência de Natal? A razão é simples: naquela época, o presidente da Intendência da capital era também da junta apuradora de todas as eleições. Isso era fundamental para a sustentação da oligarquia.

Quando o jornal *A República* era ainda empresa privada de Pedro Velho, ele conseguiu que o governo do Estado contratasse com esse periódico, por 1:200\$ réis, a publicação de todos os atos oficiais. Elias Souto, jornalista de oposição, criticou esse contrato, pois anteriormente os atos oficiais eram publicados por outros jornais a preço bem inferior.

A instabilidade política do novo regime transformou cada província num carrossel de governadores nomeados e, logo depois, substituídos. Dentro desse contexto político, Pedro Velho, qual marinho navegando em mar revolto, fez tudo para conquistar o timão do poder. Para se ter uma idéia dessa instabilidade política, basta lembrar que, de 1889 a 1892, o Rio Grande do Norte teve sete governadores e uma Junta Governativa.

Assim, com o apoio de Amaro Cavalcanti, conseguiu a nomeação de um novo governador para o Estado, o Dr. Joaquim Xavier da Silveira Júnior, jovem paulista que tomou posse no cargo a 10 de março de 1890. Ao mesmo tempo, Pedro Velho conseguiu ser nomeado vice-governador. Sob sua influência, Xavier da Silveira baixou o Decreto nº 26, de 19 de maio de 1890, isentando do pagamento de direitos de exportação os produtos da Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal, pertencente a Juvino Barreto, cunhado de Pedro Velho.

Naquela época, a dominação inglesa tomara conta deste país. Implantar ferrovias era a maneira mais prática de resolver o grave problema dos transportes de pessoas e mercadorias. Obter privilégio de implantar e explorar uma ferrovia era um grande negócio. Pois bem, no curto período em que foi vice-governador (de 19 de setembro a 7 de novembro de 1890), Pedro Velho assumiu provisoriamente o governo do Estado e baixou o Decreto nº 51, concedendo ao seu irmão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (e a outros amigos), o privilégio, por 50 anos, para construir uma estrada de ferro, de Areia Branca a Luís Gomes.

Para proteger a indústria açucareira do seu irmão Fabrício, proprietário da usina Ilha do Maranhão, em Canguaretama, baixou o Decreto nº 71, de 6 de novembro de 1890, elevando “a 10% o imposto que pagam os açúcares refinados que tenham entrado no Rio Grande do Norte, vindos quer de outros estados quer do estrangeiro”.

Vieram as eleições de 15 de novembro de 1890 para cada Estado eleger os seus representantes à constituinte federal.

Pedro Velho aproveitou o ensejo para integrar num só grupo, sob a sua liderança, os diversos núcleos republicanos do Rio Grande do Norte. Naquela época, só 37 municípios do Estado estavam subordinados a dois distritos eleitorais. Um compreendia Natal e mais dez

municípios da região litorânea, onde predominava a liderança da família Maranhão; o outro agrupava o restante dos municípios espalhados pelo *hinterland* potiguar. Nesse segundo distrito eleitoral, destacavam-se duas grandes lideranças: no Seridó, a do coronel José Bernardo de Medeiros, “bispo do Seridó”, que, com os seus amigos e compadres, dominava politicamente aquela região; no Oeste, era inconfundível a hegemonia política do coronel Francisco Gurgel de Oliveira que, de Mossoró, irradiava a sua liderança sobre os demais municípios oestanos.

Num trabalho bem conduzido e de aguda estratégia aglutinadora, Pedro Velho atraiu para a chapa do Partido Republicano todas as grandes lideranças do segundo distrito. Assim, foram para o Senado: José Bernardo de Medeiros, José Pedro de Oliveira Galvão (parente de Pedro Velho) e o erudito Dr. Amaro Cavalcanti.

Para deputado federal, foram Pedro Velho, Dr. Antônio de Amorim Garcia, Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro e o Dr. Almino Álvares Afonso. Todos foram eleitos com expressiva votação, destacando-se em primeiro lugar o Dr. Almino Afonso. A oposição, fragmentada em várias chapas, foi impiedosamente derrotada.

Segundo Cascudo, “esta eleição consagrou Pedro Velho. Deu-lhe o poder mágico da confiança popular”.¹³⁴ Ao que nós acrescentamos: formou-se naquela ocasião a estrutura política para ele impor ao Rio Grande do Norte a sua oligarquia.

Quanto mais se agravava a instabilidade política do país e do Rio Grande do Norte, tanto mais ele se estruturava para impor a sua dominação.

Finalmente, tendo sido eleito pelo Congresso Estadual, Pedro Velho assumiu o governo do Estado no dia 28 de fevereiro de 1892 e terminou o seu mandato a 25 de março de 1896. Seu governo teve como característica inconfundível a organização do Estado republicano no Rio Grande do Norte. Apesar de ser médico, fez obra de um jurista.

¹³⁴ Ver CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*. Natal: Departamento de Imprensa, 1959, p. 41.

Ao assumir o governo do Estado, Pedro Velho foi obrigado a deixar a Câmara Federal. Essa vaga era ambicionada por Nascimento Castro e por Janúncio da Nóbrega, republicano histórico, que naquele momento era deputado estadual. O senador José Bernardo defendeu a sua candidatura junto a Pedro Velho, que comprometeu-se em atender à reivindicação do velho líder seridoense. Na realidade, isso não aconteceu. Acima dos interesses do Partido, pairavam os imperativos oligárquicos de Pedro Velho. O candidato indicado por ele foi o seu irmão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, que era deputado estadual.

Apesar da oposição dos chefes do Seridó, Augusto Severo venceu Janúncio da Nóbrega na eleição de 2 de maio de 1892. Mas essa foi uma vitória de pirro, porque o Congresso Nacional, a quem cabia a atribuição de homologar ou não os resultados eleitorais de todos os estados, anulou em julho a eleição de Augusto Severo.

Novo pleito foi marcado para 23 de abril de 1893. Sem tergiversar, Pedro Velho impôs novamente a candidatura do irmão, que, dessa vez, teve como opositor Tobias do Rego Monteiro. Não obstante ter sido derrotado outra vez no Seridó, Augusto Severo saiu vitorioso em todo o Estado. Em junho de 1893, era reconhecido pelo Congresso Nacional.

Enquanto a oposição crescia ao seu redor, Pedro Velho foi se protegendo com a família. Em julho de 1893, nomeou Alberto Maranhão, seu irmão, secretário do governo.

Por ocasião da eleição de 31 de março de 1894, Pedro Velho saiu amplamente vitorioso, dando 10.606 votos ao Dr. Prudente de Moraes, candidato à Presidência da República.

Para o Senado, foi eleito o Dr. Almino Afonso. Os quatro deputados federais eleitos eram também seus candidatos: Augusto Severo (seu irmão, reeleito); Augusto Tavares de Lyra (seu primo e, depois, genro); Francisco Gurgel e o Dr. Junqueira Aires.

Em decorrência do seu prestígio junto a Prudente de Moraes, Pedro Velho conseguiu a nomeação do Sr. João Lyra Tavares, seu primo e funcionário da casa comercial de Fabrício Pedrosa, para o cargo de Administrador dos Correios no Rio Grande do Norte. Numa

sociedade sem rádio e sem televisão, controlar o correio postal significava controlar quase todas as comunicações.

Durante o mês de julho de 1895, Pedro Velho nomeou o Bacharel Afonso de Albuquerque Maranhão para o cargo de promotor público da Comarca de São José do Mipibu.

Outro irmão de Pedro Velho que ingressou cedo na política foi Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão. Durante vinte anos, isto é, de 1893 a 1913, foi presidente da Intendência de Canguaretama. Quando saiu, passou o governo daquela cidade para o seu parente, José de Albuquerque Maranhão (1814 a 1922).¹³⁵

Na eleição de 15 de novembro de 1894, Fabrício elegeu-se deputado estadual, fato que repetiu-se seis vezes, isto é, de 1894 até 1912. Durante 16 anos (1897-1913), ele foi presidente do Congresso Estadual (hoje, Assembléia Legislativa), acumulando esse cargo com o de presidente da Intendência de Canguaretama.

Infere-se do que já foi dito anteriormente que, no final do século XIX, a oligarquia Albuquerque Maranhão já dominava a Intendência de Natal, a de Canguaretama, o Correio Central, o Poder Legislativo, o Senado e a Câmara Federal. Faltava, apenas, dominar mais diretamente o governo do Estado.

Em cumprimento à lei em vigor, procedeu-se a eleição para deputados estaduais, juízes distritais e intendentess municipais, a 15 de novembro de 1895.

O Partido Republicano elegeu todos os intendentess da capital, entre os quais figuravam dois primos de Pedro Velho: Olímpio Tavares e João Avelino. Este último foi eleito, pelos seus pares, presidente da Intendência de Natal em homenagem aos serviços que ele prestara ao regime republicano. Todavia, por não suportar as constantes interferências de Pedro Velho nos assuntos da Intendência, passou pouco tempo no cargo, renunciando em favor de Olímpio Tavares, que fora eleito vice-presidente. Este ficou no cargo até 1898, quando elegeu-se deputado estadual.

135 Ver BARRETO, José Jácome. *Canguaretama Centenária*. Natal: Fundação José Augusto, 1985, p.55.

Antes de entregar o governo do Estado ao seu sucessor, Pedro Velho ajeitou a situação de mais um membro da oligarquia: Afonso Maranhão Filho, sem ser engenheiro, foi nomeado pelo Governo Federal para o cargo de engenheiro da Comissão de Melhoramento do Porto. Vale salientar que essa comissão funcionou durante muitos anos como um cabide de emprego. Ali, dizia a oposição, havia mais protegido da oligarquia Albuquerque Maranhão do que grãos de areia nas dunas da Redinha.

Para continuar a política oligárquica de Pedro Velho, ninguém melhor do que o desembargador Joaquim Ferreira Chaves Filho. Pernambucano, radicado no Rio Grande do Norte, possuidor de uma personalidade autoritária, já governara o Estado quando, após a deposição do Dr. Almeida Castro, uma Junta assumiu o governo no curto período de 28 de novembro de 1891 a 22 de fevereiro de 1892.

Se não era da estirpe Maranhão, era um *attaché* do corrilho dominante com inconfundíveis provas de fidelidade ao Dr. Pedro Velho. A oposição veio a campo com a candidatura do Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco, nascido em Goianinha, e ligado tradicionalmente a Amaro Cavalcanti.

A eleição realizou-se a 14 de junho de 1895, saindo eleito Ferreira Chaves, que obteve 10.342 votos, enquanto Moreira Brandão recebeu apenas 705 votos. Foi a primeira vez que, no regime republicano, o povo escolheu diretamente um governador no Rio Grande do Norte.

Ferreira Chaves assumiu o governo no dia 25 de março de 1896, permanecendo no cargo até 25 de março de 1900.

Enquanto isso, o Dr. Junqueira Aires, que se elegera deputado federal pelo Partido Republicano em março de 1894, falecia, aos 34 anos, no Hotel Americano, em Recife, no dia 10 de maio de 1896.

Assim que soube da infausta notícia, Pedro Velho comunicou-se com o desembargador Ferreira Chaves no sentido de ser o candidato à vaga aberta pelo falecido. Na eleição realizada a 28 de junho de 1896, Pedro Velho foi eleito deputado federal.

Vale salientar que, com a sua eleição, dos quatro representantes do Rio Grande do Norte na Câmara Federal, três eram da família Maranhão: Augusto Severo, Tavares de Lyra e, agora, Pedro Velho.

Em 30 de dezembro de 1896, houve eleição para preencher uma vaga no Senado. Pedro Velho foi eleito senador da República com grande votação.

Sua presença na capital da República em nada prejudicou a sua hegemonia no Estado. Ao contrário, tornou-se mais forte.

Foram reeleitos, para a Câmara Federal, Augusto Severo e Tavares de Lyra.

Como prova da sua fidelidade a Pedro Velho, Ferreira Chaves, logo no início do seu governo, nomeou o Dr. Alberto Maranhão para o cargo de secretário do governo. Depois em julho de 1898, nomeou-o procurador do Estado.

Por outro lado, Fabrício Maranhão assumiu a Presidência do Congresso Legislativo em 1897. Por sua vez, Joaquim Scipião, seu irmão, foi nomeado para a Promotoria Pública de Canguaretama, onde, segundo a oposição, passava a maior parte do tempo tocando violoncelo. Enquanto isso, Joaquim Felismino de Albuquerque Maranhão, que era juiz distrital em Nísia Floresta, foi transferido para Arês a fim de controlar melhor a política daquele município.

Com o Sr. Adelino Maranhão, outro irmão do Pedro Velho, Ferreira Chaves contratou a cobrança do imposto sobre o sal, operação altamente vantajosa para o contratante.

Para fiscalizar a estrada de ferro Great Western, no trecho entre Natal e Nova Cruz, ele nomeou outro parente de Pedro Velho, o Dr. Afonso d'Oliveira Maranhão.

O favoritismo da oligarquia Maranhão não parou aí. Já preparando a eleição de Alberto Maranhão para o governo do Estado, Pedro Velho mandou que Ferreira Chaves reunisse o Congresso Legislativo Estadual para reformar a Constituição do Rio Grande do Norte, promulgada em 7 de abril de 1892.

Aquela Constituição, conforme o Art. 28, item 3º, § 4º, determinava que uma das condições essenciais para um cidadão ser eleito governador ou vice era "ser maior de 35 anos". Pois bem, transformado em Constituinte, o Congresso Legislativo reduziu essa idade para vinte e cinco (25) anos. Esse fato ocorreu em julho de 1898.

elegeu-se presidente da Intendência, a qual continuou sob o domínio da oligarquia. Em julho de 1899, ele renunciou ao cargo para assumir uma cadeira de deputado no Congresso Legislativo. Por isso, a Presidência da Intendência passou a ser exercida pelo vice, coronel Joaquim Manuel Teixeira de Moura, um *attaché* incondicional da oligarquia reinante, que só saiu do cargo em 1914.

Em fevereiro de 1899, faleceu, em Fortaleza, o senador Almino Álvares Afonso. Surgiu, dessa maneira, uma vaga no Senado. Para preenchê-la, Pedro Velho e Ferreira Chaves armaram a seguinte estratégia: candidataram Francisco Gomes da Rocha Fagundes, vulgo “Chico Gordo”. Tratava-se de um velho funcionário com 72 anos de idade, cuja palavra “valia um fio de barba”.

A oposição denunciou a manobra política dizendo que “Chico Gordo” ia, se eleito, apenas guardar a cadeira do Senado por alguns meses, enquanto o desembargador Ferreira Chaves se desincompatibilizava.

A eleição senatorial realizou-se em 2 de julho de 1899, saindo vitorioso o Sr. Francisco Gomes da Rocha, que derrotou o Dr. Marcos Bezerra Cavalcanti por grande margem de votos.

A oposição alegou corrupção eleitoral praticada em vários municípios, mas a Comissão do Senado, da qual fazia parte o senador Pedro Velho, homologou o resultado da eleição apresentado pela Junta apuradora de Natal. Antes de deixar o governo, Ferreira Chaves presidiu o pleito de 31 de dezembro de 1899 destinado a eleger um senador e quatro deputados federais.

Vivia-se a época da “política dos governadores” que tanto marcou o governo Campos Sales (1898-1902).

Pedro Velho veio ao Estado comandar pessoalmente o pleito. Apresentou a seguinte chapa: para senador, José Bernardo de Medeiros; e, para deputado federal, Augusto Severo, Tavares de Lyra, Eloy de Souza e Manuel Pereira Reis.

A oposição concorreu fragmentada em várias chapas. Isso facilitou a vitória retumbante dos candidatos pedro-velhistas.

Em julho de 1900, aconteceu o que o *Diário do Natal* previra: o senador “Chico Gordo” renunciou ao mandato. Para o seu lugar foi

Dessa maneira foi que o Dr. Alberto Maranhão, irmão de Pedro Velho, pôde ser eleito governador do Estado em 14 de junho de 1899, contando apenas 26 anos de idade.

Como se tudo isso não bastasse, Ferreira Chaves perseguiu a imprensa de oposição e a justiça, tentando, assim, reduzir ao silêncio as vozes discordantes do cenário político norte-rio-grandense.

Elias Souto sempre fora um jornalista combativo e sem meias-palavras. Coagido pela polícia, que viera ao *Diário do Natal*, ele requereu um *habeas corpus*, o qual lhe foi concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Revoltado com essa decisão, o governador Ferreira Chaves aproveitou o ensejo para reformar a Magistratura do Estado. Com isso queria livrar-se de desembargadores rebeldes e de juízes indomáveis aos imperativos da oligarquia reinante.

Nessa reforma, aposentou cinco desembargadores e cinco juízes de Direito em julho de 1898.

Os desembargadores foram os seguintes: Jerônimo Américo Raposo da Câmara, presidente do Superior Tribunal de Justiça; Joaquim Cavalcante Ferreira de Melo; José Clímaco do Espírito Santo, que fora surrado pela polícia; Joaquim Manuel Vieira de Melo e o próprio governador, que era também desembargador. Curioso é notar que, nesse ato, Ferreira Chaves auto-aposentou-se e nomeou para o lugar o seu irmão, Dr. Aprígio Augusto Ferreira Chaves.

Os juízes aposentados foram os seguintes: Dr. Felipe Nery de Brito Guerra, da comarca de Caicó; Dr. João Gurgel d'Oliveira, da comarca de Apodi; Dr. João Ferreira Domingues Carneiro, de Macau; Dr. Manuel José Fernandes, de Jardim; e Dr. Firmo Antônio Dourado da Silva, da comarca do Curimataú (Nova Cruz).

Inconformados com a atitude do governador, eles protestaram contra a aposentadoria que, na maior parte dos casos, não passava de uma perseguição política.

Para substituí-los, Ferreira Chaves nomeou vários bacharéis sem experiência, mas todos capazes de atender, sem tergiversar, aos apelos da oligarquia, da qual ele era um fidelíssimo *attaché*.

Em novembro de 1898, realizou-se a eleição dos novos intendentes para o período de 1899-1901. Em Natal, Olímpio Tavares

eleito o desembargador Ferreira Chaves, que em março deixara o governo. O pleito foi realizado no dia 26 de agosto daquele ano.

Antes de terminar o seu mandato, Ferreira Chaves ainda presidiu a eleição de 4 de novembro de 1900 destinada à escolha dos deputados estaduais à quinta legislatura (1901-1903). Naquela oportunidade, foi eleito, pela primeira vez, o Dr. Sérgio Paes Barreto, genro de Pedro Velho, e foram reeleitos Olímpio Tavares e Fabrício Maranhão.

Alberto Maranhão, beneficiado por aquela emenda constituinte, foi eleito governador do estado com apenas 26 anos de idade, a 14 de junho de 1899. Tomou posse em 25 de março de 1900 e governou até março de 1904.

No início do seu governo, a família Albuquerque Maranhão já estava tão bem arrumada nos melhores e nos mais importantes cargos, que era chamada pela oposição de a “Família do Tesouro”. Mesmo assim, havia ainda lugar para outros parentes próximos.

Em julho de 1900, ele contratou com Domingos de Barros, genro de Fabrício Maranhão, a iluminação da capital a gás acetileno.

Na construção do Teatro Carlos Gomes, Alberto encarregou Fabrício Maranhão, seu irmão, de fornecer os materiais para a construção do referido edifício.

Foram numerosas as reclamações da população de Natal e de Macaíba durante o seu governo, em relação à estrada que liga essas duas cidades, por estar completamente deteriorada. As providências eram prometidas, mas não vinham. Entretanto, tão logo o Dr. Sérgio Barreto, casado com a Sra. Dalila Maranhão, filha do senador Pedro Velho, começou a instalar, em Carnaúba de Guarapes, um maquinário para fabricação de óleos, o Dr. Alberto contratou o reparo da referida estrada e da ponte de Guarapes com o Sr. José Francisco de Brito, pela importância de 433\$00 contos de réis.

Durante o seu governo, o Dr. Alberto Maranhão começou a imortalizar os membros ilustres da oligarquia e seus aliados. Essa tarefa atingiu a sua plenitude no seu segundo governo.

Verdade é que, em abril de 1901, faleceu o coronel Juvino César Paes Barreto, sogro de Alberto. Para perpetuar o seu nome, a Intendência Municipal de Natal baixou a Resolução nº 70, de 16 de

setembro de 1902, denominando de “rua do coronel Juvino” a rua que, partindo da avenida Deodoro, termina na avenida Junqueira Aires.

Augusto Severo, o maior talento da oligarquia, falecera em Paris a 12 de maio de 1902, quando sobrevoava aquela cidade no seu aeroplano, o balão PAX. Para lembrar essa data, Alberto Maranhão declarou feriado o dia 12 de maio, conforme a Lei nº 175, de 26 de agosto de 1902. Além disso, ele baixou a Lei nº 197, de 28 de agosto de 1903, a qual determina o seguinte: “Artigo Único – A vila Triunfo, município e distrito judiciário do mesmo nome denominar-se-ão de ora em diante *Augusto Severo*, revogadas as disposições em contrário”.

Já no final do seu governo, ele nomeou o irmão, Joaquim Scipião, para o cargo de secretário da Junta Comercial, lugar vago com a morte do seu irmão, Adelino Maranhão. Outro beneficiado foi o Dr. Luís Lyra, seu parente, que foi nomeado promotor público de Natal.

No rodízio da oligarquia, Alberto passou o governo do Estado para o Dr. Augusto Tavares de Lyra, primo e genro do senador Pedro Velho. Enquanto isso, Alberto Maranhão foi eleito deputado federal, preenchendo a vaga deixada por Tavares de Lyra.

Vale salientar que o Dr. Tavares de Lyra só conseguiu ser governador em 1904, quando contava apenas 32 anos, porque fora também beneficiado com a reforma da Constituição de 1892, que reduziu a idade mínima de 35 para 25 anos, como pré-requisito para o cidadão potiguar ser candidato ao Governo do Estado.

Durante o seu curto governo (1904-1906), a dominação da oligarquia Albuquerque Maranhão continuou inabalável. Para sufocar a oposição, dois jornais foram empastelados e a polícia surrou dezesseis adversários durante o seu governo.

O ano de 1904 foi seco em todo o Rio Grande do Norte. A capital, que segundo o censo de 1900, possuía 16.056 habitantes, foi invadida por cerca de 15 mil flagelados à procura de trabalho, comida e transporte para emigrar.

Tavares de Lyra, que recebeu dinheiro do Governo Federal, em vez de mandar recursos para socorrer os flagelados que ficaram no interior, aplicou tudo na construção e no ajardinamento da praça da

República, que, através de uma Resolução da Intendência, passou a chamar-se praça Augusto Severo.

Por conseguinte, para ele, o mais importante era immortalizar o parente, Augusto Severo, o maior talento da oligarquia, perpetuando a sua memória com uma praça em seu nome.

Em maio de 1905, nomeou Carlos Maranhão, seu cunhado, filho do senador Pedro Velho, para o cargo de guarda do sal, em Macau. O jovem felizardo era menor de 18 anos.

Em setembro de 1905, Tavares de Lyra criou o Banco do Natal e, ao instalá-lo em janeiro do ano seguinte colocou na presidência coronel Olímpio Tavares, seu parente bem próximo. Vale salientar que esse cidadão, por ser deputado estadual, estava proibido de exercer qualquer cargo de confiança, conforme preceituava a Constituição em vigor. Mesmo assim, Olímpio Tavares presidiu o Banco do Natal, de 1906 até 1909. Além disso, entre os 113 primeiros acionistas desse banco, 22 eram da família Albuquerque Maranhão e Lyra, os quais detinham 31,7% das ações. Sem exagero, podemos afirmar que, nos primeiros anos, o Banco do Natal foi dominado pela oligarquia chefiada por Pedro Velho.¹³⁶

O presidente da República, Dr. Afonso Pena, excursionou aos Estados do Norte e Nordeste em 1906. Ao passar pelo Rio Grande do Norte, convidou o Dr. Tavares de Lyra para ser ministro da Justiça e Negócios Interiores do seu Governo. Por insistência de Pedro Velho, ele aceitou o honroso convite, assumindo o Ministério a 15 de novembro de 1906. A partir de então, encheu o Ministério com os parentes que ainda não tinham se arrumado na burocracia estadual.

Para completar o seu mandato de governador do Estado, foi eleito o Dr. Antônio José de Melo e Souza, outro *attaché* da oligarquia reinante. Por ter nascido no município de Nísia Floresta, era chamado pela oposição de “estadista do Capió”, uma referência desdenhosa ao vale que domina aquela região.

136 Ver SOUZA, Itamar. *Bandern: origem e evolução*. Natal: Fundação José Augusto, 1985, p. 57-60.

No seu curto governo (de 23/2/1907 a 25/3/1908), foi feita uma nova Constituição para o Rio Grande do Norte, promulgada a 25 de março de 1907. Uma das alterações substanciais aprovadas pelos constituintes foi a ampliação do mandato do governador e dos seus eventuais substitutos, de quatro para seis anos.

Essa alteração de mandato, adremente arquitetada para favorecer Alberto Maranhão, preparou o ambiente para a oligarquia atingir o seu auge.

Ainda no governo Antônio de Souza, faleceu inesperadamente, no Recife, o senador Pedro Velho, a 9 de dezembro de 1907. De imediato, Alberto Maranhão, seu irmão, assumiu o comando da oligarquia.

Em março de 1908, mais amadurecido, ele tomou posse no governo do Estado para exercer um segundo mandato.

Esse segundo governo de Alberto Maranhão teve três características básicas: primeiro, procurou imortalizar os membros ilustres da oligarquia pondo seus nomes em municípios, repartições públicas, monumentos e praças; segundo, monopolizou importantes setores da economia estadual, favorecendo, assim os amigos e correligionários, em detrimento do erário público; e, terceiro, realizou uma grande e inovadora administração com o dinheiro tomado emprestado no estrangeiro.

Nenhum membro do corrilho dominante foi mais obstinado na arte de procurar imortalizar a oligarquia reinante do que Alberto Maranhão.

O primeiro a ser aureolado foi o Dr. Pedro Velho, chefe supremo da oligarquia, de 1890 até a sua morte em 1907. Através da Lei nº 261, de 26 de novembro de 1908, Alberto Maranhão mudou o nome de Vila Nova, município do agreste potiguar, que passou a se chamar Pedro Velho. Como se isso não bastasse para imortalizá-lo, encomendou ao Sr. Corbiniano Vilaça um busto do ilustre irmão, cujo projeto foi executado por Edmond Badoche, famoso escultor francês. Esse monumento foi inaugurado no dia 7 de setembro de 1909 e colocado numa praça também denominada Square Pedro Velho, situada na rua Junqueira Aires, onde atualmente se encontra a praça das Mães. Agora o referido busto está na praça Cívica Pedro Velho.

A fim de lembrar outra vez o pioneiro da aviação, ele criou o grupo Escolar Augusto Severo, edificado na Ribeira, defronte à do mesmo nome, mediante o Decreto nº 174, de 5 de março de 1908, e o elevou à categoria de grupo modelo.

Através do Decreto nº 205, de 21 de agosto de 1909, ele reorganizou o serviço médico da capital, até então concentrado no moribundo Hospital de Caridade.

Antes de tomar posse, vendeu a casa que possuía no Monte (onde hoje está construído o Hospital Dr. Onofre Lopes) ao coronel Aureliano Medeiros por dez contos de réis. Logo que assumiu o governo, o estado comprou a referida casa por dezessete contos de réis, a qual foi transformada em hospital. Quando toda a população da cidade esperava que o novo estabelecimento hospitalar fosse ser denominado Padre João Maria, notável pela sua caridade para com os pobres e doentes, eis que Alberto Maranhão resolveu homenagear o seu sogro, Juvino Barreto, que já era nome de rua. Como se não bastasse o Hospital Juvino Barreto, ainda designou as duas enfermarias com os nomes Santo Alberto e Santa Inês.¹³⁷ Inês era o nome de sua sogra.

Para homenagear o pai, mandou que o presidente da Intendência de Natal, Joaquim Manuel Teixeira de Moura, baixasse a Resolução nº 132 de 16 de agosto de 1909, que diz o seguinte: “Art. Único - A estrada que, partindo da avenida Alexandrino de Alencar, se dirige à vizinha cidade de Macaíba, denominar-se-á até o limite desse município avenida Amaro Barreto”.

Para lembrar o seu mano Fabrício Maranhão, pôs o nome dele no grupo escolar da cidade de Pedro Velho, conforme Decreto nº 224, de 8 de julho de 1910.

A fim de immortalizar novamente, o chefe da oligarquia criou o Grupo Escolar Pedro Velho na cidade de Canguaretama, conforme Decreto nº 286, de 10 de julho de 1913.

137 MEDEIROS, Tarcísio. Ontem, Hospital do Monte, hoje, Hospital “Miguel Couto”. *A República*, 10 a 11 de setembro de 1959.

No final do seu governo, Alberto atingira o paroxismo da vaidade: mediante o Decreto nº 263, de 8 de janeiro de 1912, criou o Grupo Escolar Alberto Maranhão, em Nova Cruz.

Além de já existir uma avenida em Natal com o seu nome, instituiu medalha de bronze, de prata e de ouro Alberto Maranhão. Dessa maneira, o velho oligarca procurava ocupar todos os espaços emocionais no coração dos seus correligionários.

Do ponto de vista político, o nepotismo e o rodízio do corrilho dominante no poder continuavam inalterados.

Para preencher a vaga deixada por Pedro Velho no Senado, procedeu-se à eleição do Dr. Antônio José de Melo e Souza ao Senado da República em pleito realizado a 28 de junho de 1908.

A 30 de janeiro de 1909, realizou-se outra eleição federal. Para o Senado saiu vitorioso o Dr. Francisco de Sales Meira e Sá, notável pelos seus conhecimentos jurídicos, e para a Câmara Federal foram eleitos Juvenal Lamartine, Eloy de Souza, João Lindolfo Câmara e Sérgio Paes Barreto, cunhado de Alberto Maranhão. Os outros eram *attachés* da oligarquia.

Com a morte do presidente Afonso Pena, o Dr. Tavares de Lyra deixou o Ministério da Justiça e Negócios Interiores em 1909, voltando, assim, a viver da iniciativa privada.

Urgia, por conseguinte, arranjar um cargo relevante para o ilustre membro da oligarquia reinante.

Abandonando os seus amigos, Tavares de Lyra aderiu à candidatura do marechal Hermes da Fonseca à Presidência da República. Uma vez fortalecido, ele abriu uma vaga na representação do Rio Grande do Norte no Senado, conseguindo junto ao presidente Hermes da Fonseca a nomeação do senador Francisco de Sales Meira e Sá para o cargo de Juiz Federal no nosso Estado. Ele assumiu o cargo em janeiro de 1910.

Dessa maneira, o Dr. Tavares de Lyra pôde ser eleito senador da República em pleito realizado a 20 de fevereiro de 1910.

A fim de lembrar outra vez o pioneiro da aviação, ele criou o grupo Escolar Augusto Severo, edificado na Ribeira, defronte à do mesmo nome, mediante o Decreto nº 174, de 5 de março de 1908, e o elevou à categoria de grupo modelo.

Através do Decreto nº 205, de 21 de agosto de 1909, ele reorganizou o serviço médico da capital, até então concentrado no moribundo Hospital de Caridade.

Antes de tomar posse, vendeu a casa que possuía no Monte (onde hoje está construído o Hospital Dr. Onofre Lopes) ao coronel Aureliano Medeiros por dez contos de réis. Logo que assumiu o governo, o estado comprou a referida casa por dezessete contos de réis, a qual foi transformada em hospital. Quando toda a população da cidade esperava que o novo estabelecimento hospitalar fosse ser denominado Padre João Maria, notável pela sua caridade para com os pobres e doentes, eis que Alberto Maranhão resolveu homenagear o seu sogro, Juvino Barreto, que já era nome de rua. Como se não bastasse o Hospital Juvino Barreto, ainda designou as duas enfermarias com os nomes Santo Alberto e Santa Inês.¹³⁷ Inês era o nome de sua sogra.

Para homenagear o pai, mandou que o presidente da Intendência de Natal, Joaquim Manuel Teixeira de Moura, baixasse a Resolução nº 132 de 16 de agosto de 1909, que diz o seguinte: “Art. Único - A estrada que, partindo da avenida Alexandrino de Alencar, se dirige à vizinha cidade de Macaíba, denominar-se-á até o limite desse município avenida Amaro Barreto”.

Para lembrar o seu mano Fabrício Maranhão, pôs o nome dele no grupo escolar da cidade de Pedro Velho, conforme Decreto nº 224, de 8 de julho de 1910.

A fim de imortalizar novamente, o chefe da oligarquia criou o Grupo Escolar Pedro Velho na cidade de Canguaretama, conforme Decreto nº 286, de 10 de julho de 1913.

137 MEDEIROS, Tarcísio. Ontem, Hospital do Monte, hoje, Hospital “Miguel Couto”. *A República*, 10 a 11 de setembro de 1959.

No Senado, ele foi líder do governo Hermes da Fonseca¹³⁸ e membro da Comissão Executiva do Partido Republicano Conservador.¹³⁹

Quando terminou o seu mandato em 1914, Tavares de Lyra conseguiu eleger para o seu lugar o seu irmão, João Lyra Tavares, eleito a 30 de janeiro de 1915. Ao mesmo tempo, re-elegeu-se para o Senado (na vaga do terço) o Dr. Antônio José de Melo e Souza.

Quando chegou o tempo de se escolher o sucessor do Dr. Alberto Maranhão, em 1913, o país já estava dominado pelo movimento de “Salvação Nacional”. O que era isso? Era um eufemismo para designar a derrubada, pelas armas, das oligarquias reinantes, conforme ocorreu em alguns estados.

Tavares de Lyra quis ser o candidato ao governo do Estado. Entretanto, a onda de “Salvação”, trazida para o Rio Grande do Norte pelo capitão José da Penha, era um sério obstáculo à eleição de mais um membro de oligarquia Albuquerque Maranhão. A hora era de camuflar, lançando a candidatura de um *attaché*. Por essa razão foi que Alberto Maranhão mandou que as lideranças municipais da sua inteira confiança lançassem a candidatura do senador Ferreira Chaves ao Governo do Estado.

Mesmo assim, nos bastidores, Tavares de Lyra sugeriu ao senador Ferreira Chaves que, se eleito, deveria renunciar ao cargo seis meses após a posse, quando já tivesse passado a “Salvação”, para que ele pudesse ser eleito governador do Estado.¹⁴⁰

Ferreira Chaves foi eleito sem concorrente e tirou todo o seu mandato (1914-1918). Desde o início do seu governo, começou a dismantelar a máquina da oligarquia, como se tivesse sido eleito pela oposição. Ele preparou uma legislação eleitoral adrede arquitetada para prejudicar os candidatos da oligarquia, da qual, até pouco tempo, ele fora um fiel *attaché*.

138 LYRA, Carlos Tavares de. *Tavares de Lyra, uma vida em linha reta*. Natal: Fundação José Augusto, 1873, p. 25.

139 SILVA, Ciro. *Pinheiro Machado*. Brasília: Editora Universitária, 1902, p. 100.

140 Ver *A República*, julho de 1919.

Não suportando mais o desprestígio, Tavares de Lyra, então ministro da Viação e Obras Públicas (1914-1918) do governo Wenceslau Braz, rompeu formalmente com Ferreira Chaves. Em dezembro de 1918, escreveu uma *Carta Aberta* aos correligionários e amigos do Rio Grande do Norte explicando as razões do seu gesto.

Para combater Ferreira Chaves, ele e Alberto Maranhão fundaram o Jornal *A Opinião*, em 1919. O jogo das acusações recíprocas alcançou níveis nunca vistos.

Vieram as eleições, realizadas em 5 de outubro de 1919. Utilizando os mesmos métodos da oligarquia, Ferreira Chaves elegeu o seu sucessor, isto é, o Dr. Antônio José de Melo e Souza com 8.088 votos, enquanto o opositor, desembargador João Filgueira, obteve apenas 1.752 votos.

Essa derrota selou definitivamente o fim da oligarquia Albuquerque Maranhão, que dominou o Rio Grande do Norte durante 28 anos, isto é, de 1890 a 1918.

4 Os Partidos Políticos

4.1 Partido Republicano Federal

Não obstante o insucesso do movimento revolucionário de 1817, a idéia republicana continuou a se espalhar por vários Estados brasileiros.

No Rio Grande do Norte, os descendentes do padre Miguelinho e vários próceres políticos, tais como Joaquim Teodoro Cisneiros de Albuquerque, Dr. Afonso Barata, Francisco Pinheiro de Almeida Castro, José Leão Ferreira Souto, Antônio Filipe Cabral de Melo, Janúncio Nóbrega e tantos outros propagaram os ideais republicanos antes que o movimento se unificasse. Verdade é que, em 1888, já era grande o número de republicanos nas listas em poder de João Avelino Pereira de Vasconcelos. Este procurava alguém que reunisse todas as qualidades de um grande líder para levar adiante as idéias do Partido Republicano em formação.

No Senado, ele foi líder do governo Hermes da Fonseca¹³⁸ e membro da Comissão Executiva do Partido Republicano Conservador.¹³⁹

Quando terminou o seu mandato em 1914, Tavares de Lyra conseguiu eleger para o seu lugar o seu irmão, João Lyra Tavares, eleito a 30 de janeiro de 1915. Ao mesmo tempo, re-elegeu-se para o Senado (na vaga do terço) o Dr. Antônio José de Melo e Souza.

Quando chegou o tempo de se escolher o sucessor do Dr. Alberto Maranhão, em 1913, o país já estava dominado pelo movimento de “Salvação Nacional”. O que era isso? Era um eufemismo para designar a derrubada, pelas armas, das oligarquias reinantes, conforme ocorreu em alguns estados.

Tavares de Lyra quis ser o candidato ao governo do Estado. Entretanto, a onda de “Salvação”, trazida para o Rio Grande do Norte pelo capitão José da Penha, era um sério obstáculo à eleição de mais um membro de oligarquia Albuquerque Maranhão. A hora era de camuflar, lançando a candidatura de um *attaché*. Por essa razão foi que Alberto Maranhão mandou que as lideranças municipais da sua inteira confiança lançassem a candidatura do senador Ferreira Chaves ao Governo do Estado.

Mesmo assim, nos bastidores, Tavares de Lyra sugeriu ao senador Ferreira Chaves que, se eleito, deveria renunciar ao cargo seis meses após a posse, quando já tivesse passado a “Salvação”, para que ele pudesse ser eleito governador do Estado.¹⁴⁰

Ferreira Chaves foi eleito sem concorrente e tirou todo o seu mandato (1914-1918). Desde o início do seu governo, começou a desmantelar a máquina da oligarquia, como se tivesse sido eleito pela oposição. Ele preparou uma legislação eleitoral adrede arquitetada para prejudicar os candidatos da oligarquia, da qual, até pouco tempo, ele fora um fiel *attaché*.

138 LYRA, Carlos Tavares de. *Tavares de Lyra, uma vida em linha reta*. Natal: Fundação José Augusto, 1873, p. 25.

139 SILVA, Ciro. *Pinheiro Machado*. Brasília: Editora Universitária, 1902, p. 100.

140 Ver *A República*, julho de 1919.

Não suportando mais o desprestígio, Tavares de Lyra, então ministro da Viação e Obras Públicas (1914-1918) do governo Wenceslau Braz, rompeu formalmente com Ferreira Chaves. Em dezembro de 1918, escreveu uma *Carta Aberta* aos correligionários e amigos do Rio Grande do Norte explicando as razões do seu gesto.

Para combater Ferreira Chaves, ele e Alberto Maranhão fundaram o Jornal *A Opinião*, em 1919. O jogo das acusações recíprocas alcançou níveis nunca vistos.

Vieram as eleições, realizadas em 5 de outubro de 1919. Utilizando os mesmos métodos da oligarquia, Ferreira Chaves elegeu o seu sucessor, isto é, o Dr. Antônio José de Melo e Souza com 8.088 votos, enquanto o opositor, desembargador João Filgueira, obteve apenas 1.752 votos.

Essa derrota selou definitivamente o fim da oligarquia Albuquerque Maranhão, que dominou o Rio Grande do Norte durante 28 anos, isto é, de 1890 a 1918.

4 Os Partidos Políticos

4.1 Partido Republicano Federal

Não obstante o insucesso do movimento revolucionário de 1817, a idéia republicana continuou a se espalhar por vários Estados brasileiros.

No Rio Grande do Norte, os descendentes do padre Miguelinho e vários próceres políticos, tais como Joaquim Teodoro Cisneiros de Albuquerque, Dr. Afonso Barata, Francisco Pinheiro de Almeida Castro, José Leão Ferreira Souto, Antônio Filipe Cabral de Melo, Janúncio Nóbrega e tantos outros propagaram os ideais republicanos antes que o movimento se unificasse. Verdade é que, em 1888, já era grande o número de republicanos nas listas em poder de João Avelino Pereira de Vasconcelos. Este procurava alguém que reunisse todas as qualidades de um grande líder para levar adiante as idéias do Partido Republicano em formação.

Depois de muitas consultas e hesitações, a escolha recaiu sobre Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que, com audácia e força de vontade, procurou desincumbir-se da sua missão política. Vale ressaltar que ele era primo de João Avelino.

De imediato, Pedro Velho mobilizou a sua capacidade aglutinadora, reunindo em torno dos ideais republicanos amigos, parentes e admiradores tímidos. Vencidos os obstáculos iniciais, ele convocou todos os seus correligionários para fundar o Partido Republicano do Rio Grande do Norte. A reunião ocorreu a 27 de janeiro de 1889 na residência de João Avelino, onde hoje está situado o prédio do Grande Hotel, no Bairro da Ribeira.

Presidiu a sessão inaugural do Partido, seu parente, Dr. João de Albuquerque Maranhão, “João das Estivas”, sobrinho de André de Albuquerque. Ninguém melhor do que ele para simbolizar a identificação dos Maranhões com os ideais republicanos.

Entre os fundadores do referido partido, destacaram-se Pedro Velho, o líder, e os seus irmãos Augusto Severo, Alberto, Fabrício, Adelino e Joaquim Scipião. O Doutor “João das Estivas” trouxe para as fileiras da nova agremiação política os filhos André Júlio e Luís Afonso.

A Comissão Executiva do Partido Republicano se compunha de dez elementos, dos quais quatro eram da família Albuquerque Maranhão: Pedro Velho, João Avelino, “João das Estivas” e Fabrício Maranhão.

Para divulgar o ideário republicano, Pedro Velho empenhou-se em publicar um jornal - *A República*. Apelou para José Leão, republicano histórico, potiguar, que vivia no Rio de Janeiro. Este solicitou a Daniel Pedro Ferro Cardoso que mandasse um prelo para editar o referido jornal. O equipamento enviado de Paris pelo ilustre engenheiro Ferro Cardoso era de pequenas dimensões. O jeito foi imprimir o semanário na tipografia de João Carlos Wanderley. Assim, nasceu *A República*, que já conta quase um século de existência, cujo primeiro número circulou no dia 1º de julho de 1889.

No Seridó, os republicanos liderados pelo jovem Janúncio da Nóbrega Filho utilizavam os espaços do jornal *O Povo*, órgão de orien-

tação liberal, para fazer a propaganda republicana. Esse jornalzinho viveu de março de 1889 até 1902.

No início, esse partido não mereceu a credibilidade que alcançou posteriormente. Segundo Cascudo, “era o partido dos jovens, dos inexperientes, dos sonhadores teimosos. Tinha o prestígio das minorias. Todos lhe reconheciam a excelência da idéia, mas negavam a eficácia. Dos guias da avançada nenhuma se podia gabar de ter eleitores e zona de influência”.¹⁴¹

Mesmo assim, o partido foi crescendo lentamente à medida que os antigos liberais e conservadores iam se desentendendo com a desagregação do regime monárquico. Nesse trabalho aglutinador, Pedro Velho, presidente do partido, mostrou uma eficiência inigualável.

Conforme observou adequadamente Cascudo,

Pedro Velho instalou uma máquina, uma teia fina e tersa que abarcava o Estado inteiro, transmitindo a vibração quase instantânea ao contato. O seu processo de política administrativa foi um recuo às donatárias. Os municípios tinham capitães-mores, e uma aparelhagem decrescente e maior completava a pirâmide de que ele era o cimo natural, inabalável.¹⁴²

Antes da Proclamação da República, o Partido Republicano fez o seu “batismo” nas urnas, na eleição de 31 de agosto de 1889. Realizado o pleito, o resultado foi o seguinte: o candidato Pedro Velho obteve apenas 56 votos. Pelo primeiro distrito, saiu vitorioso Amaro Bezerra (liberal) e, pelo segundo, Miguel Castro (conservador).

Aos republicanos restou a consolação de ter provado a existência do seu partido.

Mas, a ocasião em que Pedro Velho demonstrou a sua liderança e seu poder de articulação política foi nas eleições de 15 de setembro

141 CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965, p. 48-49.

142 CASCUDO, Luís da Câmara. *História da República no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Edições do Val, 1965, p. 38.

de 1890. Apresentaram-se dezenove candidatos para preencher quatro lugares de deputados federais e três senadores.

A vitória do Partido Republicano foi total. Para a Câmara Federal, foram eleitos: Almino Álvares Afonso, Pedro Velho, Miguel Joaquim de Almeida Castro e Antônio de Amorim Garcia. Para o Senado, foram eleitos: o coronel José Pedro d'Oliveira Galvão, Amaro Cavalcanti e o coronel José Bernardo de Medeiros.

No dizer de Câmara Cascudo, “esta eleição sagrou Pedro Velho. Deu-lhe o poder mágico da confiança popular. Começaria a lenda teimosa de que ele não podia nem sabia perder uma eleição”.¹⁴³

Verdade é que, a partir daquela eleição, o Partido Republicano Federal eternizou-se no poder. Era uma agremiação de coronéis dirigida por uma plêiade de intelectuais autoritários.

Perlustraram a presidência desse partido as figuras de maior expressão política da República Velha. No início, como presidente-provisório, o Dr. Hermógenes Joaquim Barbosa Tinôco, que foi sucedido por Pedro Velho. Com a morte deste, em 1907, o comando passou para as mãos de Alberto Maranhão. De 1914 até 1925, presidiu o partido o desembargador Joaquim Ferreira Chaves. Com a ascensão dos políticos do Seridó, a referida agremiação política foi dirigida pelo Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros e, depois, por Juvenal Lamartine de Faria até outubro de 1930, quando a Revolução derrubou a República Velha.

Realizando eleições “a bico de pena”, eliminando eleitores na hora do alistamento nos municípios onde a oposição poderia vencer e praticando toda sorte de arbitrariedade em favor dos seus candidatos, os integrantes do Partido Republicano construíram para si um pedestal de “glória” pouco condizente com os ideais republicanos. Agindo sem ética política, o Partido Republicano Federal impediu que se praticasse o princípio mais elementar do regime democrático: a rotatividade dos partidos no poder. Sem isso, não há democracia.

143 CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*. Natal: Departamento de Imprensa, 1956, p. 41.

4.2 Partido Republicano Constitucional

Esse era o partido oposicionista, nascido da cisão no seio do Partido Republicano Federal. Aglutinou em suas fileiras todos os descontentes com as diretrizes políticas do Dr. Pedro Velho.

O Partido Republicano Constitucional foi fundado na rua Vigário Bartolomeu, nº6, aos 27 de agosto de 1897, oitavo da República. Presidiu a reunião o Dr. José Paulo Antunes que, ao explicar as razões daquele evento, afirmou que “o partido oposicionista ao governo estadual devia empenhar-se em amparar e prestigiar o princípio da autoridade sem o qual não evoluem os princípios de liberdade que estão consagrados na Carta Constitucional de 24 de fevereiro” (*Diário do Natal*, 5-9-1897).

O Diretório do referido partido ficou assim constituído: desembargador Jerônimo Américo Raposo da Câmara (presidente), Drs. Antônio de Amorim Garcia, Afonso Barata, Manuel do Nascimento Castro e Silva, e o coronel Vestremundo Artêmio Coelho.

Em seguida, foram eleitos delegados do Partido, na capital federal, o Dr. Amaro Cavalcanti e o Sr. Tobias do Rego Monteiro.

O Partido Republicano Constitucional nasceu forte, robusto, disposto a travar tantas lutas quantas fossem necessárias à sua consolidação como agremiação política. Cerca de duzentos políticos de todos os recantos do Estado assinaram sua ata de fundação. Entusiasmo de neófito!

Não demorou muito para esses políticos entenderem que era quase impossível se combater o governo na República Velha. Não se reconhecia à oposição o direito de existir. O oposicionista não era considerado como um adversário político, mas, ao contrário, como um terrível inimigo a quem o governo devia combater por todos os meios lícitos e ilícitos. Por isso, não é exagero afirmar que, na República Velha, todos os governos estaduais seguiam essa diretriz política: aos amigos, todas as benesses do poder; para os adversários, os rigores da lei e a violência do arbítrio.

O *Manifesto* que esse partido lançou em junho de 1899, que transcrevemos a seguir, nos dá o retrato fiel de como se fazia política naquela época:

Manifesto

Aos Nossos Concidadãos

Precisamos tornar públicos os motivos pelos quais não podemos concorrer à eleição de governador do Estado. Nem pode, aliás, ter este nome a farsa vergonhosa que se vai representar no dia 14 de junho.

Certo de que se a opinião do Estado pudesse manifestar-se livremente lhe infligiria a mais estrondosa das condenações, a oligarquia, que se apossou de todas as forças do poder público, constituiu-se entre nós em aparelho de compressão eleitoral, dentro do qual é impossível o funcionamento da vontade popular.

Como se não bastassem as violências praticadas nas eleições e alistamentos de eleitores federais, de que tem sido riscados em massa os nomes dos nossos correligionários; como se não bastasse o exemplo de prepotência dado pelas comissões seccionais e junta municipal desta capital, excluindo do corpo eleitoral quatrocentos amigos nossos, entre os quais empregados da União, de domicílio provado, que haviam sufragado a candidatura do atual presidente da República, ato que o Supremo Tribunal Federal anulou, restituindo-lhes o direito usurpado; como se fosse preciso mais, o Congresso Legislativo entendeu que devia completar a obra iniciada pela obrigatoriedade do voto descoberto, estabelecendo para as eleições estaduais um eleitorado forjicado pelos agentes do poder local, sem recurso para nenhuma autoridade ao abrigo das perseguições dos dominadores, e ao qual não podem pertencer os eleitores federais sem novo processo de alistamento.

Está na memória de todos o que tem sido a comédia desse alistamento. Apesar da liberdade com que o fabricou, sem a fiscalização que teríamos exercido num regime legal de garantia, a junta desta capital só conseguiu reunir 481 eleitores, quando a última revisão federal acusava 1.035. Mais uma vez, no centro do seu poderio, sob as vistas de todos os seus magnatas, nossos adversários não reuniram número de eleitores que pudesse sequer sofismar a derrota que lhes infligimos há um ano, no pleito de 1º de março.

Em Macau, a minoria da Intendência aliou-se a um suplente para nomear a comissão de alistamento, em duplicata, três dias depois da data designada.

Em Mossoró, fechou-se a casa da Intendência; fez-se uma comédia de adiamento e mandou-se que o presidente da Intendência do Apodi fosse lá designar aquela comissão. E diante desta, os próprios intendentes, o agente do correio, negociantes, todos os que podiam ser suspeitos de ligação conosco, foram recusados. Além desses, um outro nosso amigo, que ali se aventurou, contra a nossa conduta geral, a ver se conseguia um ato de justiça da junta eleitoral apresentando-lhe dois atestados de residência no município, foi também considerado sem condições para ser alistado, sob o fundamento de que provava de mais. E quem assim decidiu foi o juiz de direito, João Dionízio Filgueiras, agora candidato ao lugar de vice-governador!

Em Nova Cruz, não tendo sido escolhida, em tempo, a comissão de alistamento, o governador nomeou três empregados públicos para compô-la.

Ainda em Mossoró, os títulos que deviam ser expedidos foram entregues àquele mesmo juiz Filgueiras e não ao presidente da Intendência, como era de lei, por ser ele nosso amigo.

Em Touros, o presidente da Intendência foi deposto pela força policial tendo à frente o delegado de polícia.

Em São Miguel de Pau dos Ferros, o alistamento foi feito com assistência de correligionários nossos e por isso a Junta da capital o anulou.

Por esses e outros processos menos aparatosos noutros municípios, se conseguiu formar um eleitorado estadual, cujos algarismos nunca logramos conhecer.

Desse modo quis a oligarquia, que explora o Estado, garantir-se no monopólio das posições locais e, mais ainda, furtar-se à fiscalização dos adversários, na hipótese de eleições para preenchimento dos cargos públicos. Agora deve ela achar-se segura de que dentro das garantias de que se cercou, só o protesto impotente da imprensa ameaçada, poderá perturbá-la na liberdade de seu domínio, já não bastará o acervo de suas glórias passadas, que lhe é pouco

para assegurar no país a primazia conquistada pelas suas invenções. Agora há segurança para mais.

Não basta que o Sr. Pedro Velho, quando governador, tenha feito a seu irmão Augusto Severo concessão de uma estrada de ferro e obtido para o mesmo e seu irmão Fabrício Maranhão privilégio de engenhos centrais.

Não basta que este, presidente da Assembléia Estadual, proibido pela Constituição de fazer contratos com o Governo, tenha conseguido dos cofres públicos 80:000\$000 de empréstimos para sua usina, tenha feito votar para proteger a sua indústria o imposto de 300 réis sobre litro de aguardente fabricado noutro Estado.

É nada que a fábrica de tecidos do Sr. Juvino Barreto, cunhado e sogro do irmão do Sr. Pedro Velho, que vai ser designado governador, tenha recebido, além do privilégio por quarenta anos com isenção de direitos a proteção de serem os produtos de algodão entrados de qualquer procedência, carregados com o imposto de 40 réis por metro corrido.

É muito regular que o Sr. Pedro Velho e o Sr. Chaves tenham recebido 300:000\$000 da União para construir açudes, não tendo até hoje prestado contas perante o Governo Federal do desperdício daquela quantia, em que, aliás, o primeiro daqueles senhores já declarou no Senado nunca ter tocado.

É muito regular ainda que o Sr. Chaves tenha também recebido da União a importância de 70:828\$000 para o nosso Ateneu e a tenha aplicado no pagamento de outras despesas, em detrimento daquele estabelecimento.

É nada que se pague anualmente à tipografia dos Senhores Pedro Velho e Alberto Maranhão trinta e tantos contos de réis pela publicação do expediente e impressão de leis, quando esta despesa nunca atingiu a seis contos nas passadas administrações.

É muito liberal que o Congresso conceda privilégio para refinação de açúcar, exportação de cal e fabricação de sabão, protegendo ainda mais o concessionário desse último favor com o imposto de sessenta réis por quilograma sobre os produtos entrados de outra procedência. O Sr.

Alberto Maranhão, para quem o Sr. Pedro Velho, seu irmão, guardou, quando governador, durante onze meses o lugar de secretário, à espera de que S. Exa. concluísse seu curso de Direito; o Sr. Alberto Maranhão, por amor de quem se reformou a Constituição, para permitir-lhe a elegibilidade ao cargo de governador com a idade de 25 anos, diminuindo-se de dez a que a princípio fora estabelecida; o Sr. Alberto Maranhão, elevado a procurador-geral do Estado, por essa mesma reforma, que serviu de falsa base à aposentadoria ilegal de cinco desembargadores e cinco juizes de direito de uma relação de sete membros; o Sr. Alberto Maranhão, eleito por esse processo, está garantido para elevar-se além da obra de seu irmão e chefe, excedendo também o atual governador do Estado, que se aposentou no lugar de desembargador por decreto de sua própria assinatura e se fez substituir no mesmo lugar por seu irmão, o desembargador Aprígio Chaves.

O governador que vai sair a 14 de junho das malhas do alistamento estadual, estará habilitado a concluir a liquidação do Estado, cujo orçamento aumenta de quase um terço, dentro de um ano, a dotação para a força de polícia, que consome ele só, mais da terça parte de toda a despesa pública!

O que esse governador, porém, nunca há representar é a vontade, a aspiração e a honra do Rio Grande do Norte. Essas hão de ser guardadas, através de todas as perseguições, de todas as violências, de todas as usurpações, entre os filhos desta terra infeliz, que um dia havemos de libertar da imoralidade política que a empobrece e oprime.

Natal, 3 de junho de 1899.

O Diretório

Jerônimo Américo Raposo da Câmara

Presidente

– Manuel do Nascimento Castro e Silva

– Antônio de Amorim Garcia

– Vestremundo Arthemio Coelho

– Dr. Affonso Moreira de Loyolla Barata.

Abatido por sucessivas derrotas e pelo falecimento de alguns dos seus membros mais importantes, o Partido Republicano Constitucional entrou num acelerado processo de desagregação. Por isso, os membros remanescentes decidiram reorganizá-lo em 1905. Assim, no dia 14 de fevereiro daquele ano, os oposicionistas reuniram-se, à noite, na casa do Dr. Augusto Leopoldo Raposo da Câmara para eleger um novo diretório do partido. Presidiu a sessão o desembargador Jerônimo Américo Raposo da Câmara, presidente e um dos fundadores da referida agremiação política. Após ter explicado aos correligionários as razões daquela reunião, submeteu à apreciação dos presentes os três nomes que deveriam compor, a partir de então, o novo diretório do partido oposicionista: Dr. Augusto Leopoldo Raposo da Câmara, Elias Antônio Ferreira Souto, jornalista dos mais brilhantes daquela época, e o Major Pedro Avelino. Este último, em nome dos demais, pronunciou vibrante discurso agradecendo aquela escolha. Assinaram a ata cerca de 150 oposicionistas de vários níveis sociais, desde líderes operários da capital, como é o caso de Augusto Leite, até os coronéis do sertão.

Com habilidade e coragem, o novo diretório, sob a presidência do Dr. Augusto Leopoldo, lutou bravamente contra os vícios eleitorais praticados pelo corrilho dominante.

Não se pode obnubilar o papel desempenhado pelo jornalista Elias Souto que, apesar de paraplégico, combateu incessantemente a oligarquia Maranhão sendo, por isso, alvo de perseguições e aviltamento.

A maior luta enfrentada por esse partido aconteceu em 1913, quando o capitão José da Penha Alves de Souza veio ao Estado fazer a “salvação” do Rio Grande do Norte.

Como veremos adiante, com a eleição do desembargador Ferreira Chaves para governar o Estado, o partido oposicionista ficou inteiramente esfacelado. Toda a imprensa oposicionista, principalmente o *Diário do Natal*, foi cruelmente empastelada em 1913. Sem exagerar, pode-se aplicar aos derrotados daquele pleito a expressão latina: *Vae victis!*

Somente a partir de 1918, quando se consumou o rompimento dos Maranhões com Ferreira Chaves, foi que a oposição tomou novo alento.

Em consequência desse rompimento, Tavares de Lyra e Alberto Maranhão vieram comandar as hostes oposicionistas. Para combater o governo do Estado, fundaram o jornal *A Opinião*, que circulou de 1919 a 1923. Por ter assumido compromisso com o presidente da República, para não fazer oposição ao Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, o Dr. Tavares de Lyra suspendeu o jornal *A Opinião* e recomendou aos seus correligionários abstenção no pleito.

Em 1923, o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros elegeu-se governador do Estado. O vice-eleito com ele foi o Dr. Augusto Leopoldo Raposo da Câmara. Perdia, assim, o partido oposicionista o líder mais identificado com os seus objetivos. O espaço, por ele deixado, foi preenchido pelo Sr. Café Filho, que, desde 1922, começou a combater as oligarquias potiguares.

Ao término da República Velha em 1930, o partido oposicionista estava assim: cheio de vontade para lutar e coroado de sucessivas derrotas.

4.3 Partido Católico

As primeiras tentativas para a formação de um partido católico no Brasil,¹⁴⁴ à semelhança do que existiu em alguns países europeus, datam de 1867.

Durante o Segundo Império, jornais do Rio de Janeiro de 1871 registraram a sua existência ao lado dos partidos: Conservador, Republicano e Liberal.¹⁴⁵

144 Para um conhecimento aprofundado sobre o processo de formação dessa agremiação política, aconselhamos a consulta ao livro: LUSTOSA, Oscar Figueiredo. *Política e Igreja*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

145 LUSTOSA, Oscar Figueiredo. *Política e Igreja*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982, p. 45.

Ao longo de sua existência, o Partido Católico viveu duas fases bem distintas. A primeira fase, que vai desde o seu início até o final do II Império, teve o seu auge no tempo da Questão Religiosa (1872). A partir desse fato, as forças católicas se agitaram em todo o país promovendo a formação de associações destinadas a apoiar os candidatos católicos ao parlamento. Verdade é que o Partido Católico surgiu no Ceará em 1876; em Minas Gerais em 1873; e na Província do Pará, em 1875.

Quanto ao Rio Grande do Norte, em 1876 esse partido apresentava os seguintes candidatos: para deputado geral, o Dr. Tarquínio de Souza e, para senador, Diogo Velho.¹⁴⁶

Durante o Império, do ponto de vista ideológico, os grupos políticos se polarizavam em torno de duas tendências: regalismo x liberalismo. Os regalistas defendiam a união entre a Igreja e o Império, o qual considerava constitucionalmente o catolicismo como a religião oficial. Ao contrário, os liberais advogavam a neutralidade do Estado e a laicização da sociedade. Nessa primeira fase, o Partido Católico se proclamava regalista, contrário, por conseguinte, ao pensamento liberal.

A segunda fase, de curta duração, iniciou-se com a Proclamação da República em 1889. Dessa feita, o Partido Católico rearticulou-se para combater o positivismo, que era a ideologia dominante entre os líderes do movimento republicano.

No Rio Grande do Norte, o Partido Católico teve vida curta e presença inexpressiva durante os primeiros anos do regime republicano.

No pleito realizado a 15 de setembro de 1890, para eleger deputados e senadores, os candidatos desse partido foram amplamente votados em Natal, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Arês, Nova Cruz, Goianinha, Brejinho, Canguaretama, Pedro Velho, Santa Cruz, Macaíba, Ceará-Mirim, Touros, Santana do Matos, Portalegre, Açu, Augusto Severo e Caraíbas. Os vigários de cada freguesia eram os seus

146 LUSTOSA, Oscar Figueiredo. *Política e Igreja*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982, p. 87.

arautos. Foram candidatos a deputado os Drs. Calistrado e Horácio; para senadores, o Dr. Tarquínio de Souza e o Dr. Olinto. Apesar da boa votação recebida, foram eles derrotados. Vitoriosos saíram os candidatos do Partido Republicano Federal, liderado pelo Dr. Pedro Velho. Vale salientar que ainda pertenceram ao Partido Católico o Dr. Amaro Cavalcanti e o Dr. Almino Álvares Afonso.

Do ponto de vista ideológico, o Partido Católico se proclamava defensor da pátria e da democracia. Mas, fazia oposição aos republicanos do marechal Deodoro da Fonseca por causa do caráter positivista do novo regime, bem como por causa da separação entre a Igreja e o Estado, e a implantação do casamento civil.

A 29 de agosto de 1890, o Partido Católico começou a publicar o seu jornalzinho – *A Pátria* –, cuja redação ficava na rua coronel Bonifácio, nº 24, em Natal/RN.

O jornal nº 2, de 1º de outubro de 1890, transcreve a “Reclamação do Episcopado Brasileiro dirigida ao Exmo. Sr. Marechal Deodoro, Chefe do Governo Provisório”. Nesse documento, os bispos manifestaram todos os seus ressentimentos contra o regime republicano, em virtude do teor anticlerical e anticatólico da legislação republicana.

No Rio Grande do Norte, como de resto nos demais Estados brasileiros, o Partido Católico foi paulatinamente absorvido pelas oligarquias estaduais.

4.4 Partido Político Operário

No intuito de arregimentar as lideranças operárias em torno de um partido, Eduardo dos Anjos, Antônio Milhomens, Sílvio de Souza, Emídio Fagundes, João Estevão, Josué Silva, Jerônimo Santos, Francisco Bulhões e outros resolveram fundar o Partido Político Operário.

Sua instalação ocorreu às 14 horas, do dia 1º de maio de 1929, na sede do Centro Operário Natalense, em sessão solene dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Juvenal Lamartine de Faria, ali representado pelo seu secretário particular, o Dr. Emídio Cardoso.

arautos. Foram candidatos a deputado os Drs. Calistrado e Horácio; para senadores, o Dr. Tarquínio de Souza e o Dr. Olinto. Apesar da boa votação recebida, foram eles derrotados. Vitoriosos saíram os candidatos do Partido Republicano Federal, liderado pelo Dr. Pedro Velho. Vale salientar que ainda pertenceram ao Partido Católico o Dr. Amaro Cavalcanti e o Dr. Almino Álvares Afonso.

Do ponto de vista ideológico, o Partido Católico se proclamava defensor da pátria e da democracia. Mas, fazia oposição aos republicanos do marechal Deodoro da Fonseca por causa do caráter positivista do novo regime, bem como por causa da separação entre a Igreja e o Estado, e a implantação do casamento civil.

A 29 de agosto de 1890, o Partido Católico começou a publicar o seu jornalzinho - *A Pátria* -, cuja redação ficava na rua coronel Bonifácio, nº 24, em Natal/RN.

O jornal nº 2, de 1º de outubro de 1890, transcreve a "Reclamação do Episcopado Brasileiro dirigida ao Exmo. Sr. Marechal Deodoro, Chefe do Governo Provisório". Nesse documento, os bispos manifestaram todos os seus ressentimentos contra o regime republicano, em virtude do teor anticlerical e anticatólico da legislação republicana.

No Rio Grande do Norte, como de resto nos demais Estados brasileiros, o Partido Católico foi paulatinamente absorvido pelas oligarquias estaduais.

4.4 Partido Político Operário

No intuito de arregimentar as lideranças operárias em torno de um partido, Eduardo dos Anjos, Antônio Milhomens, Sílvio de Souza, Emídio Fagundes, João Estevão, Josué Silva, Jerônimo Santos, Francisco Bulhões e outros resolveram fundar o Partido Político Operário.

Sua instalação ocorreu às 14 horas, do dia 1º de maio de 1929, na sede do Centro Operário Natalense, em sessão solene dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Juvenal Lamartine de Faria, ali representado pelo seu secretário particular, o Dr. Emídio Cardoso.

Naquela ocasião, foi escolhida a primeira presidência, assim formada: presidente – Eduardo dos Anjos (professor); 1º vice – Emídio Fagundes (sapateiro); 2º vice – Dr. Sílvio de Souza (dentista); secretário geral – Josué Silva (tipógrafo); adjuntos de secretário – Alzira Silva e Jerônimo dos Santos (eletricista); orador – João Estevão (tipógrafo); vice-orador – Evaristo de Souza (marceneiro); tesoureiro – Dourado Neto (pintor); vice-tesoureiro – Josino Cosme (eletricista); bibliotecário – Francisco Bulhões (tipógrafo).

Após a posse dos escolhidos, João Estevão indicou o Dr. Juvenal Lamartine para ser o presidente de honra da referida agremiação, o que foi aceito por todos.

No dia de sua instalação, o Partido Político Operário recebeu a adesão de cerca de duzentas pessoas.

Uma vez instalada, a diretoria do citado partido procurou implantá-lo no interior do Estado, obtendo adesão de lideranças operárias de Macaíba, Areia Branca, Touros, Açu, Macau, Lajes, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Goianinha, Arês e outras cidades.

Na posse da diretoria do Partido Político Operário, realizada no dia 17 de setembro de 1929, esteve presente o Dr. Juvenal Lamartine, sob cuja presidência se desenvolveram os trabalhos. Aproveitando o ensejo, os líderes do Partido Político Operário homenagearam os Drs. Júlio Prestes e Vital Soares, candidatos à Presidência da República.

Como se pode inferir da leitura deste texto, o Partido Político Operário era uma agremiação acoplada ao grande Partido Republicano Federal, campeão de votos ao longo de todo o período da República Velha.

Mesmo antes de se organizar em partido político, os operários elegeram para a Assembléia Legislativa o Sr. João Estevão Gomes da Silva, que foi deputado na décima terceira legislatura (1924-1926) e deputado à Constituinte Estadual em 1926.

Como as demais agremiações políticas da República Velha, o Partido Político Operário desapareceu com a Revolução de 1930.

5 O Governo Hermes da Fonseca e as “Salvações do Norte”

Após a vitória que obteve nas urnas contra o célebre Dr. Rui Barbosa, o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, sobrinho do marechal Deodoro, tomou posse na Presidência da República a 15 de novembro de 1910. Contava 55 anos de idade e era casado com Dona Orsina Francione da Fonseca

Seu governo foi de permanente instabilidade política devido às várias confrontações entre as oligarquias regionais que o apoiaram e os grupos militares desejosos de exercer o poder. Por outro lado, mais um elemento perturbador do seu governo foi a presença de vários militares na política, formando assim uma oligarquia em âmbito federal. Seu irmão, João Severiano da Fonseca, vulgo Jangote, elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul; Mário Hermes, filho do presidente, foi eleito deputado pela Bahia aos 21 anos de idade. Outro filho, Fonseca Hermes, estava na política desde o Governo Provisório e, por último, elegeu-se deputado pelo Distrito Federal; ainda cabe lembrar o general Clodoaldo da Fonseca, primo do presidente, que tornou-se o “salvador” de Alagoas após ter derrubado a oligarquia Malta. E para “salvar” o Rio Grande do Norte o nome escalado era o seu filho Leônidas Hermes.

Além disso, esse governo sofria permanentemente a interferência política do general José Gomes Pinheiro Machado, chefe da política gaúcha e líder de todas as oligarquias a quem Hermes da Fonseca devia praticamente a sua vitória.

Pinheiro Machado era, por conseguinte, a grande eminência parda a conduzir, com malícia e habilidade incriveis, os fios condutores do poder republicano.

Para manter nos bastidores o controle do governo, Pinheiro Machado teve de lutar contra a própria influência de Mário Hermes, junto ao marechal. Nessa luta, o líder gaúcho saiu meio desgastado. Mesmo assim, esperou uma oportunidade para reabilitar-se.

O marechal Hermes, enviuvando em 1912, casou-se com a jovem (27 anos) Nair de Tefé, filha do Barão de Tefé. Encantado com a beleza, a inteligência e a desenvoltura da jovem esposa, o marechal-presidente esquece um pouco as tarefas peculiares ao exercício do

poder. Isso ensejou uma retomada de prestígio por parte de Pinheiro Machado. E a grande estratégia planejada pelo líder gaúcho foi eleger senador, pelo Amazonas, o genro, o Barão de Tefé.

Gilberto Amaro, seu secretário particular, ao comentar esse gesto bajulatório, confessa ter dito ao general Pinheiro Machado o seguinte:

O senhor elegendo o Barão de Tefé porque se tornara sogro do marechal, desfigurou-se não só aos olhos do público, como perante os amigos.

Até aí sua política tinha um sentido. Sustentar, garantir as oligarquias – os Neri no Amazonas, os Lemos no Pará, os Malta em Alagoas – era compreensível porque, como me disse uma vez “não se pode proceder a ablação num organismo de órgãos podres sem sacrificar todo o organismo (o partido)”.

Adulando o marechal, Pinheiro equiparava-se aos aduladores e serviçais do Palácio. Já lhe tinham pespegado o apelido de ordenança da vitória. mas o título especificava uma abdicação, não rotulava uma indignidade.¹⁴⁷

A fim de ampliar o seu poder político e neutralizar a ação dos militares e civis oposicionistas, Pinheiro Machado resolveu criar uma nova agremiação política, isto é, o Partido Republicano Conservador (PRC).

Após o retorno do marechal Hermes de sua viagem à Europa, no final de outubro de 1910, Pinheiro Machado tomou as providências necessárias à formação do referido partido. Logo no dia 5 de novembro foi redigido o Ato de Convocação, assinado por Quintino Bocaiúva, Pinheiro Machado, Tavares de Lyra, Ferreira Chaves e os demais chefes políticos dos outros estados.

Na reunião de 29 de novembro foi eleita a Comissão Executiva do PRC, assim constituída: Quintino Bocaiúva, Bias Fortes, Urbano

147 AMADO, Gilberto. *Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956, p. 399-400.

dos Santos, Tavares de Lyra, Leopoldo Bulhões, Siqueira Menezes e Antônio Azevedo. Pinheiro Machado preferiu não participar, pois conseguira eleger para presidi-la Quintino Bocaiúva, homem de sua inteira confiança.¹⁴⁸

Instrumentalizado com essa nova agremiação política, Pinheiro Machado pensava que controlaria os grupos dissidentes situados dentro do próprio governo. Na prática, o curso da política tomou outro rumo de graves consequências.

A vitória de Hermes da Fonseca resultou de uma convergência momentânea das oligarquias estaduais lideradas por Pinheiro Machado e de grupos militares fiéis aos ideais republicanos. Esses sempre viram na política oligárquica reinante em cada estado a deturpação daqueles ideais democráticos.

Posto diante dessas duas correntes, o marechal não sabia o que fazer. Como observa Carone,

pressionado por forças que pretendem uma continuidade do *status quo* – Pinheiro Machado e Partido Republicano Conservador – e por elementos que ambicionam conquistar o poder – minorias estaduais e *Exército* – Hermes titubeia, não sabendo qual a atitude que deve tomar. Muitas vezes, seus partidários militares e civis colocam-no diante de uma realidade da qual, geralmente, ele não podia fugir.¹⁴⁹

No calendário eleitoral de cada estado, as sucessões governamentais se fizeram durante os anos de 1911 e 1912. Esse foi o período das grandes lutas políticas denominadas pela oposição de “salvações nacionais”, que no Norte e Nordeste se chamavam de “salvações do Norte”.

148 SILVA, Ciro. *Pinheiro Machado*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 100.

149 CARONE, Edgar. *A República Velha* (Evolução Política). 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974, p. 265.

Com exceção de São Paulo, em todos os demais estados os interesses do pinheirismo se contrapunham aos militares, segundo a observação de Carone.¹⁵⁰

Através desse movimento “salvacionista”, os militares derrubaram violentamente várias oligarquias estaduais.¹⁵¹

Uma das primeiras “salvações do Norte” aconteceu em Pernambuco. Naquele Estado, contra a oligarquia Rosa e Silva que estava no poder desde 1896, levantou-se o próprio ministro da Guerra, general Dantas Barreto.

Rosa e Silva venceu as eleições realizadas no dia 5 de novembro de 1911. Esse fato político causou indignação aos oposicionistas que saíram às ruas subvertendo a ordem pública. Diante da tolerância de Hermes da Fonseca para com os militares, Estácio Coimbra abandonou o governo a 10 de dezembro. Por isso, foram realizadas novas eleições, cujo candidato foi o general Emídio Dantas Barreto. O caso de Pernambuco repercutiu em todo o Nordeste.

Na Bahia, o conflito de interesses entre as lideranças políticas locais e os militares resultou no bombardeio de Salvador ocorrido a 10 de janeiro de 1912, conforme as ordens do ministro da Guerra, general Mena Barreto, executadas pelo general Sotero de Menezes.

Contra a brutalidade do ataque, levantou-se a indignação da nação e de grande parte do povo baiano.

Nessa “salvação”, Pinheiro Machado foi o grande derrotado mais uma vez. Apoiado pelos militares da Guarnição Federal, J. J. Seabra derrubou o governo constituído e, depois, elegeu-se governador da Bahia.

No Ceará, aconteceu a mais prolongada e a mais complicada das “salvações”. Lá, dominava o Estado a oligarquia Acioli, desde 1896. Nogueira Acioli, que fora eleito para o período de 1908 a 1912,

150 CARONE, Edgar. *A República Velha* (Evolução Política). 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974, p. 266.

151 Para uma descrição detalhada dessas “salvações do Norte”, recomendamos ao leitor a obra de CARONE, Edgar. *A República Velha* (Evolução Política). 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974, p. 268-290.

escolheu para sucedê-lo o desembargador Domingos Carneiro, de idade avançadíssima: oitenta anos.

A oposição, por sua vez, lançou o nome do coronel Franco Rabelo, chefe do Estado-Maior da Região Militar, amigo de Dantas Barreto e genro do general José Clarindo de Queiroz.

A campanha política começou acirrada em dezembro de 1911, com a polícia atirando contra os oposicionistas nas ruas de Fortaleza.

A reação popular na capital e no interior foi cada vez mais viril às agressões do aparelho policial.

Sob a pressão de mais de mil homens armados, que cercaram o Palácio do governo, na noite de 22 de dezembro de 1911, após marchas e contramarchas, Nogueira Acioli resolveu renunciar ao governo a 24 de janeiro de 1912. Em seguida, fugiu para o Rio de Janeiro, onde, junto a Pinheiro Machado, foi tentar encontrar um nome capaz de disputar e ganhar as eleições. O escolhido foi o general Bezerril Fontenelle.

Realizadas as eleições em abril de 1912, saiu vitorioso o coronel Franco Rabelo.

Aparentemente estava tudo terminado. Entretanto, não foi assim. Apesar de vitorioso, ele não contava com o apoio de Pinheiro Machado nem de Hermes da Fonseca e nem do Partido Republicano Conservador. No plano estadual, os coronéis aciolistas mantiveram-se fiéis às ordens do seu chefe fugitivo. Logo que puderam, rebelaram-se contra ele sob a liderança de Floro Bartolomeu e Padre Cícero que, por sua vez, receberam armas enviadas por Pinheiro Machado.

Foi a chamada Guerra do Cariri, iniciada em Juazeiro a 9 de dezembro de 1913, que culminou com a derrubada de Franco Rabelo em março de 1914. Foi a vitória do Pinheirismo!

Em Alagoas, repetiram-se as mesmas escaramuças, se bem que em menores proporções. Aos primeiros sinais da campanha eleitoral, o governador Euclides Malta pôs a polícia nas ruas para atirar contra os opositores. No dia 10 de março de 1912, houve um verdadeiro massacre. Diante da reação armada da oposição, Euclides Malta decidiu renunciar ao governo, deixando o partido situacionista

sem candidato próprio. Isso facilitou a vitória do coronel Clodoaldo da Fonseca nas eleições de junho de 1912.

Na Paraíba, o governador João Machado quis impor o seu candidato. Todavia, a influência do oposicionista Eptácio Pessoa junto a Pinheiro Machado e ao presidente Hermes da Fonseca modificou o quadro sucessório.

Por influência do marechal Hermes surgiu a candidatura de Castro Pinto como elemento neutro. Mesmo sem chance de vitória, a oposição lançou a candidatura do coronel Abílio de Noronha, apoiado pelo general Dantas Barreto. Em represália, o Governo Federal transferiu o candidato oposicionista para Mato Grosso, assegurando assim a vitória do governo.

No Piauí, a sucessão estadual não teve maiores complicações. A oposição, aliada aos militares, tentou mudar a situação vigente, mas não conseguiu. Miguel Rosa, candidato situacionista, derrotou nas urnas o coronel Cariolado de Carvalho.

Quanto ao Rio Grande do Norte, o líder da “salvação” foi o capitão José da Penha. Sobre a sua campanha, realizada em 1913, nos ocuparemos adiante.

6 A Campanha do Capitão José da Penha

O mandato de Alberto Maranhão terminava em 1913 e, por conseguinte, a eleição do seu sucessor tinha de realizar-se naquele ano. Estava na moda, como vimos anteriormente, o movimento de “salvação” nacional que derrubou várias oligarquias em 1911 e 1912.

O capitão José da Penha planejara ser o salvador do Rio Grande do Norte. Já em setembro de 1911, ele fez uma brilhante conferência no Pavilhão Internacional do Rio de Janeiro intitulada Oligarquia, Anarquia e Ditadura.¹⁵²

Para realizar o seu plano, ele transferiu-se do Rio de Janeiro para o Ceará e contava com o apoio dos filhos do marechal Hermes

152 *Diário do Natal*, 2 de julho de 1911.

da Fonseca, especialmente o tenente Leônidas Hermes. Dizem os coevos que o desiderato de Dona Orsina Francione da Fonseca, esposa do marechal, era ver o filho Leônidas governador do Rio Grande do Norte. E José da Penha, amigo da família, militar e norte-rio-grandense de Angicos, fora escolhido para cumprir essa missão histórica. Aconteceu, porém, que Dona Orsina falecera em 1912 e a campanha sucessória realizou-se no ano seguinte.

A boataria em torno dessa articulação de José da Penha com a família do marechal Hermes era muito grande no Rio Grande do Norte. Para clarear o assunto, os governistas começaram a cobrar à oposição o nome do seu candidato ao governo do Estado. Em resposta, os penhistas lançaram, no dia 17 de abril de 1913, vários boletins com a foto do “salvador”, apresentando o como o candidato da oposição ao governo do Estado. Diante disso, José da Penha não podia mais manter o seu plano em sigilo. Por isso, no dia 27 de abril, realizou-se um grande comício em frente ao Ateneu Norte-Rio-Grandense, no qual José da Penha mandou João Bigois lançar a candidatura do tenente Leônidas Hermes ao governo do Estado. Naquela ocasião, Bigois apresentou ao povo ali reunido um telegrama que José da Penha enviou ao marechal Hermes da Fonseca, lançando a candidatura do seu filho Leônidas Hermes ao governo do Rio Grande do Norte.¹⁵³

O povo aplaudiu delirantemente o nome do candidato oposicionista. Há dias que os líderes municipalistas mais íntimos de José da Penha, atendendo a sua solicitação, telegrafavam diretamente para o marechal Hermes, lembrando o nome do seu filho para governar o Estado.

A resposta veio incontinênti, não conforme o plano arquitetado por José da Penha, mas, ao contrário, de acordo com a influência que Pinheiro Machado exercia junto ao marechal. O texto do telegrama foi o seguinte:

153 *Diário do Natal*, 29 de março de 1913.

Respondendo ao vosso apelo não compreendo que, no interesse da paz do Estado do qual sois filhos, procureis um estranho que nem sequer conhece esta região e teria o grande inconveniente de ser descendente do Presidente da República.

Não parece, pois, nem digno nem justo o vosso gesto, que viria criar uma grande oligarquia, sistema de governo contra o qual sempre protestei. Hermes R. da Fonsêca (*A República*, 1^o-5-1913).

Esse telegrama repercutiu como uma bomba na situação política local: para a oposição, foi uma verdadeira ducha arrefecendo os ânimos de todos os penhistas; para os partidários do governo, uma arma valorosa para combater o impetuoso capitão José da Penha.

A resposta do presidente chegou a Natal no dia 1^o de maio. No dia seguinte, o líder da “salvação” promoveu um comício no qual, sem continência nem subterfúgio, exercitou a sua facúndia contra o general Pinheiro Machado. A partir de então, José da Penha sentiu que o plano da “salvação” do Rio Grande do Norte, idealizado por ele e os filhos do marechal, começava a sucumbir diante da influência do grande político gaúcho.

Trabalhavam para impedir o pronunciamento do marechal Hermes em favor da candidatura do seu filho Leônidas, não somente Pinheiro Machado, mas também Tavares de Lyra, membro da Comissão Executiva do Partido Republicano Conservador.¹⁵⁴ Ademais, é mister ressaltar que o senador Ferreira Chaves era compadre de Pinheiro Machado, chefe da política nacional e protetor das oligarquias.

Não obstante essas dificuldades na cúpula, os penhistas continuaram insistindo na candidatura do tenente Leônidas Hermes.

Verdade é que, no dia primeiro de junho, uma plêiade de jovens oposicionistas fundou, na residência do Dr. Augusto Leopoldo, o Centro Cívico Leônidas Hermes. Por aclamação, foram eleitos os seguintes nomes para dirigi-lo: presidente - dr. José Gobat; vice-

154 SILVA, Ciro. *Pinheiro Machado*. Brasília: Editora Universitária, 1902, p. 101.

tenente Deolindo Lima; tesoureiro – coronel Aureliano Filho; secretário – dr. José Freire. Ao terminar a sessão, a diretoria passou o seguinte telegrama:

Temos honra comunicar V. Exa. foi fundado hoje, iniciativa moços independentes Centro Cívico Leônidas Hermes. Numerosa assistência. Centro não recuará uma linha seja qual for sorte filhos desta terra, aviltada vinte três anos oligarquia Maranhão. Contamos apoio V. Exa. causa libertação Rio Grande do Norte. Respeitosas saudações. José Gobat, Presidente (*Diário do Natal*, 3-6-1913).

Por outro lado, a imprensa situacionista lembrava ao capitão José da Penha a legislação eleitoral configurada na Lei nº 254, em vigor desde 29 de dezembro de 1907.

O Art. 2º estabelecia as seguintes condições para um cidadão ser eleito governador do Estado:

1. Ser brasileiro nato;
2. Estar no gozo dos direitos políticos;
3. Ser maior de 25 anos;
4. Ter quatro anos de residência ininterrupta no Estado, se for filho deste; e oito, se não for.

Como se vê, nem o tenente Leônidas Hermes, sem domicílio eleitoral aqui, e nem o próprio José da Penha, afastado do Rio Grande do Norte há 15 anos, poderiam legalmente ser candidatos ao governo do Estado.

6.1 A chegada definitiva de José da Penha a Natal

À semelhança do que aconteceu por ocasião da sua visita, os trens da Central e da Great Western transportaram para Natal numerosos líderes e representações políticas de vários municípios do interior potiguar. Todas as Ligas Femininas, já fundadas no interior, se fizeram representar. Transportada numa lancha, chegava

de Macaíba a Banda de Música do Mestre Antônio Andrade para abrihantar a chegada do grande líder.

Na manhã do dia 19 de março, a cidade acordou com o estampido de várias girândolas de foguetões. Logo cedo, os penhistas distribuíram na cidade o seguinte boletim:

Ao povo livre do Rio Grande do Norte

Erguei-vos, povo heróico, para receber o maior dos filhos desta terra. Lembrai-vos que ele é o nosso anjo da guarda, a nossa estrela redentora, um dos mais ardorosos republicanos deste país.

Lembraí-vos que este é o machado destruidor da última oligarquia que se precipita no abismo cheio de sombras, cheio de pesares!

Lembraí-vos que o “vencedor jamais vencido” há de libertar o Rio Grande do Norte.

Recebi, mocidade liberta, povo sofredor, o vosso maior amigo!

Viva a Liberdade!

Viva a República!

Viva o Marechal Hermes da Fonseca!

Viva o Capitão J. da Penha!

Viva o Tenente Leônidas Hermes!

No começo da tarde de 19 de março, o vapor Brasil atracava no cais Tavares de Lyra trazendo o “salvador” tão esperado. A multidão ali concentrada, portando bandeiras alvirrubras, delirava em vivas e aplausos ao seu grande líder. Após o desembarque do capitão J. da Penha, seguiu-se o préstito pelas ruas Tavares de Lyra, Sachel (hoje, Duque de Caxias), praça Augusto Severo e avenida Junqueira Aires até a residência do major Cirineu Vasconcelos. Aí, após uma salva de 21 tiros, o capitão Penha falou à multidão que o acompanhara, dizendo que veio para libertar o Rio Grande do Norte da dominação da oligarquia Maranhão. Durante o cortejo, a banda do mestre Antônio Andrade tocou a música *Vassourinha*, canção portuguesa do

início do século. Deolindo Lima pôs-lhe uma letra bem pertinente aos ideais oposicionistas:

Capitão J. da Penha (BIS)
 Denodado potiguar,
 Vem à Bela Salinésia (BIS)
 Os "Marretas" derrotar.
 Potiguarânia, há muito escravizada,
 Ergue a cabeça, ó pátria muito amada,
 Mostra ao mundo a tua majestade!
 Viva! Viva! Viva! a Liberdade!
 Vem o bravo Capitão (BIS)
 Libertar a nossa terra
 Pelo voto ou pela força (BIS)
 Pela paz ou pela guerra.
 Estribilho
 Vencedor jamais vencido (BIS)
 O valente Capitão,
 Ama o povo que o recebe (BIS)
 Com a maior satisfação.

A reação do governo veio incontinênti. No mesmo dia em que chegou o capitão J. da Penha, o Dr. Alberto Maranhão fez publicar n' *A República* a seguinte declaração:

1º A candidatura do Senador Ferreira Chaves não é uma candidatura oficial. O marechal Hermes da Fonseca e o Dr. Alberto Maranhão não têm candidatos.

2º O Governador. respeitará e fará respeitar a todas as opiniões políticas, não permitindo atentados à livre manifestação do pensamento e ao livre exercício do voto, sejam quais forem os credos partidários dos litigantes.

3º A má orientação do chefe oposicionista, dirigindo seus ataques mais violentos, não ao partido e à política dominante, mas ao Governo mesmo, prometendo aos seus correligionários vencê-lo por todos os meios, *de frente ou*

de través, em setembro próximo, quando é sabido que o atual período governamental só termina em 1º de janeiro de 1914, determinou o aumento da força pública para o fim exclusivo de defender a autoridade constituída e manter a ordem na capital e no interior.

O Governo não permitirá ataques ou desacatos por parte da força pública a quem quer que seja no exercício legítimo de seus direitos políticos (*A República*, 19-3-1913).

Veremos adiante que, no ardor da campanha, nem sempre prevaleceu o espírito democrático contido nessa declaração.

O aumento da força pública a que se refere a declaração governamental foi realizada mediante o Decreto nº 285, de 1º de março de 1913. Através dele, o Congresso Legislativo foi convocado extraordinariamente para votar no dia 15 de março de 1913 um crédito extraordinário de mil contos de réis a ser gasto com o Batalhão de Segurança. O efetivo dessa corporação, em novembro de 1912, era de 317 militares, passando, após o decreto, a 1.015 oficiais e praças. Houve, por conseguinte, um aumento de 698 elementos.

O governador Alberto Maranhão justificou esse reforço militar argumentando que “as constantes e públicas ameaças de perturbação da ordem interna, concretizadas em artigos violentos da imprensa oposicionista, não disfarçam o propósito de tentarem por todos os meios a deposição das autoridades constitucionais”. Era o receio de que viesse acontecer aqui a derrubada violenta do governo como ocorreu em vários Estados no período de 1910 a 1912 por ocasião das políticas de “salvação”.

Além disso, pelo mesmo decreto mobilizou o Batalhão Patriótico Silva Jardim. Tratava-se de uma associação paramilitar, não remunerada, auxiliar do Batalhão de Segurança. Por isso, seus integrantes eram chamados de *tapacus*. Nasceu essa associação no salão nobre do Teatro Carlos Gomes, no dia 2 de março de 1913, em sessão presidida pelo governador do Estado e assistida por cerca de 500 pessoas da sociedade local.

Segundo Rômulo Wanderley, o Batalhão Silva Jardim “compunha-se de 100 rapazes, todos estudantes, das melhores famílias da cidade. Usavam farda cáqui, chapéu de feltro cinzento, de abas largas,

sendo a do lado direito pregada à capa. E facão rabo-de-galo para intimidar os partidários do capitão J. da Penha. Intimidar sim, porque a finalidade desse Batalhão era patrulhar a cidade, prendendo os penhistas, sempre que houvesse pretexto”.¹⁵⁵

No dia 23 de março, portanto, José da Penha já em Natal, foi inaugurado o Quartel do Silva Jardim, na Vila Cincinato. No dia 25, tomou posse a diretoria, que tinha como presidente o coronel João Tinôco e vice, o coronel Francisco Cascudo. Foi empossado também, no cargo de comandante do referido Batalhão, o major Vitorino do Rego Toscano de Brito.

Se levarmos em consideração que, além desses dois batalhões, o governo contava também com o Tiro Natalense, organização paramilitar, e com o apoio disfarçado da 3ª Companhia Isolada de Caçadores, do Governo Federal, haveremos de compreender que Natal, em 1913, era uma praça de guerra.

6.2 O primeiro comício: protesto contra o empréstimo militarista

Ao saber do propósito militarista do governo, arquitetado pelos seus paredros, o capitão J. da Penha decidiu realizar um comício de protesto contra o empréstimo de mil contos de réis aprovado pelo Congresso Legislativo.

Nesse ínterim, correu o boato segundo o qual alguns correligionários mais exaltados do governo planejaram agredir fisicamente o capitão J. da Penha. O comício estava marcado para a tarde do dia 22 de março. Logo cedo, pela manhã, o capitão Penha fez circular pela cidade um boletim, cujos trechos principais são estes:

155 WANDERLEY, Rômulo C. *História do Batalhão de Segurança*. Natal: Walter Pereira, 1969, p. 54.

Povo, Cuidado!

Desencadeiam-se já contra mim os ódios dos perversos.

Tramam-se contra vós as Soaradas¹⁵⁶

Ontem, era um aviso.

Hoje, outras ameaças.

Amanhã, talvez, as tentativas apareçam.

Ao princípio, aborreceu-me o boato, enojou-me a missiva anônima.

Depois, ouvi testemunhas.

Agora tenho a certeza.

A sugestão covarde dos Eloys, dos Pedros Soares e outros Jesuítas vai ganhando o cérebro de assassinos, bêbados e venais.

Segreda-se por toda parte que é preciso morrer esse atrevido. Não faço ao Sr. Alberto a carga dessa infâmia inútil. O sangue não lhe dá prazer. Mas, por não ser ele malvado, não falta quem exerça o ofício.

Juro-vos, por minha farda, que exercerei vingança exemplar contras os autores.

Laurentino Teixeira, um pobre sugestionado, prometia ontem, perante testemunhas, assassinar-me hoje à traição, quando subisse à tribuna.

Esse infeliz, cuja prisão fui efetuar ontem à sua residência, onde não se achava, é protegido do venenoso Tigelino da corte oligarca.

Não vos peço que me defendais, mas concito-vos a que vos desagreveis.

Liberdade não se implora de cócoras; conquista-se de pé, firme, altaneiro, escudado na Lei e no civismo.

Os planejadores de violências não obedecem às ordens do chefe da oligarquia, nem agirão de concerto com o Governador Alberto Maranhão. Este, em última análise, é

156 Soaradas: Referia-se à família Soares, de grande projeção política no estado: Pedro Soares, diretor do Tesouro; Moisés Soares, redator do Jornal da Manhã e outros de menor importância.

um prisioneiro da sua baixa corte (*Diário do Natal*, 25-3-1913).

À tarde, quando a massa popular já estava concentrada nas imediações do Quartel da Força Federal (hoje, Colégio Churchill), do Mercado Público (hoje, Banco do Brasil) e avenida Junqueira Aires, o capitão Penha postou-se num dos ângulos do Ateneu (hoje, Secretaria Municipal de Finanças) e dirigiu a sua esperada palavra àquela multidão. Entre outras considerações, afirmou:

O povo, numa parcela que nunca fora notada aqui e não um grupo de partidários, ali se convocou para protestar contra a monstruosidade dessa arremetida dos oligarcas que pretendem lançar um empréstimo absurdo, injustificável, de mil contos, o qual, como consequência trará reduplicação dos impostos; para decretá-los, os oligarcas não se cansam de apregoar que estes aqui são os menos onerosos da República.

Adiante referiu-se “à falsidade do pretexto de se achar a ordem pública ameaçada pela demagogia e o ridículo de manter no Rio Grande do Norte uma força de 1.800 soldados que, em hipótese nenhuma se incumbirão da espinhosa tarefa de matar seus coestduanos e irmãos a 2\$000 por dia” (*Diário do Natal*, 25-3-1913).

Após os aplausos da multidão e a palavra do Dr. Abner de Brito, o capitão Penha retornou à residência do major Cirineu de Vasconcelos.

Mas, o protesto da oposição ao empréstimo do governo, chamado pelos penhistas de “empréstimo funéreo”, não se resumiu nesse comício.

No Congresso Legislativo, o deputado Manuel Agostinho leu um protesto assinado por centenas de pessoas, inclusive comerciantes e agricultores de Mossoró, Macau, Açu e outros municípios, contra o empréstimo de mil contos réis para despesas policiais.

Ao declarar porque votava contra, o referido deputado afirmou que “os próprios amigos deste mesmo Governo já se gabam dos recursos com que vão ser contemplados para fazer as eleições de setembro” (*Diário do Natal*, 29-3-1913).

Malgrado o protesto da oposição, o Congresso Legislativo aprovou o empréstimo solicitado pelo governo.

6.3 A conferência de Senegal

Por ocasião do 5º aniversário de governo do Dr. Alberto Maranhão (25 de março), saiu pelas ruas da cidade uma passeata em homenagem ao governador. Ao passar em frente ao *Diário do Natal*, a multidão parou a ouvir um orador que verberou fortes ataques ao capitão J. da Penha. Este, num gesto inusitado de coragem, em mangas de camisa, penetrou no meio da multidão para interpelá-lo. Travou-se, então, uma áspera discussão entre ele e o major Vitorino do Rego.

O incidente causou profunda preocupação ao capitão Toscano de Brito, comandante da 3ª Companhia Isolada de Caçadores, parente do major Vitorino.

A fim de conter os ânimos, o capitão Toscano promoveu um encontro do Dr. Alberto Maranhão com o capitão J. da Penha na chácara Senegal, residência de campo do presidente da Intendência Municipal, coronel Joaquim Manuel Teixeira de Moura. O encontro realizou-se no dia 26 de março.

Em presença dos familiares do anfitrião, Dr. Alberto Maranhão lamentou o ocorrido na passeata, reprovando os excessos do major Vitorino. Por sua vez, o capitão Penha queixou-se ao governador que três correligionários seus foram espancados pelo fato de trazerem, no peito, a sua fotografia.

O governo reiterou o seu propósito de assegurar a livre manifestação política das duas correntes em disputa pelo poder e, por sua vez, o capitão Penha reafirmou o seu intuito de respeitar as autoridades constituídas.

Na realidade, essas declarações tinham pouca eficácia porque, dos dois lados, os fanáticos não se continham. Tanto é assim que, ao término do encontro do Senegal, o capitão J. da Penha saiu apressado para reprová a atitude dos seus correligionários que tinham vaiado mais um soldado do Batalhão de Segurança.

6.4 O comício das Rocas

O bairro das Rocas nasceu proletário. Pescadores, portuários e ferroviários lhe deram vida inicial. Em 1913, a Estrada de Ferro Central construía a sua estação, situada na rua Silva Jardim.

O caráter popular da campanha de José da Penha tinha nessa parte da cidade um celeiro de simpatizantes. Ademais, havia naquele bairro um conflito entre grande parte dos seus moradores e o coronel Ângelo Roselli, que se proclamava o legítimo dono de uma grande área que aforara ao Ministério da Marinha.

Sabendo dessa situação, o capitão Penha realizou ali um comício, no dia 29 de março, visando a sensibilizar o operariado para a sua campanha. Com a permissão do Sr. Vicente Piero, os operários da E. F. Central vieram participar do comício.

Durante o *meeting*, o Sr. Joaquim Lucas leu um telegrama que enviara ao ministro da Marinha denunciando a ganância do coronel Ângelo Roselli.

Explorando a situação reinante em favor dos oprimidos, Renato Phaelante, jornalista pernambucano que viera fazer a campanha oposicionista, verrinou o quanto pôde contra o coronel Roselli e conclamou os habitantes das Rocas a exterminá-lo.

O capitão Penha, que fora recebido carinhosamente pelos moradores daquele bairro, dirigiu sua palavra aos presentes no final da concentração. Depois, ele e seus asseclas saíram num bonde dando vivas à “salvação” e “morras” à oligarquia Maranhão.

6.5 Capitão Toscano de Brito planejou empastelar o *Diário do Natal*

Em vários Estados onde houve “salvações”, a força federal quase sempre aliou-se à oposição para derrubar as oligarquias locais. No Rio Grande do Norte, o capitão Toscano de Brito, comandante da 3ª Companhia Isolada de Caçadores, proclamava-se neutro perante a sucessão governamental. Seu relacionamento com o capitão J. da

Penha não era satisfatório. O líder oposicionista quis transferi-lo, mas não o conseguiu, porque Pinheiro Machado impediu.

O capitão Toscano, em 19 de abril, mandou um ordenança levar um bilhete ao capitão J. da Penha dizendo que, nos seus comunicados enviados para o jornal *A Época*, do Rio de Janeiro, não envolvesse o nome de sua esposa.

O líder oposicionista sentiu-se ofendido com tal bilhete, justamente porque, no telegrama que enviou no dia 31 de março ao jornal *A Época*, dissera que a esposa do presidente da Intendência de Natal, e não a mulher do capitão Toscano, era sua admiradora e partidária. Respondendo ao comandante da 3ª Companhia Isolada de Caçadores, o capitão J. da Penha disse-lhe o seguinte:

Espantou-me a sua leviandade. Podemos assassinar-nos um ao outro, mas não lhe dou o cabimento de julgar-me um explorador de mentiras, com os seus correligionários do Governo. Você tem no próprio texto do aludido jornal o telegrama, por extenso, muito diverso, por exemplo, do que foi inventado, ou confundido pelos oligarcas.

A virtuosa senhora do coronel Joaquim Manuel, e não sua digníssima esposa, é que figura no telegrama que dirigi à pessoa de minha família no Rio e veio a público.

Como sabe, nem você nem pessoa alguma do Exército ou fora dele me intimida, nem poderá, por mais que se esforce, obstar o cumprimento sagrado dos meus deveres políticos em minha terra.

Queria a luta comigo? Tê-la-á, mas às escancaras. Mas fique certo de que os soldados que você comanda não se levantarão contra a encarnação da liberdade e o símbolo do brio, que fui, sou e serei até derrotar estes seus oligarcas (*Diário do Natal*, 20 de abril de 1913).

Isso foi o suficiente para despertar as iras do capitão Toscano de Brito. A resposta do capitão J. da Penha publicada na imprensa era um repto à sua autoridade e à sua liderança na guarnição que comandava.

O capitão Toscano pôs de prontidão todos os seus comandados para, no dia 21 de abril, empastelar o *Diário do Natal*, órgão da oposição, e naturalmente prender os oposicionistas que reagissem à ofensiva militar. Mas, o plano transpôs os muros do quartel e, em tempo hábil, os penhistas se prepararam. À entrada do prédio onde funcionava o jornal, colocaram sacos de algodão e de areia molhada; reuniram vários rifles no interior do jornal e introduziram um tubo da empresa de melhoramentos, cheio de amoníaco, destinado a asfixiar os agressores.

Enquanto o ataque não vem, o capitão J. da Penha passeava no seu cavalo pelas ruas da cidade, desafiando a coragem dos agressores (*A República*, 22 de abril de 1913). À frente do prédio do *Diário do Natal* aglomeraram-se numerosos penhistas esperando o ataque que não veio. Essa concentração perdurou por vários dias. Todo governista que por ali passava era crivado de achincalhes.

6.6 A greve da Fábrica de Tecidos

Poucos dias depois, aconteceu a greve dos operários.

A fábrica de tecidos, fundada por Juvino Barreto, fora vendida ao Sr. Francisco Solon. Todavia, Jorge Barreto Maranhão continuava sendo o seu gerente.

Sabendo que os penhistas estavam penetrando politicamente no operariado, o governador, combinado com o gerente, colocou um guarda policial no interior da fábrica para garantir o estabelecimento.

Instigados pelo Dr. Nizário Gurgel, os operários decidiram fazer uma greve em sinal de protesto. A imprensa oposicionista chamou de “greve da honra”, esta decretada contra a presença de policiais no recinto de trabalho, porque o governo, agindo desse modo, “quis afrontar o pudor das virgens e das senhoras que trabalham na fábrica de tecidos, com a promiscuidade de policiais e de cangaceiros, aquartelados à força, no interior de um estabelecimento estranho à oligarquia [...]” (*Diário do Natal*).

Ao tomar conhecimento da rebelião operária, o Sr. Jorge Barreto, logo cedo, resolveu demitir o operário Ezequiel dos Santos, identificado como penhista exaltado, e mais seis outros trabalhadores. A partir de então, o medo tomou conta dos operários, que retornaram logo ao seu trabalho.

Entre os operários mais qualificados da fábrica de tecidos havia alguns ingleses que moravam na avenida Junqueira Aires, nas proximidades daquela indústria. Durante a greve, eles hastearam uma bandeira inglesa. A oposição viu nessa atitude um gesto de solidariedade para com os grevistas. A fim de esclarecer a razão do hasteamento daquela bandeira, o governo pediu ao Sr. Odilon Garcia, vice-cônsul da Inglaterra, seu velho e fiel correligionário, que procurasse saber o porquê daquela atitude dos operários estrangeiros. Eles responderam ao ofício que lhes foi enviado dizendo que desfraldaram a bandeira para demonstrar seu alheamento ao movimento grevista.

6.7 A formação das Ligas Eleitorais

Os dois líderes políticos – Ferreira Chaves e José da Penha – ainda se encontravam no Rio de Janeiro, quando os seus correligionários fundavam, em Natal, as ligas em prol de suas candidaturas.

As Ligas Pró-Chaves

Por iniciativa de uma plêiade de jovens – Helly Fernandes da Câmara, João Nesi Filho, Álvaro Borges, Sandoval Wanderley, Joaquim Alexandre, Amaro Costa, Francisco Pinheiro Alves de Souza, Maurílio Freire Pereira e Olavo Guimarães Wanderley – fundou-se no dia 6 de janeiro de 1913, em reunião realizada no salão do Natal Clube e presidido pelo coronel Pedro Soares, a Liga Masculina Pró-Chaves. De imediato a oposição batizou-a de “Liga Pró-Pança”.

O Dr. Ponciano Barbosa, orador oficial da solenidade, a certa altura do seu discurso apelou: “Esforcemo-nos para manter a

harmonia de todos os elementos. Não aceitemos o exemplo nada dignificador dos outros Estados que se banharam de sangue dos seus filhos”.

Em seguida falou o Dr. Manuel Dantas, que invertendo o significado de uma frase do capitão J. da Penha, afirmou: “O Senador Ferreira Chaves vencerá pela *força do voto* porque contra a sua candidatura não haverá *voto de força* que se levante”.

Essa Liga elegeu uma Diretoria de Honra presidida pelo coronel Pedro Soares e uma Diretoria Efetiva, assim composta: presidente – Dr. Moisés Soares; vice – Anfilóquio Câmara; oradores – Ponciano Barbosa, Luiz Potiguar e Francisco Ivo; secretários – Alberto Roselli e J. C. de Brito Guerra; tesoureiro – coronel Francisco Cascudo.

Os jovens fundadores passaram a integrar a Comissão de Propaganda e Festas.

Por ocasião da instalação dessa Liga, 12 de janeiro, em sessão realizada aos salões do Natal Clube, quando o deputado Eloy de Souza referiu-se aos intentos revolucionários apregoados pelos adversários, o Dr. Abner de Brito, que entrara acintosamente no recinto acompanhado de outros penhistas radicais, contestou o orador dizendo que a oposição não usaria tais processos revolucionários, mas apelaria tão-somente para o voto dos norte-rio-grandenses. A assembléia, silenciosa e atônita, esperou a resposta do deputado Eloy que destacou que a sucessão governamental pela via das urnas era também o propósito dos partidários do governo (*A República*, 13 de janeiro de 1913).

Ainda em janeiro, dia 19, organizou-se a Liga Feminina Pró-Chaves e a sessão realizada no Teatro Carlos Gomes, que ficou superlotado por senhoras e senhoritas da elite natalense.

A Diretoria eleita ficou assim constituída:

Presidente – Beatriz Dantas;

Vices – Mariinha Galvão, Naninha Soares e Maurila Guerra;

Secretárias – Ninita Freire, Áurea Barros, Edith Seabra e Corina Toscano;

Oradoras – Palmyra Wanderley, Maria Rosa Fernandes e Beatrys Melo.

No seu discurso de saudação, Palmyra Wanderley ressaltou que “as moças da Liga nada mais eram do que o elemento de pacificação

e nada mais queriam do que a paz e a concórdia para a segurança do lar e a estabilidade família”.

No mesmo mês foram organizadas, em Natal, as Ligas Operária, Marítima e Infantil. Várias outras surgiram no interior do Estado, cuja relação dos integrantes era publicada pela imprensa governista: *A República* e o *Jornal da Manhã*.

As Ligas Pró-José da Penha

No mesmo dia que os governistas fundaram a sua primeira liga, 6 de janeiro, os opositoristas organizaram a Liga Antioligarca J. da Penha. Na residência do deputado Augusto Leopoldo e sob a direção do professor Clementino Câmara, reuniram-se cerca de cem pessoas a fim de fundar a referida entidade. Depois que o professor Clementino explicou a finalidade daquela reunião, procedeu-se à eleição da Diretoria, que ficou assim constituída:

Presidente de Honra – Augusto Leite;

Presidente Efetivo – Nizário Gurgel;

Vice – Janúncio Nóbrega;

Oradores – Drs. Abner de Britto e José Freire;

Secretários – Odorico Moreira Dias e Epifânio M. de Noronha;

Tesoureiro – Josué Silva.

Discursaram na ocasião o Dr. Nizário Gurgel agradecendo a sua escolha e o Dr. Abner de Brito.

A reação dos governistas veio imediatamente através de numerosas cartas anônimas repletas de vitupérios e ameaças.

Pelo dia 10 de janeiro começaram os penhistas a coletar assinaturas para fundar a Liga Feminina Pró-J. da Penha, da qual era presidente a senhorita Joanita Gurgel. A notícia dessa liga chegou ao interior como um toque de clarim. O *Diário do Natal*, órgão da oposição, publicou listas enormes de senhoras e senhoritas de várias cidades do interior que aderiram à Liga Feminina organizada em Natal.

Fundaram-se Ligas Pró-J. da Penha, em Apodi, Macaíba, Açu, Angicos, Pendência, Nísia Floresta, Canguaretama, Macau, Pedro

Velho, Caicó, Arês, Nova Cruz (uma masculina e outra feminina), Mossoró, Pau dos Ferros, Touros, S. José de Mipibu e outras cidades. De todas essas cidades vinham listas das integrantes dessas associações cívicas, que eram publicadas na imprensa oposicionista.

Vale salientar que, apesar de as mulheres não terem ainda o direito de votar, a quase totalidade das Ligas Pró-J. da Penha era composta de mulheres. O contrário ocorreu com as Ligas Pró-Ferreira Chaves.

Fundar ligas era a coqueluche daquela conjuntura política. Por isso, um cronista, parodiando Shakespeare, escreveu a seguinte observação:

Ser ou não ser por uma liga – Eis a grande, a importantíssima questão do momento, o *plat du jour* de todas as esquinas, questão complexa, de difícil resolução, que apaixona uns e que endoidece outros. Contam-me até das fundações das Ligas Pró-Medo, Pró-Emprego e até da Liga Pró-Negócios de Liga Comigo não Liga! (*Jornal da Manhã*, 14 de janeiro de 1913).

Essas ligas desempenharam um papel importantíssimo durante a campanha, mantendo acesos, em cada município onde se organizaram, os ideais políticos das duas facções em luta.

6.8 A candidatura de Ferreira Chaves

A sucessão de Alberto Maranhão no governo do Estado coincidiu com a tempestade antioligárquica do movimento de “salvação” nacional. Apesar de todo o seu prestígio, a oligarquia Maranhão temia a repetição, no Rio Grande do Norte, de atos violentos ocorridos noutros Estados da União. Estava colocado o impasse: mais um Maranhão para governar o Estado ou seria mais seguro lançar a candidatura de um *attaché*? O Dr. Tavares Lyra, cunhado do governador Alberto Maranhão, estava ansioso para voltar a governar o Rio Grande do Norte. Faltando dois anos para a eleição, o *Correio da Semana*, jornal do Ceará-Mirim, começou a fazer a propaganda

da candidatura do Dr. Tavares de Lyra ao governo do Estado. Tudo era feito de acordo com Alberto Maranhão. Mas, com a chegada de José da Penha, cuja pregação sacudia as massas, Alberto resolveu adotar outra estratégia, mandando as bases municipais do Partido Republicano lançarem a candidatura do Senador Ferreira Chaves. Este, além de gozar de grande prestígio popular, não era da família Maranhão. Era, sim, um fiel e capacitado *attaché*. Mesmo assim, revelou o jornal *A República* em 1919 que o Dr. Tavares de Lyra “lembrava ao Des. Ferreira Chaves que, eleito, S. Exa. poderia renunciar seis meses depois, para, tendo já passado o tempo da ‘salvação’, proceder-se à eleição de outro governador, que seria, no caso, o próprio Dr. Tavares de Lyra”.¹⁵⁷

Malgrado as inevitáveis brigas nos bastidores da disputa política, o Partido Republicano homologou a candidatura do Des. Ferreira Chaves. Vale ressaltar que ele fazia questão de dizer, alto e bom som, que não era o candidato oficial e que a sua candidatura nascera do apoio popular.

Conforme observou oportunamente o escritor Alvamar Furtado, até 1913 os candidatos à sucessão governamental eram escolhidos nas reuniões palacianas, ao término do expediente.¹⁵⁸ Com o advento do capitão José da Penha, houve a interrupção dessa praxe provinciana e impopular. Começou, então, o interminável carnaval das campanhas políticas do Rio Grande do Norte.

6.9 A chegada do Senador Ferreira Chaves

Com a organização das ligas, o povo estava mobilizado para receber os seus líderes. Primeiro, chegou o Senador Ferreira Chaves no dia 26 de janeiro. No final do mês, 31 de janeiro, José da Penha

157 *A República*, “Entendamo-nos”, 22 de julho de 1919.

158 MENDONÇA, Alvamar Furtado. *José da Penha: um romântico da República*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1970, p. 20.

passava por Natal, viajando em direção ao Ceará onde era deputado estadual. Foi recebido delirantemente pelos oposicionistas.

Todas as Ligas Pró-Chaves concentraram os seus adeptos no cais Tavares de Lyra para receber festivamente o seu candidato. Quando Ferreira Chaves desembarcou do paquete Brasil, a multidão ali presente prorrompeu vivas e aplausos ao futuro governador do Rio Grande do Norte. Ao som da música do Batalhão de Segurança, todos saíram pelas ruas da Ribeira em direção à sede do Natal Clube, na Cidade Alta. No percurso, vários oradores saudaram o grande líder. No discurso que proferiu defronte ao Natal Clube, Chaves comparou a sua situação, naquele momento, à que o Chanceler Thiers vivera quando se viu diante de Bismark: “Não posso falar-vos, meus amigos, senão para dizer-vos que não vos posso falar”. Adiante, acrescentou: “Já vos devia muito, já vos devia tudo; nunca, porém, pensei que vos pudesse dever tanto. Tínheis-me cumulado, desde muito, de tão largos favores e assinaladas distinções, que eu me sentia fartamente compensado do pouco, muito pouco mesmo, que tivesse porventura feito em vosso favor” (*A República*, 27-1-1911).

Passadas as festividades da chegada, o candidato iniciou a sua campanha na capital e no interior.

6.10 Excursão dos candidatos ao interior

6.10.1 Ferreira Chaves

Durante quase três meses (de 15 de fevereiro a 13 de abril), o senador Ferreira Chaves percorreu centenas de quilômetros usando liteiras, cavalos, trens e barco. Foi um sacrifício enorme para um homem de 61 anos de idade!

Acompanhado de Eloy de Souza, embarcou no vapor Turiassu, pertencente à Companhia Maranhense, em direção a Areia Branca e Macau. Nesta cidade, contou-nos o professor Antônio Soares Filho, havia uma velha tão penhista que, ao saber da visita de Ferreira Chaves, mandou substituir, por tramelas, todas as fechaduras da sua casa para evitar pronunciar a palavra “chave” todos os dias.

Em seguida, Chaves rumou para a zona oeste. Em Mossoró, foi recebido estrepitosamente pelos seus correligionários. Para surpresa de muitos, ele foi recebido pelo Dr. Almeida Castro, seu amigo, mas que era o chefe da oposição naquele município. Fato semelhante aconteceu em Apodi, quando o coronel Cristalino Costa foi ao seu encontro. Chaves visitou ainda a povoação de Itaú e as cidades de Pau dos Ferros, Martins e Patu.

Chegou a Caicó no dia 28 de março, hospedando-se na residência do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros. No dia seguinte, o coronel Joaquim Martiniano, chefe da oposição, ofereceu-lhe um almoço. Visitou ainda Acari, onde foi saudado brilhantemente pelo Dr. Juvenal Lamartine. Do Seridó regressou para a capital, passando por Santa Cruz e Macaíba, onde chegou acompanhado por centenas de cavaleiros. Ao dirigir a sua palavra ao povo, Chaves saudou Macaíba como a *urbis eburnea* (cidade de marfim). Disse “não ser um pretendente à cadeira de governador do Estado, mas um aclamado pelo povo. Seu programa é o seu próprio nome, o seu passado, todo ele de lealdade e de tolerância política”.

Sua chegada a Natal foi uma apoteose! As Ligas, as comitivas do interior, amigos e correligionários concentraram-se no cais Tavares de Lyra à espera do seu candidato. Dali o cortejo saiu pelas ruas da velha Ribeira em direção ao Natal Clube, na Cidade Alta. Durante o percurso foi saudado por vários oradores. Diante do Natal Clube, a poetisa Palmira Wanderley falou em nome da Liga Feminina; pela Liga Operária, discursou o Sr. Costa Andrade, e representando a Liga Infantil, usou a palavra o garoto José Hypólito. Em nome da Liga Masculina, o professor Ivo Filho recitou uma poesia de sua lavra intitulada “O Eleito do Povo”.

Qual heroe secular de volta das pelejas,
Chegastes, oh! senhor, das plagas sertanejas!

No seu discurso, Ferreira Chaves afirmou que “voltara reconfortado da sua excursão triunfal pelo sertão, onde todos vieram ao seu encontro, desde os mais humildes representantes do povo, até os chefes do nosso partido e os próprios chefes da oposição.” Declarou

que “contava com o apoio do Governo do Estado, dos mais graduados representantes da política nacional e do Presidente da República” (*A República*, 11-4-1913).

Após os aplausos da multidão, discursou o Dr. Alberto Maranhão afirmando “que isso que chamam oligarquia não era uma coisa séria, não passava de uma frágil arma de combate que os adversários mal podiam manejar, porque o povo via e sabia que nós aqui praticamos a república democrática”.

No dia seguinte, a burguesia comercial do Estado homenageou o Senador Ferreira Chaves com um grande banquete no Teatro Carlos Gomes (hoje, Alberto Maranhão). Fez a saudação ao ilustre candidato o Dr. Sinfrônio Magalhães, literato pernambucano que, há dias, encontrava-se aqui fazendo inferências sobre vários assuntos. Quando foi agradecer a homenagem, Chaves foi enfático:

Não fui, não sou, não serei jamais um candidato oficial – cadeira de governador – tenho a coragem de anunciar-vos – serei o que fui sempre na cadeira de juiz. Moralidade e Justiça, Liberdade e Progresso – serão os pontos cardeais do meu programa de governo, programa que saberei manter com firmeza e executar sem vacilações. Foram compromissos que assumi perante o país, perante o governo da República, perante meus amigos. (*A República*, 14-4-1913).

No dia seguinte, acompanhado de sua família, viajou a bordo do vapor Ceará com destino ao Rio de Janeiro, de onde só retornou para tomar posse no governo do Estado.

6.10.2 José da Penha

À semelhança do candidato do governo, o líder da oposição visitou vários municípios do interior potiguar. Sua excursão, malgrado a inexistência do rádio e da TV, despertou muita curiosidade e muito entusiasmo populares por onde ele passou. Em várias cidades, Zé da Penha foi recebido pelo povo como um missionário, pregador da liberdade. Seus adversários, ao contrário, divulgaram a idéia que ele

era o anti-Cristo de que fala o Apocalipse. Mesmo assim, as camadas mais pobres do Estado foram ao seu encontro nas ruas, nas estradas, nas cidades e vilas. Não lhe faltaram manifestações de admiração e carinho. Vale ressaltar que à medida que se intensificava a sua campanha no interior potiguar, aumentava concomitantemente o radicalismo das duas facções em luta pelo poder.

Logo que chegou a Natal para iniciar a sua campanha, ele cumpriu a promessa que fizera de visitar Macaíba, ninho predileto da oligarquia Maranhão. Cerca de seis mil pessoas, conforme os cálculos da oposição, acorreram à terra de Auta de Souza para ver e ouvir o intrépido “salvador”. Sob os aplausos do povo, partiu de Natal uma flotilha de embarcações levando os caravaneiros da oposição. Em Macaíba, correu o boato de que iria haver muita bala com a chegada do líder oposicionista. Falando ao povo na praça pública, Zé da Penha disse que “Macaíba tinha sobrada razão para empregar, nesta luta, todas as suas energias, porque foi precisamente ali que manifestou-se mais violenta a situação oligarca, arrancando, como abutre, o direito do cidadão, pela extorsão, pelo abuso da força.” (*Diário do Natal*, 26-3-1913).

Alberto Maranhão chegou à cidade na mesma hora do comício. Da casa do major Antônio Delmiro, ele ouviu atentamente o discurso do líder oposicionista. Os governistas improvisaram uma concentração e pediram que o governador Alberto Maranhão dirigisse-lhes a palavra. Referindo-se ao capitão José da Penha, chamou-o de “ilustre patricio, militar correto e disciplinado, político ardoroso e espírito culto”.

No dia seguinte, o coronel Alfredo Carneiro de Mesquita ofereceu-lhe um banquete, no qual José da Penha ressaltou o seu compromisso com a liberdade:

Pobre cidadão, sem virtude, mísero pecador sem santidades, eu me sinto agora, porém, sob o cadinho depurador e sublime de uma idéia. Não falo por minha boca, mas pelos votos de uma crença ativa e santa de liberdade, de amor e de justiça: a regeneração política do Rio Grande do Norte. Pequeno de minha parte, posso, entretanto, subir até as generosidades do vosso coração, para merecê-las, porque,

seja como for, os adversários já viram, eu represento a oposição aos oligarcas do Rio Grande do Norte, e esta falange, outrora minúscula, está confundida agora com este gigante que é o povo sedento de alforriar-se (*Diário do Natal*, 26-3-1913).

Logo no início de abril, Zé da Penha começou a visitar as cidades do agreste e do litoral: Ceará-Mirim, Touros, Arês, Goianinha, Nísia Floresta, Canguaretama e São José de Mipibu. Entre uma e outra visita, retornava à capital para coordenar pessoalmente a luta oposicionista.

José da Penha era um homem corajoso e ousado. Gostava de enfrentar os adversários dentro dos seus próprios redutos. O grande desafio era a oposição fazer um comício em Canguaretama. Lá, há vinte anos (de 1893 a 1913), governava o município, qual um senhor feudal, o coronel Fabrício Maranhão, irmão do governador Alberto. Fabrício era um homenzarrão, cujo olhar sisudo intimidava de imediato os mais fracos. Durante anos a fio, acusaram-no de fazer contrabando de açúcar, de cachaça e de outras coisas. Todavia, daquele município, a oposição era grande e estava ansiosa para ouvir o “salvador”. O comício de Canguaretama atraiu gente de todas as cidades vizinhas.

José da Penha chegou a Canguaretama num trem da Great Western, foi recebido delirantemente pelos seus correligionários. Da estação férrea saiu um cortejo em direção ao centro da cidade, durante o qual a multidão dava vivas aos líderes do partido oposicionista. À noite, ao som de duas bandas de música, houve uma grande passeata durante a qual José da Penha pronunciou um dos discursos mais violentos da sua campanha. Referindo-se ao coronel Fabrício Maranhão, ele bradou: “Fabrício, Fabrício, uma montanha carne escanchada num trono de falcatruas e ladroeiras” (*A Imprensa*, 21-8-1919).

Dias depois, ele veio visitar o município de Nísia Floresta. Lá, reinava o coronel José de Araújo, que foi o presidente da Intendência Municipal 40 anos consecutivos. Ficou famoso pelas surras que mandava dar nos seus adversários. Sem dúvida, foi o mais fiel dos correligionários da oligarquia Maranhão.

À véspera de sua chegada, correu o boato de que José da Penha seria recebido à bala de rifle pelos cabras do coronel José de Araújo. Era a repercussão do comício de Canguaretama! Por causa disso, os penhistas transportaram para Nísia Floresta cerca de vinte rifles e bastante munição. Já se sabia, na cidade, quem iria agredir o capitão José da Penha. Por isso, um dos partidários postou-se ostensivamente na calçada do Sr. José de Goes, onde o “salvador” estava hospedado, com um rifle na maçaneta da sela do cavalo à espera do agressor. Pessoas de espírito mais conciliador contornaram aquela situação. À noite, a cidade ainda em efervescência, houve uma passeata dos cha-vistas em protesto à visita do “salvador”.

Durante os meses de maio e junho, José da Penha percorreu Macau, Mossoró, Açu, Angicos, sua terra natal, e várias cidades do oeste potiguar.

Antes de sair de Natal para essa segunda etapa de sua campanha, José da Penha foi avisado pelo Dr. Vicente Veras, Juiz de Direito de Acari, de que o Dr. Juvenal Lamartine preparara várias emboscadas para matá-lo na sua viagem pelo sertão. Talvez por essa razão, a partir de Mossoró, José da Penha incorporou à sua comitiva um certo número de cangaceiros e bastante munição. Verdade ou não, o certo é que o líder da “salvação” não visitou a região do Seridó. Parou em Santa Cruz do Inharé.

Na sua excursão pelo oeste, José da Penha usou o cavalo como meio de transporte. Por isso, em todas as cidades daquela região, ele era acompanhado por grande número de cavaleiros que lhe davam segurança no deslocamento de uma cidade para outra. É oportuno lembrar que, em 1913, o cangaceirismo assalariado pelos coronéis estava em pleno vigor.

A maneira como José da Penha entrou em Pau dos Ferros é digna de ser consignada aqui para termos uma idéia do caráter cavaliresco dessa campanha:

A marcha estava organizada em forma militar. Na frente, vinham dois moços de chapéu cinzento, empunhando bacamartes, um barbudo e outro preto, de cara raspada, todos cobertos de poeira e cisco nos paletós; seguiam-se

duas filas de cinco cangaceiros de chapéu de couro, uns de botas, outros encourados como vaqueiros, armados de rifles e no centro, entre duas filas, marchava o Capitão, de roupa branca e capote, com umas botas de boca larga, empunhando um bacamarte enfeitado de fitas encarnadas e amarelas, que uns diziam ser um rifle, outros um formidável "boca de sino" (*A República*, 30-5-1913).

Da zona oeste, José da Penha deslocou-se para Angicos, sua terra natal. Daí rumou em direção à região do Trairi, entrando na vila de Santa Cruz no dia 28 de junho acompanhado por cerca de 250 cavaleiros procedentes de Currais Novos, Macaíba, São José de Mipibu, Nova Cruz e até da Paraíba. A cidade ficou totalmente mobilizada. Chavistas e penhistas agitavam a pequena vila num duelo eivado de aspereza e de emoções partidárias. O capitão Penha, mais uma vez, falou ao povo denunciando os desmandos administrativos do Dr. Alberto Maranhão. De Santa Cruz, ele desceu para o agreste a fim de visitar a cidade de Nova Cruz.

Para combater os cangaceiros que viviam invadindo o território do Rio Grande do Norte, o governador Alberto contratara o capitão Zacarias das Neves, famoso perseguidor de cangaceiros em Pernambuco, Paraíba, Ceará e inimigo pessoal de Antônio Silvino. Naquele momento, ele chefiava a polícia de Nova Cruz.

Quando José da Penha chegou a Santo Antônio do Salto da Onça, Zacarias mandou-lhe o seguinte recado: em Nova Cruz, ele não faria comício. A notícia explodiu como uma bomba. Homem de coragem, o "salvador" gostava de topar desafios. Arregimentou as suas forças e partiu em direção à terra da "Anta Esfolada", antigo nome daquela cidade.

A verdade sobre o que aconteceu em Nova Cruz não é de fácil discernimento. Há várias versões. A primeira é a do professor Clementino Câmara, penhista radical, que relatou o episódio da seguinte maneira:

De Santo Antônio telegrafou-me o capitão Penha dizendo que seguisse a Nova Cruz levando armas e a munição que tivesse. É que lá estava acantonado o famigerado capitão

de polícia, Zacarias das Neves, à frente de uns cento e cinquenta homens, alguns dos quais profissionais do crime, cangaceiro, mas assalariados pelo Governo local e legítimo. Todos usavam alpercatas e chapéu de couro com aba na testa e na nuca virada para cima e o trabuco na mão. No dia seguinte ao da recepção do aludido telegrama, despachava eu oito rifles e oitocentos cartuchos, seguindo no mesmo comboio com vários amigos. Nos bolsos, meti doze bombas de dinamite e no cinto um punhal. À minha senhora, que se obstinara em acompanhar-me, dei um revólver dizendo que, como sabia usar aquela arma, em caso de ataque à sua pessoa, se defendesse.

Mas, Zacarias das Neves não tinha coragem, tanto assim que, com a força de que dispunha, não impediu que entrássemos em Nova Cruz, que fizesse o capitão Penha e depois o Dr. Henrique Hurley um comício em que mais uma vez a “oligarquia maranhota” foi arrastada pela rua da amargura, e depois fôssemos nos banquetear e dançar até alta noite.¹⁵⁹

Vejamos como o penhista, Alfredo Augusto de Santana, ex-deputado estadual por Nova Cruz, descreveu aquele episódio:

Em nove de julho de 1913. o capitão José da Penha Alves de Souza chegou à cidade de Nova Cruz. O peregrino temerário, depois de percorrer vários municípios, vinha da vila de Santo Antônio do Salto da Onça, transportado numa liteira, acompanhado por mais de duzentos cavaleiros e verdadeira multidão de pedestres. Ao se aproximar da rua Campo Santo, àquela época a principal entrada de vila, o capitão Zacarias das Neves, aproximando-se da viatura, segurou as rédeas dos animais e tentou impedir a sua entrada. Rapidamente o capitão José da Penha, com incrível coragem, se apeou do transporte, entrando, em seguida, por trás da residência do Sr. Antônio Ludgero, na avenida Pedro Velho, confrontante a Matriz de Nossa Senhora da

159 CÂMARA, Clementino. *Décadas*. Recife: Jornal do Comércio, 1936, p. 127-128.

Conceição, de onde admiradores o levaram em passeata para o Hotel de José Santiago, atual Hotel Cosmopolita, na rua Getúlio Vargas. Ali chegando, o capitão José da Penha apareceu em uma das janelas e se dirigiu à multidão, quando proferiu a primeira palavra “Povo!” a massa popular entendeu “Fogo!” e debandou devido ao nervosismo, em face do destacamento local, constituído de oitenta cangaceiros arruados ostensivamente de “manulicha”, usada na época. Os soldados vestiam trajes à paisana, chapéus de couro e lenços no pescoço, com as mesmas características do bando de Antônio Silvino, o terror do Nordeste, de quem o capitão Zacarias se tornara ferrenho inimigo nas suas constantes perseguições.

Serenada a balbúrdia e esclarecido o equívoco, depois de entendimentos com as autoridades policiais, à frente o Sr. Anízio de Carvalho (meu antigo companheiro na Assembléia Legislativa Estadual), se restabeleceu a calma, o capitão José da Penha foi saudado pela senhorita Pepita Cruz, filha do Sr. Camilo Cruz. Abrilhantava a festividade uma das três bandas de música, a Filarmônica Independência Comercial regida pelo maestro Manuel Roberto, tocando o hino da campanha.

Voltando a discursar para encerrar o comício, o capitão José da Penha verberou a situação com frases violentas, enfaticamente: “Nova Cruz! Nova Cruz! Terra da Anta Esfolada! Nesga do Rio Grande do Norte! Pedaço infeliz da Rússia!”

O tribuno acenava para o povo um lenço de cor preta, no qual ocultava uma granada de mão. No dia seguinte viajou com destino a Natal, numa composição da Great Western. Entre as pessoas que o acompanharam estavam o professor Antônio Rodrigues, Ernesto Lins, Camilo Cruz, Padre Bianor Aranha, Alcebiades Lisboa, Alfredo Augusto de Santana e Jacinto Januário da Silva.¹⁶⁰

Num telegrama que passou ao major Joaquim Soares, o capitão Zacarias das Neves deu a seguinte versão do ocorrido em Nova Cruz:

O capitão José da Penha, tentando entrar armado nesta Vila, encontrou resistência por parte da força comandada pelo tenente Pereira. Este intimou-o a não passar armado. O capitão José da Penha, insistindo, à força tomou posição para fogo, do que resultou correr toda a comitiva. O capitão Penha e mais cinco companheiros derrubaram as portas da primeira casa, indo para o interior, onde se refugiaram com outros. O resto da comitiva abandonou-o. O capitão Penha sentindo-se só, mandou uma comissão composta do coronel Joaquim Manuel, Joaquim Euclides, Zuza Mattos, Dr. Celso, Padre Bianor e outros pedirem para consentir levar as armas que tinham, ocultamente, para a casa preparada para a recepção. Respondi que devia entrar desarmado, depondo as armas ou pedir consentimento para conduzi-las ocultamente, nas condições de respeitar as autoridades, quando falasse ao povo. Aceitando, Penha entrou desarmado. Depois, constando-me que não estava cumprindo o acordo, fiz sitiá-lo novamente e mandei cientificar Penha que estava sitiado porque não tinha cumprido o acordo. Penha mandou comissão garantir ser inverte a denúncia, garantindo também não consentir que ninguém falasse mais de modo algum entre os seus, e que pela manhã retirava-se para Vila Nova; também estava convencido não haver plano de assassinato, pois se houvesse teria sido vítima. Nada mais ocorreu até hoje, seu embarque. Saudações. Zacarias das Neves.

Enquanto José da Penha percorria aqueles sertões inóspitos, pregando contra os desmandos da oligarquia Maranhão e recebendo das camadas mais pobres manifestações de apoio e simpatia, os seus partidários eram presos, espancados, insultados e, em vários municípios, surrados com cipó de boi.

Concomitantemente à sua excursão, a imprensa governista – *A República* e o *Jornal da Manhã* – publicavam listas enormes de eleitores da capital e do interior declarando que, na eleição de 14 de

setembro, votariam no senador Ferreira Chaves para governar o Rio Grande do Norte.

6.11 O cerco a José da Penha

Após os acontecimentos de Nova Cruz, José da Penha retornou a Natal num trem da Great Western. Sob a alegação de lhe dar garantia de vida, o tenente Moura embarcou no mesmo trem na estação de Pedro Velho. Aquele oficial dizia estar ali em nome do governador do Estado. Todavia, José da Penha viu nele, não um protetor, mas um vigia do Dr. Alberto Maranhão.

A situação de José da Penha complicou-se ainda mais quando o trem chegou à estação de Natal, no bairro da Ribeira. Grande multidão de penhistas esperava ansiosamente o “salvador” do Rio Grande do Norte. Para tirar o brilho de sua chegada, o governador montou um grande aparato militar em frente à estação ferroviária. Era 12 de julho de 1913. O Dr. Oscar Brandão, pernambucano, chefe de polícia em comissão e contratado propositalmente para frustrar os planos de José da Penha, organizou um esquema policial para coagir e irritar os penhistas. Assim, em frente à estação da Great Western, penhistas e policiais se misturavam e se insultavam mutuamente. Lá estava o major Soares, chefe de polícia, acompanhado de numerosa força de infantaria e cavalaria, para “garantir” o capitão José da Penha e a sua comitiva. No momento em que a polícia começou a desarmar os populares ali presentes, Pedro Gregório sacou de uma arma e alvejou o tenente Luiz Júlio. Incontinênti, um soldado atirou no agressor atingindo-o levemente. Instalou-se o pânico na multidão.

Em carta dirigida ao chefe de polícia, José da Penha declarou: “nunca pedi, nem precisei de garantias da polícia, porquanto o povo é entusiasta das idéias que propago, e eu, além de não temer inimigos, terei meios de defender-me de qualquer agressão” (*A República*, 14-7-1913).

José da Penha, no espaço entre a estação ferroviária e a sua residência (onde foi edificado o Grande Hotel), foi escoltado por numerosos policiais. A partir de então, a casa do capitão Penha começou a

ser espionada de dia e de noite. José da Penha chegara doente, foi operado da uretra pelo Dr. Celso Caldas, seu correligionário, e não estava passando bem. Ao tomar conhecimento do seu estado de saúde, o governador Alberto Maranhão pediu ao Dr. Januário Cicco, médico do Hospital Juvino Barreto, que fosse visitá-lo em nome do governo. Não obstante seu precário estado de saúde, José da Penha rejeitou a visita do médico.

No dia 16 de julho, Oscar Brandão, chefe de polícia comissionado, deu uma batida na redação dos jornais de oposição - *Diário do Natal, Folha do Sertão* - à procura de armas e munições. No *Diário do Natal*, foram encontrados "grande número de balas de rifles e um cano de ferro galvanizado contendo amoníaco". No outro jornal, nada foi encontrado. Além disso, a polícia saiu pelas ruas da cidade desarmando todos os penhistas que fossem encontrados.

No intuito de conseguir a adesão dos praças da força federal, no dia 17, José da Penha mandou o Sr. Jorge Câmara jogar por cima do muro do Quartel da 3ª Companhia Isolada de Caçadores um boletim acusando de corrupção o comandante Toscano de Brito. O ardil não surtiu o efeito esperado.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Ceará telegrafou ao Dr. Alberto Maranhão, protestando contra o ocorrido em Nova Cruz e contra o cerco policial que o governo estava fazendo, em Natal, ao capitão José da Penha, deputado estadual pelo Ceará. O governador, mais uma vez, reiterou que estava dando garantias de vida ao "salvador", pois, era do seu conhecimento que amigos do senador Ferreira Chaves armaram, conforme a imprensa penhista, catorze projetos para assassiná-lo.

Tendo a sua casa cercada de dia e de noite pela polícia do Estado e pela força federal, José da Penha requereu, por telegrama, ao Supremo Tribunal, uma ordem de *habeas corpus* nos seguintes termos: "Cercada a minha casa por força policial embalada, depois de assaltar um trem chegado hoje, requeiro *habeas corpus*". Em outro telegrama, dirigiu-se ao Supremo Tribunal assim: "Cerco traiçoeiro, foi proibida a saída de criados para compras. Quando melhorar de saúde, se convencer-me de que não há mais leis em nossa terra,

preferirei a bala a morrer de fome. O político morrerá, mas o capitão honrará o Exército [...]” (*A República*, 18-7-1913).

No mesmo dia, 18 de julho, o governador Alberto Maranhão telegrafou ao presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, dizendo que mandou uma comissão, composta do coronel Avelino Freire, do professor Pedro Alexandrino e de Carlos Dantas, amigos e correligionários do capitão José da Penha, para tentar uma saída amigável para aquele impasse político. Mas, declarou no telegrama “que é indispensável aquele oficial entregar à polícia as armas com que em sua casa de residência está capitaneando numeroso troço entrincheirado de capangas em atitude agressiva e atentatória da segurança pública”. O capitão continuou inflexível sem receber a referida comissão.

Tentando romper aquele cerco, José da Penha mandou um porta-voz intimidar os policiais, ameaçando abrir fogo contra eles. Na versão do chefe de polícia, Oscar Brandão, logo após a meia-noite do dia 19 para 20 de julho, “foram ouvidos disparos de rifles, provindos da casa do capitão Penha que, desta maneira, cumpria a intimação feita à força de polícia”. Na versão dos penhistas, o tiroteio foi iniciado pela polícia. Verdade é que, depois do primeiro tiro, a fuzilaria não parou. Da confluência da rua Chile com a avenida Tavares de Lyra, uma metralhadora disparava tiros rasantes sobre o telhado da casa do capitão Penha. O tiroteio durou trinta e dois minutos. Houve luta noutras partes da cidade. Durante a refrega, vários indivíduos tentaram fugir de dentro da casa de José da Penha. Morreu um civil e dois soldados saíram gravemente feridos. Um deles, Ascendino Chrispim, da 3ª Companhia do Batalhão de Segurança, faleceu dias depois. Dos sessenta amotinados, foram presos em flagrante vinte e quatro. Quando, a mando de José da Penha, foi hasteado um pedaço de pano branco na ponta de uma vara, cessou o tiroteio. Então, o capitão José da Penha, do parapeito da sua casa, falou aos soldados e aos oficiais ali presentes. Naquela hora de muita expectativa, alguém gritou: “Mata este bandido!”, ao que outros responderam: “Não façam isto”.

Às seis horas da manhã, conforme o acordado, o coronel Manuel Lins Caldas e vários outros oficiais entraram na casa do capitão José da Penha para fazerem uma rigorosa busca. Sempre acompanhados

pelo “salvador”, eles encontraram muitos rifles, bastante munição e bombas de dinamite. Todo o armamento ali encontrado foi entregue ao tenente do Exército Ubaldo de Faria, que viera recebê-los por ordem do comandante Toscano de Brito, da 3ª Companhia Isolada de Caçadores. Os presos foram levados para a cadeia pública. Lá, não foram torturados nem surrados como acontece comumente com presos políticos. Em compensação, foram humilhados, carregando na cabeça, por algumas ruas da cidade, “cubanas”, isto é, cuias de barro cozido cheias de excremento humano. No dia 22, o governador Alberto Maranhão foi ao Quartel onde os presos se achavam. Lá, fez um discurso que comoveu a todos e lhes assegurou que ia mandar rasgar os autos dos que foram pegos em flagrante. Aos indiciados, assegurou que a Promotoria Pública seria benevolente com todos eles no decorrer do processo. No final, todos eles vieram abraçar o Dr. Alberto Maranhão.

E o capitão José da Penha? Foi para o Quartel do 21, onde hoje está edificado o Colégio Winston Churchill, na avenida Rio Branco. Depois, ele mudou-se para a casa do professor Clementino Câmara, na rua 21 de Março. No dia 24 de julho, ele transferiu-se para a Capitania dos Portos, pois, sentindo-se ameaçado, pedira garantias ao comandante Fernando Silva. Temendo que, a partir dali, José da Penha poderia armar-se novamente, o Dr. Alberto Maranhão mandou a polícia cercar o prédio da Capitania, alegando mais uma vez que estava dando-lhe garantias de vida.

No dia 25 de julho, o governador Alberto fez pela imprensa uma proclamação, solicitando a todos os cidadãos que respeitassem o capitão José da Penha. Entretanto, sentindo-se preso na Capitania, o “salvador” apelou para o Supremo Tribunal Federal que, através do ministro Amaro Cavalcanti, concedeu-lhe o *habeas corpus* solicitado. Da Capitania dos Portos, ele veio morar na casa do professor Pedro Alexandrino, na rua Vigário Bartolomeu.

Os adversários de José da Penha não lhe davam sossego: comícios, passeatas, achincalhes de toda ordem, tudo era feito pelos chavistas para provocar a saída do “salvador”, o quanto antes, do Rio Grande do Norte. Assim, no dia 5 de agosto, à noite, os seus adversários realizaram o enterro da “salvação”. O “esquife”, conduzido por

numerosos jovens, percorreu várias ruas da Cidade Alta e da Ribeira. Por outro lado, desde a famosa noite de 19 de julho a imprensa oposicionista foi suspensa de circulação. Vale salientar que, no dia 21 de julho, o deputado Augusto Leopoldo fez um pronunciamento na Câmara Federal, denunciando o fato nos seguintes termos: “as redações dos jornais oposicionistas, *Diário do Natal*, órgão do partido, *Folha do Sertão* e *Gazeta da Tarde*, estão cercadas de força armada e os seus escritórios e oficinas foram invadidos e varejados pela polícia. Ora, Sr. Presidente, fatos tais, arbitrariedades como essas só se praticam em estado de sítio.”¹⁶¹ Só ficaram circulando os jornais a favor do governo: *A República* e o *Jornal da Manhã*. Até mesmo os jornais de Recife e do Rio de Janeiro que chegavam a Natal, trazendo alguma matéria de José da Penha, eram os exemplares arrebatados das mãos dos jornalheiros e queimados pelos governistas.

6.12 José da Penha abandonado

Veremos agora que a situação de José da Penha em âmbito nacional não era diferente da situação em âmbito estadual. O que se passava em Natal era conhecido e aceito pelo presidente da República, marechal Hermes da Fonseca.

De início, apesar de estar bloqueado pela influência dominante de Pinheiro Machado, o tenente Leônidas Hermes procurou fazer alguma coisa a favor de José da Penha, como se pode inferir deste telegrama:

Ciente dolorosa situação. Falei marechal e confio cessará constrangimento ilegal após telegrama dirigido Governador. Elemento nosso adversário explora natural escrúpulo marechal. Colocando Partido situação difícil, o que exige minha presença aqui. Sempre e cada vez mais solidário com movimento de justa e imprescindível

161 Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, v. IV, p. 254-259, 51ª sessão, 21 de julho de 1913.

repulsa aos que já se tornam indignos de alguma consideração. Abraços. Leônidas Hermes (*A República*, 2-8-1913).

Não obstante a sua boa vontade, Leônidas Hermes não teve força para transferir de Natal para outro lugar o capitão Toscano de Brito, comandante da 3ª Companhia Isolada de Caçadores, aqui sediada, e favorável à política de Alberto Maranhão. Na realidade, Pinheiro Machado era a grande eminência parda que dominava o governo da República. Esse político gaúcho, inigualável abencerragem das oligarquias estaduais, trabalhou com maestria para jogar o marechal contra os planos políticos do filho Leônidas Hermes, assim como do seu amigo, capitão José da Penha. A prova mais contundente da sua vitória é o telegrama que o marechal Hermes enviou ao líder da “salvação” do Rio Grande do Norte. Ei-lo:

Respondendo aos vossos telegramas, tenho a dizer que a vossa situação nesse Estado torna-se naturalmente insustentável pela incontinência da vossa atitude que transparece do inconveniente desabrimento da vossa própria linguagem traduzida em atos violentos, provocadores de conflitos, represálias e reações. É vosso direito inconcusso intervir na escolha de um candidato ao Governo desse ou de outro qualquer Estado, mas, esse direito deve ser exercido dentro dos limites traçados pelas leis que o reconhecem, impondo deveres correspondentes às garantias asseguradas à impropriedade da campanha de agitação que empreendestes na propaganda que fazeis de uma candidatura levantada contra a orientação do Partido Republicano Conservador que presta apoio ao meu Governo, não pode ser acoroçada pela minha aquiescência ou tolerância, por motivos que dispensam explicações ou justificativas. Minha interferência nas contendas locais, de caráter puramente regional, fora de certos e determinados limites, seria indébita, até insólita, com o meu procedimento oriundo da coerência do meu programa de governo de que é colorário e pela compreensão das responsabilidades do cargo que ocupo. A resistência do Governo do Estado, no sentido contrário à intranquilidade pública, é natural e legítima pela necessidade que tem em manter o seu prestígio. Se quereis persistir, deveis dar preferência aos meios suasórios

mais hábeis para a conquista da opinião pública. Os atos tendentes à subversão da ordem pública em qualquer parcela da união, em condições que venham de encontro à República, depõem contra a prudência e o patriotismo de quem os praticar. Deveis refletir e ponderar, pesando bem as responsabilidades que vos cabem na vossa qualidade de deputado à Assembléia do Ceará e de Oficial do Exército. Na qualidade particular de vosso velho camarada e superior, desaprovo formalmente os processos empregados para conseguirdes vossos intuitos e vos aconselho a tomardes novo rumo, mais consentâneo com o vosso amor às instituições e à pátria.¹⁶²

Esse telegrama do marechal representou a condenação formal às pretensões políticas de José da Penha no Rio Grande do Norte. Diante da atitude do pai, capitulou o tenente Leônidas. Isso ficou bem claro numa entrevista que ele deu ao jornal *A República*, do Rio de Janeiro, que seguia a orientação do seu irmão, o deputado Mário Hermes:

O Sr. tenente Leônidas, enfermo durante mais de uma semana, não havia podido cogitar do caso e só dele se lembrou novamente, para nos declarar que muito embora continue a se interessar vivamente pela sorte de seus correligionários do Rio Grande do Norte, não irá àquele Estado pleitear sua eleição, uma vez que, conforme em tempo declarou, não é candidato, em perfeita harmonia de vistas com o desejo expresso do Sr. Presidente da República. Consta, porém, que vários chefes oposicionistas do Estado vão abster-se e fazem bem. Eu não poderia, disse o tenente Leônidas, pela minha situação especial e devido à minha saúde, ir assumir uma posição de combate. Se eles não têm no momento um outro candidato, em quem de boa mente eu declinaria todo o generoso apoio que me ofereceram, parece-me que a política de abstenção é a mais eficaz na ocasião.¹⁶³

162 *A República*, 4-8-1913.

163 *A República*, 11-9-1913.

Na realidade, José da Penha estava abandonado e diante de um terrível impasse: Leônidas Hermes não veio assumir a candidatura e ele, José da Penha, por mais de 15 anos afastado do Rio Grande do Norte, não podia candidatar-se, pois a legislação vigente não permitia. Por isso, os penhistas adotaram a estratégia da abstenção no pleito realizado no dia 14 de setembro de 1913. Mesmo assim, o senador Ferreira Chaves foi eleito. Dos 18.473 eleitores, votaram em Ferreira Chaves 11.536, isto é, 62,44%.¹⁶⁴ Na véspera, o “salvador” lançou um manifesto.

José da Penha assistiu a tudo. No dia 28 de setembro, ele embarcou no vapor Brasil rumo ao Rio de Janeiro. No mês seguinte, ele desembarcava em Fortaleza, capital do Ceará. Meses depois, chegava ao Rio Grande do Norte a infausta notícia do seu assassinato pelos jagunços do Padre Cícero e Floro Bartolomeu, que lutavam para derrubar o governador Franco Rabelo. Assim morreu, em 1914, o “salvador” potiguar. Aqui, o seu nome ficou perpetuado na memória do povo. A praça Leão XIII, situada em frente à sua casa em Natal, passou a chamar-se José da Penha. Em 1927, o então governador Juvenal Lamartine de Faria pôs o seu nome no Grupo Escolar de Baixa Verde (Decreto nº 350, de 15 de outubro). Por fim, em 31 de dezembro de 1958, o governador Dinarte Mariz criou o município de José da Penha, desmembrado do de Luís Gomes.

7 Perseguições à Imprensa

Com o objetivo de se perpetuar no poder, as oligarquias da República Velha combatiam ferozmente os jornais de oposição. Na sociedade potiguar daquele período, não havia emissora de rádio e nem televisão. Por isso, a imprensa escrita, particularmente o jornal, era o único veículo de divulgação para atingir o grande público. Vale ressaltar igualmente que, naquela época, não havia um jornalismo profissional. Cada jornal era montado e mantido pelos grupos

164 *A República*, 22-11-1913.

políticos em luta pelo poder. A linguagem era bastante pesada, sem máscara, quando se tratava de atacar e destruir o adversário, porém, bastante suave e elogiosa para promover os correligionários.

No período de 1889 a 1930, o que aconteceu no Rio Grande do Norte foi tão-somente a repetição do que ocorria nos demais Estados do Nordeste: empastelamento de jornais, incêndio de tipografias, ameaças, surras, prisões e processos movidos contra jornalistas de oposição. Aqui, vamos nos restringir àqueles casos mais importantes e mais documentados.

Durante a dominação da oligarquia Maranhão (1890-1918), a imprensa oposicionista potiguar compreendia os seguintes jornais: *Rio Grande do Norte*, cujos redatores eram os Drs. A. de Amorim Garcia e Amintas Barros, e o Sr. José Gervásio; *O Nortista*, editado pelo professor Elias Antônio Ferreira Souto, em São José de Mipibu. Esse jornal circulou com esse nome até o dia 7 de setembro de 1895, quando passou a ser editado em Natal com o nome de *Diário do Natal*, cujo primeiro número foi editado no dia 7 de setembro de 1893. Editado em Caicó, circulava o *Patrão*, do Senador José Bernardo, quando este rompeu com o Dr. Pedro Velho. No Ceará-Mirim circulava *O Município*. Durante certo tempo, a *Gazeta do Comércio*, cujo redator-chefe era Pedro Avelino, ficou também na oposição ao governo. Esses foram os principais.

No governo do Dr. Pedro Velho (1892-1896), a liberdade de imprensa foi, por diversas vezes, ameaçada. Uma das primeiras investidas ocorreu contra o Dr. Manuel Nascimento Castro e Silva (1851-1901). Esse cidadão cearense bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife e, vindo para o Rio Grande do Norte, ingressou na vida pública do nosso Estado. Exerceu as funções de promotor em Macau, Juiz de Direito em Natal e governou o Estado (de 7 de dezembro de 1890 a 3 de março de 1891). Foi o quarto governador nomeado pelo Regime Republicano. Além de político, era jornalista e advogado. Portanto, seu status social era um dos mais elevados no contexto da sociedade norte-rio-grandense de então.

Após romper com Pedro Velho, passou a integrar o diretório do Partido Republicano Oposicionista e a escrever contra o governo.

Pois bem, apesar de ser um ex-governador do Estado, foi brutalmente agredido no dia 1º de janeiro de 1893 pelo tenente Joaquim Lustosa de Vasconcelos, do Corpo de Segurança e Ajudante de Ordens do governador Pedro Velho.

Na carta que ele publicou no jornal *Rio Grande do Norte*, responde aos seus agressores. Eis a carta:

Aos Meus Concidadãos

Fui ontem, cerca de quatro horas da tarde, vítima de uma agressão brutal, infamíssima, no momento em que desaparecido, sem suspeitar que estava apontado à sanha da espoletagem do Sr. Pedro Velho, atravessava uma das ruas desta capital.

O mísero janizaro, que tomou a si a tristíssima incumbência, pôde apenas descarregar uma pancada, que felizmente não feriu.

O fato, insólito em si e em suas circunstâncias, traduz a evidência do desespero de causa em que se acha o indivíduo que vegetava ainda há três anos na obscuridade de um consultório sem clientela, de onde eu e muitos outros amigos, que hoje curtem a mágoa de assim se terem enganado, o arrancamos para a vida pública, dando-lhe com o nosso esforço, com a nossa palavra e com a nossa pena, uma posição que o vilão desonra, mostrando-se indigno dela sob todos os respeitos.

Era para desacatar a imprensa violentando os seus representantes, era para ferir a pessoa dos jornalistas da oposição, era para amordaçar a opinião e coarctar a liberdade do pensamento, que o odiento verdugo do povo, o covarde charlatão do Governo, rodeava-se de soldados, multiplicava as sentinelas de Palácio, encomendava duzentas armas, que se afirma acharem-se guardadas em casa de um seu irmão, na Penha, que fingia assombramentos e deposições.

Foi para intimidar a opinião, para abafar a imprensa, que o Sr. Pedro Velho mandou desacatar-me na rua pelo seu ajudante de ordens.

Mas fique, sabendo: o desacato de ontem nem intimida a imprensa, nem intimida a mim!.

Continuarei sem modificar num ápice a minha missão na política e na imprensa, e, nesta terra, onde moro e tenho vida pública há doze anos, onde nasceram os meus filhos, fazendo justiça à grandeza do coração norte-rio-grandense, tenho fé que não há de ficar infrutífero o meu esforço em prol do direito e da liberdade.

Natal, 2 de janeiro de 1893

Nascimento Castro.

Aproximando-se as eleições de março de 1893, o governador Pedro Velho resolveu fazer uma reestruturação da instrução pública do Rio Grande do Norte. Essa reorganização foi feita pelo Decreto nº 18 de 30 de setembro de 1892, abrangendo o ensino primário, secundário (ministrado apenas no Ateneu) e o Normal.

O Artigo 36 do regulamento da instrução primária estabelecia que o ensino primário ministrado nas escolas públicas do Estado constará do seguinte:

- I – Leitura e escrita;
- II – Aritmética elementar;
- III – Geometria elementar e desenho linear;
- IV – Lições de coisas;
- V – Noções de Geografia e História, especialmente do Brasil;
- VI – Gramática nacional;
- VII – Educação Moral e Cívica;
- VIII – *Ginástica*;
- IX – Trabalhos manuais, compreendendo os trabalhos de agulha para o sexo feminino.¹⁶⁵

É importante ressaltar que o item *Ginástica* constituía uma inovação pedagógica dirigida, pois no regulamento anterior, de 1887, não existia essa exigência.

165 Decretos do Governo do Estado, Natal: Tipografia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896, p. 216.

Em seguida, Pedro Velho baixou o Decreto nº 19, de 23 de janeiro de 1893, cujo Artigo 1º rezava o seguinte: “Os professores de instrução primária, nomeados por portaria dessa data, deverão entrar em exercício dentro do prazo de 60 dias, a contar de 1º de fevereiro próximo, quando começará a vigorar a tabela dos vencimentos anexa à Lei nº 6, de 30 de maio do ano passado.”¹⁶⁶ Uma vez feito isso, o secretário da Instrução Pública enviou ao jornalista Elias Souto, que era professor primário vitalício em São José de Mipibu e onde editava *O Nortista*, o seguinte comunicado:

Secretaria da Instrução Pública, 25 de janeiro de 1893.
De ordem do Dr. Diretor-Geral comunico-vos que, tendo sido por Decreto de 23 do corrente mês, do Governador do Estado, reorganizada a Instrução Pública Primária, foste, por ato da mesma data, nomeado professor efetivo da cadeira do sexo masculino da Vila de Pau dos Ferros, ficando-vos marcado, pelo citado decreto, o prazo de 60 dias, a contar de 1º de fevereiro vindouro, para assumirdes o exercício de vossas funções.

Saúde e fraternidade ao cidadão professor Elias Antônio Ferreira Souto. O Secretário.

Francisco Teófilo B. da Trindade.¹⁶⁷

A transferência do referido professor implicava um rebaixamento de função, pois a cadeira que Elias Souto ocupava em São José de Mipibu era de 3ª entrância, ao passo que a da Vila de Pau dos Ferros era de 2ª entrância.

Considerando a exigência de fazer ginástica introduzida no novo regulamento da instrução primária, professor Elias Souto encaminhou ao Sr. governador Pedro Velho a seguinte exposição de motivos:

166 Decretos do Governo do Estado, Natal: Tipografia da Empresa Gráfica de Renaud & Cia., 1896, p. 231.

167 *O Nortista*, 3 de fevereiro de 1893.

Cidadão Governador do Estado

Elias Antônio Ferreira Souto, professor vitalício deste Estado, vem com o respeito devido, reclamar perante V. Exa. contra o ato dessa governadoria pelo qual foi o reclamante aproveitado para reger a cadeira de instrução primária da Vila de Pau dos Ferros, pela manifesta injustiça que sofreu nos seus direitos mais sagrados, como passa a demonstrar: O reclamante foi nomeado professor Público no dia 27 de fevereiro de 1869 em consequência de concurso, e, durante esse longo período de 24 anos de serviço, consumiu o melhor de suas energias físicas, achando-se hoje com pernas completamente paráliticas – documentos juntos – fazendo sua locomoção em uma cadeira de rodas, como V. Exa. em pessoa tem mesmo observado.

O novo Regulamento da Instrução Primária, e respectivo programa, por V. Exa. ultimamente publicados, organizando o ensino público, estabelecem o exercício de ginástica, movimentos militares, corridas, saltos, manejos de barra e pesos, e outros exercícios incompatíveis com o estado de saúde do reclamante, e humanamente impossíveis de serem executados e ensinados por este aos alunos na escola pública.

Acresce mais, que a Vila de Pau dos Ferros está a cem léguas de distância desta cidade; e pela razão exposta, o reclamante não poderá vencer essa grande jornada: dando-se, além de tudo isto, que o reclamante estava exercendo, há longos anos, cadeiras de 3ª entrância, e a que lhe é agora destinada é de 2ª entrância; e no entanto, a Constituição deste Estado garantiu e respeitou todos os direitos adquiridos pelo cidadão e pelo funcionário público.

Em face de todas estas considerações vem o reclamante requerer a V. Exa. que haja de reformar o ato menos justo – reverentemente falando – pelo qual foi aproveitado o reclamante, para exercer o magistério público moderno, decretando V. Exa. a aposentadoria do reclamante na forma da Constituição Estadual, por ser de rigorosa justiça.

Assim

Espera deferimento

Cidade de São José de Mipibu, 30 de janeiro de 1893.

O professor Público vitalício
Elias Antônio Ferreira Souto.¹⁶⁸

A esse ofício, Elias Souto anexou atestados médicos pertinentes à sua doença:

Atestamos que o Sr. Professor Elias Antônio Ferreira Souto sofre de paraplegia.

Por ser verdade o que referimos, afirmamos em fé do nosso grau.

Natal, 26 de janeiro de 1893.

Dr. José Calistrato C. de Vasconcelos

Dr. Celso Augusto de S. Caldas

Dr. Affonso Moreira de L. Barata

Dr. Theotônio C. de Brito

Dr. Manuel Segundo Wanderley

Dr. José Lopes da Silva Júnior.¹⁶⁹

No dia 11 de março de 1893, o governador Pedro Velho deu o seguinte despacho ao pedido no processo do professor Elias Souto:

O suplicante foi nomeado em vista do disposto no n° 4 do Art. 6° das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, cujas exigências satisfaz, por ser, segundo informa a Diretoria da Instrução Pública, professor de concurso e ter mais de cinco anos de nomeação.

Não tem lugar, portanto, o que requer.¹⁷⁰

Diante disso, Elias Souto demitiu-se do serviço público e veio residir em Natal. Nesta cidade, ele transformou *O Nortista* em *Diário do Natal*, que começou a circular diariamente a partir de 7 de setembro de 1893.

168 *O Nortista*, 24 de março de 1893.

169 *O Nortista*, 24 de março de 1893.

170 *O Nortista*, 24 de março de 1893.

Portanto, foi Elias Souto quem inaugurou a imprensa diária no Rio Grande do Norte.

O primeiro governo de Alberto Maranhão (1900 até 24 de março de 1904) foi de boa convivência com a imprensa. Ele estava mais preocupado com festas e concertos no palácio do que com a política.

A perseguição à imprensa oposicionista deixou marcas indeléveis no governo do Dr. Augusto Tavares de Lyra (1904-1906). O primeiro jornalista perseguido foi o Sr. Pedro Avelino, que era redator-chefe da *Gazeta do Comércio*. Enquanto apoiou a oligarquia Maranhão, tudo transcorreu bem para o seu lado. Mas, após o seu rompimento com o governo, Tavares de Lyra demitiu-o do cargo de superintendente dos fiscais do contrato do sal.¹⁷¹ Alguns meses depois, veio o desfecho do célebre “Caso do molecote”, cujo início e fim passamos agora a relatar.

O “Caso do molecote”

Aproximavam-se as eleições de 18 de fevereiro de 1903 para se eleger um senador e deputados federais pelo Rio Grande do Norte. Quase às vésperas do pleito, o partido oposicionista lançou a sua chapa apresentando como candidato ao Senado o Sr. Amaro de Brito, e para a Câmara Federal os nomes do capitão Francisco de Oliveira, José Ferreira, Dr. Manuel de Souza e o Dr. Augusto Leopoldo Raposo da Câmara.

Por sua vez, a chapa do Partido Republicano Federal era a seguinte: para vice-presidente da República, Dr. Afonso Augusto Moreira Pena; para senador, Des. Joaquim Ferreira Chaves; para deputados federais, Dr. Augusto Tavares de Lyra, Eloy de Souza, Dr. Manuel Pereira Reis e o coronel Francisco Vitor da Fonseca e Silva.

Uma vez lançada a chapa oposicionista, Eloy de Souza teceu o seguinte comentário sobre os candidatos da oposição:

¹⁷¹ *Diário do Natal*, 14 de maio de 1904.

Ouvimos dizer que o *Diário*, de ontem, apresentou uma chapa (?) para a próxima eleição de quarta-feira, [...] Não sabemos se a apresentação do *Diário* obedece a uma simples indicação particular, ou será até *uma pilhéria de mau gosto* contra os honrados e respeitáveis cidadãos que figuram na chapa, expostos assim ao ridículo de uma derrota sem luta. Se, porém, não se trata de uma mascarada política, o plano dos nossos adversários envolve uma cilada contra a opinião pública, que não nos apanha desprevenidos, porque conhecemos as manhas dos nossos inimigos; *a publicação é uma farsa para disfarçar o assalto que, na sua ingenuidade, pretendem dar à representação nacional, por meio da fraude, os que não dispõem do voto popular.*¹⁷²

Como era de se esperar, a oposição não calaria diante de tamanho insulto. Logo veio a réplica, bem ao estilo da época, atacando diretamente a pessoa de Eloy de Souza. Assim, Érico Souto, filho de Elias Souto, escreveu um artigo violento, cujo trecho mais forte foi o seguinte: “o que não merece que os homens honestos e de bem levem a sério é ainda a apresentação de um *Eloy, um molecote que ninguém sabe onde nasceu*, e que, como deputado tem servido única e exclusivamente para cuidar das bagagens do senador-chefe das viagens que costuma este fazer!”¹⁷³ Em síntese, além de molecote, Eloy foi rebaixado à categoria de bagageiro do senador Pedro Velho. Instigado pelo mesmo, a sanha de Eloy não tardou. O trecho citado acima foi considerado injurioso pelo ofendido. O espírito de inquisição aflorou, mais do que nunca, na cabeça do corrilho dominante. Procedeu-se a uma verdadeira devassa com a finalidade de pôr na cadeia o jornalista Érico Souto.

O Tribunal de Justiça do Estado, que naquela época estava repleto de desembargadores dóceis e aquiescentes aos imperativos do senador-chefe, condenou por unanimidade o jornalista Érico Souto a quatro meses de prisão e a uma multa de 450\$000, por ter infringido dispositivos do Código Penal.

172 *A República*, 16 de fevereiro de 1903.

173 *Diário do Natal*, 18 de fevereiro de 1903.

Sabendo que a decisão do Tribunal de Justiça fora política, Érico Souto resolveu interpor recurso de revisão do processo ao Supremo Tribunal Federal. Este, fundamentado no parecer do Dr. Epitácio Pessoa, que, naquela época, era procurador-geral da República no Supremo Tribunal Federal, absolveu o jornalista Érico Souto por unanimidade de votos.

Foi o seguinte o acórdão do Supremo Tribunal:

Nº 831 – Vistos, expostos e relatados os autos, julgam procedente a revisão, interposta pelo Dr. Érico Souto, do acórdão de 30 de setembro de 1903 do Superior Tribunal de Justiça de Natal capital do Estado do Rio Grande do Norte, que, confirmando a sentença do Dr. Juiz de Direito da Comarca da mesma cidade de Natal, de 2 de abril do referido ano, o condenou a sofrer a pena de quatro meses de prisão simples e multa de 450\$000, como incurso no grão médio do Art. 319 § 2º, combinado com os Arts. 316 e 317 do Código Penal, em ação-crime por injuriar impressos, proposta pelo queixoso, ora recorrido, Dr. Eloy Castriciano de Souza, que se considerou ofendido pelo artigo editorial do *Diário do Natal*, do dia 18 de fevereiro daquele mesmo ano de 1903 sob a epígrafe *Aparecemos sempre!*, em resposta a outro artigo publicado, ainda com caráter editorial, no jornal governista *A República* de 16 do mesmo mês e ano, sob a epígrafe *Aparecerão!*, ambos alusivos às chapas eleitorais para deputados e senadores federais, apresentados ao corpo eleitoral pelos partidos políticos do dito Estado.

Porquanto, não dando pelas nulidades arguidas pelo recorrente, em face da demonstração feita na sentença às fls. 32 v. do Dr. Juiz de Direito de Natal, aceita pelo acórdão à fl. 40 v. do Superior Tribunal do Estado e por este ampla e juridicamente desenvolvido na sua informação à fl. 89, prestada ao Supremo Tribunal Federal, aos 2 de março último, e julgando de mérito, *é evidente a injustiça da condenação*, em face da jurídica promoção de fls. 97 do senhor ministro procurador-geral da República.

Com efeito, tratando-se de artigos políticos, editados em jornais partidários, mantidos, dirigidos e redigidos pelos respectivos grupos, do Governo e da Oposição, no Estado,

Ouvimos dizer que o *Diário*, de ontem, apresentou uma chapa (?) para a próxima eleição de quarta-feira, [...] Não sabemos se a apresentação do *Diário* obedece a uma simples indicação particular, ou será até *uma pilhéria de mau gosto* contra os honrados e respeitáveis cidadãos que figuram na chapa, expostos assim ao ridículo de uma derrota sem luta. Se, porém, não se trata de uma mascarada política, o plano dos nossos adversários envolve uma cilada contra a opinião pública, que não nos apanha desprevenidos, porque conhecemos as manhas dos nossos inimigos; *a publicação é uma farsa para disfarçar o assalto que, na sua ingenuidade, pretendem dar à representação nacional, por meio da fraude, os que não dispõem do voto popular.*¹⁷²

Como era de se esperar, a oposição não calaria diante de tamanho insulto. Logo veio a réplica, bem ao estilo da época, atacando diretamente a pessoa de Eloy de Souza. Assim, Érico Souto, filho de Elias Souto, escreveu um artigo violento, cujo trecho mais forte foi o seguinte: “o que não merece que os homens honestos e de bem levem a sério é ainda a apresentação de um *Eloy, um molecote que ninguém sabe onde nasceu*, e que, como deputado tem servido única e exclusivamente para cuidar das bagagens do senador-chefe das viagens que costuma este fazer!”¹⁷³ Em síntese, além de molecote, Eloy foi rebaixado à categoria de bagageiro do senador Pedro Velho. Instigado pelo mesmo, a sanha de Eloy não tardou. O trecho citado acima foi considerado injurioso pelo ofendido. O espírito de inquisição aflorou, mais do que nunca, na cabeça do corrilho dominante. Procedeu-se a uma verdadeira devassa com a finalidade de pôr na cadeia o jornalista Érico Souto.

O Tribunal de Justiça do Estado, que naquela época estava repleto de desembargadores dóceis e aquiescentes aos imperativos do senador-chefe, condenou por unanimidade o jornalista Érico Souto a quatro meses de prisão e a uma multa de 450\$000, por ter infringido dispositivos do Código Penal.

172 *A República*, 16 de fevereiro de 1903.

173 *Diário do Natal*, 18 de fevereiro de 1903.

Sabendo que a decisão do Tribunal de Justiça fora política, Érico Souto resolveu interpor recurso de revisão do processo ao Supremo Tribunal Federal. Este, fundamentado no parecer do Dr. Epitácio Pessoa, que, naquela época, era procurador-geral da República no Supremo Tribunal Federal, absolveu o jornalista Érico Souto por unanimidade de votos.

Foi o seguinte o acórdão do Supremo Tribunal:

Nº 831 – Vistos, expostos e relatados os autos, julgam procedente a revisão, interposta pelo Dr. Érico Souto, do acórdão de 30 de setembro de 1903 do Superior Tribunal de Justiça de Natal capital do Estado do Rio Grande do Norte, que, confirmando a sentença do Dr. Juiz de Direito da Comarca da mesma cidade de Natal, de 2 de abril do referido ano, o condenou a sofrer a pena de quatro meses de prisão simples e multa de 450\$000, como incurso no grão médio do Art. 319 § 2º, combinado com os Arts. 316 e 317 do Código Penal, em ação-crime por injuriar impressos, proposta pelo queixoso, ora recorrido, Dr. Eloy Castriçiano de Souza, que se considerou ofendido pelo artigo editorial do *Diário do Natal*, do dia 18 de fevereiro daquele mesmo ano de 1903 sob a epígrafe *Aparecemos sempre!*, em resposta a outro artigo publicado, ainda com caráter editorial, no jornal governista *A República* de 16 do mesmo mês e ano, sob a epígrafe *Aparecerão!*, ambos alusivos às chapas eleitorais para deputados e senadores federais, apresentados ao corpo eleitoral pelos partidos políticos do dito Estado.

Porquanto, não dando pelas nulidades arguidas pelo recorrente, em face da demonstração feita na sentença às fls. 32 v. do Dr. Juiz de Direito de Natal, aceita pelo acórdão à fl. 40 v. do Superior Tribunal do Estado e por este ampla e juridicamente desenvolvido na sua informação à fl. 89, prestada ao Supremo Tribunal Federal, aos 2 de março último, e julgando de meritis, *é evidente a injustiça da condenação*, em face da jurídica promoção de fls. 97 do senhor ministro procurador-geral da República.

Com efeito, tratando-se de artigos políticos, editados em jornais partidários, mantidos, dirigidos e redigidos pelos respectivos grupos, do Governo e da Oposição, no Estado,

é patente que o provocador das injúrias atiradas pela folha do Partido Opositorista, intitulada *Diário do Natal*, foi o órgão do Governo Estadual, *A República*, que no seu editorial de 16 de fevereiro procurou deprimir e achincalhar os candidatos da chapa da Oposição, dando lugar à resposta desta, no seu órgão de 18 de fevereiro, dois dias depois, redarguindo no mesmo tom de depreciação e achincalhe, e assim repelindo a provocação e agressão do adversário.

Afronta por afronta, compensaram-se as injúrias, desapareceu de parte a parte o crime, e, segundo é expresso no Art. 322 do Código Penal da República, não podiam querelar por injúria os que reciprocamente se injuriaram.

Não houve da parte do recorrente o *animus injuriandi*, nem sequer o *Jocandi*, pois o assunto se não prestava a gracejos de arreiros; mas, sim, o *animus retorquendi* que constitui defesa própria, do seu bom nome e da honra do seu partido, que, já magoado por ver o Governo do Estado nas mãos dos adversários, ainda se sentia difamado pelo órgão desse mesmo governo, que abusava do seu poder material para, pelo seu órgão de publicidade, rebaixar no conceito público os candidatos da Oposição.

Portanto e o mais dos autos, provendo na revisão impetrada pelo Dr. Érico Souto, recorrente, *absolvem-no da acusação contra ele intentada e condenam* nas custas o Dr. Eloy Castriciano de Souza, recorrido.

Rio, em sessão do Supremo Tribunal Federal, 17 de setembro de 1904. Presidente: Aquino de Castro; juízes: Macedo Soares; Pindahiba de Mattos; H. do Espírito Santo; Pisa e Almeida; André Cavalcanti; Oliveira Ribeiro; Manuel Murtinho; Ribeiro de Almeida; Lúcio de Mendonça; João Pedro; Epitácio Pessoa (presente). (*Diário do Natal*, 27 de novembro de 1904).

A vitória jurídica da oposição foi cantada em prosa e verso. Sob o pseudônimo de Zé Brazão, Elias Souto publicou no *Diário do Natal*, no dia 20 de setembro de 1904, 73 versos referentes a Eloy de Souza, todos terminados com esta frase: “Moço preto é molecote.”

1

Canto hoje todo o dia
 Enquanto houver rima em OTE:
 – A nobreza é fidalguia,
 Moço preto é molecote.

2

Banana não tem caroço,
 Caçãõ pequeno é caçote,
 Quem é velho já foi moço,
 Moço preto é molecote.

3

Não há permuta, sem troca,
 Serra pequena é serrote,
 Rebento de cana é soca,
 Moço preto é molecote.

4

Come milho o periquito,
 Bezerro grande é garrote,
 Muriçoca é mosquito,
 Moço preto é molecote.

5

Furta verso o plagiário,
 Toda glosa requer mote,
 Três terços formam um rosário,
 Moço preto é molecote.

6

Quem é moça foi menina,
 O protegido é filhote,
 Pessoa esperta é ladina,
 Moço preto é molecote.

7

Jandaíra é mel de pau,
 Boi pequeno é novilhote,
 Negro fusco é bacurau,
 Moço preto é molecote.

8

Abrigo de onça é furna,
 O salto da cobra é bote,
 A caixa de voto é urna,
 Moço preto é molecote.

9

Quem porfia mata a caça,
 Chama-se a um bando, magote,
 Engano ou fraude é trapaça,
 Moço preto é molecote.

10

Cão que tem felpa é felpudo,
 Pipa pequena é pipote,
 Cano delgado é canudo,
 Moço preto é molecote.

11

Canja é caldo de galinha,
 Pequeno embrulho é pacote,
 Chapéu duro é bacorinha,
 Moço preto é molecote.

12

A paixão é sentimento,
 Peteleco é piparote,
 Burro pequeno é jumento,
 Moço preto é molecote.

A derrota da oligarquia Maranhão no “Caso do molecote” instigou ainda mais o combate à imprensa oposicionista:

Durante o governo Tavares de Lyra (1904-1906), além do referido caso, perpetraram-se mais dois atentados à liberdade de imprensa. O primeiro ocorreu no dia 17 de fevereiro de 1905 contra o *Zé Povinho*, jornaleco humorístico que fazia oposição à oligarquia dominante. Naquele dia, quando os jornalheiros saíram à rua distribuindo aquele periódico, numerosos exemplares foram apreendidos e rasgados pelos oficiais da polícia capitão – Joaquim Lustosa de Vasconcelos, tenente Brito, Alferes Andrade e outros. Tudo indica tratar-se de uma operação planejada.

Mas, o pior estava por acontecer, pois o alvo da ira governamental eram os grandes jornais de oposição: *Diário do Natal* e *Gazeta do Comércio*. Apesar das ameaças, a imprensa oposicionista continuava fustigando acremente os atos do governo. Este, não suportando mais os ataques, não pôde se conter. Verdade é que, no dia 19 de maio de 1905, os soldados do Batalhão de Segurança destruíram as tipografias desses dois jornais, fato ocorrido nas caladas da madrugada. Uma vez que todas as tipografias da cidade negaram-se a imprimir uma nota de protesto noticiando o atentado brutal, pois temiam a repressão do governo, os proprietários dos dois jornais destruídos mandaram imprimir dois mil exemplares de um boletim, em João Pessoa (PB), o qual foi distribuído por todo o país.

O referido boletim possuía o seguinte teor:

Hoje, por volta de 3 horas da manhã, as tipografias do *Diário do Natal* e *Gazeta do Comércio* – assaltadas quase simultaneamente por numerosos grupos de soldados do corpo de polícia, armados de picaretas, machados, cacetes e capitaneados por oficiais do mesmo – foram completamente destruídas.

Na *Gazeta do Comércio* deu-se o assalto no momento em que se imprimia o jornal, havendo resistência e luta, da qual saíram gravemente esbordoado um tipógrafo, e feridos, segundo consta, o capitão Miguel Seabra, fiscal do corpo de polícia, e dois soldados. Consta igualmente, à hora em que escrevemos (2 da tarde) que um dos soldados feridos já

faleceu, o que não se pode verificar, porque a polícia reveste o fato do maior sigilo para escapar à responsabilidade da autoria.

No *Diário do Natal*, devido à circunstância de, à hora do ataque, já terem concluído o trabalho de impressão e se haverem retirado os empregados, não houve conflito, e, assim, puderam os assaltantes consumir a sua obra à vontade.

A destruição das duas tipografias foi completa. Nada respeitaram, na sanha feroz que os excitava, os selvagens agressores. Não só o material e aparelhos tipográficos, mas objetos de escritório, livros, arquivos, grande quantidade de cartões e papel, quadros, móveis, tudo foi violado e destruído. Na tipografia do *Diário do Natal*, tentaram incinerar os destroços, mas o incêndio foi logo apagado, por ter se feito ouvir a voz do Dr. Juiz seccional, Olympio M. dos Santos Vital que, acordando com o barulho, chegou à janela de sua residência, fronteira à tipografia, e perguntou *se aquilo era um incêndio*.

E que foram os oficiais e soldados do corpo de polícia os assaltantes, é fato que se impõe à evidência, pois o *Diário do Natal*, sendo na mesma rua, e a poucos passos da chefatura de polícia e do Palácio do Governo, onde há numerosa guarda, e muito próximo, também, dos guardas da cadeia e da delegacia fiscal, não apareceu nenhuma força de polícia para obstar o crime, apesar do barulho infernal, que por mais de uma hora fizeram os assaltantes na sua obra destruidora, acordando todos os moradores do trecho da rua, compreendido entre a chefatura de polícia e a matriz, e lá às 11 horas do dia compareceu o chefe de polícia dizendo ir garantir a propriedade, que naquele momento soubera violada!

Mais ou menos as mesmas circunstâncias se deram relativamente à *Gazeta do Comércio* estabelecida na mesma rua do quartel da força estadual e a pequena distância da delegacia de polícia do bairro da Ribeira, onde o fato fez-se ouvir de um modo alarmante.

A causa determinante do vandalismo é serem, os dois jornais destruídos, órgãos declarados do partido oposicionista, que acaba de reorganizar-se sob os auspícios da

grande maioria dos norte-rio-grandenses, cansados do jugo de ferro da política nefasta que infelicitava e desonrava o Estado.

A destruição das duas tipografias tem produzido um sentimento unânime de indignação na sociedade natalense. Responsabilizamos por esse monstruoso e vandálico atentado à liberdade de imprensa e ao direito de propriedade ao Senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e ao governador do Estado, seu genro, Dr. Augusto Tavares de Lyra.

A cidade acha-se alarmada e a sua população sob o regime de terror. Sem garantias, e não tendo no Estado para onde apelar, prevenimos aos nossos leitores amigos e correligionários que só com intervalos lhes podemos oferecer notícias impressas.

Natal, 19 de fevereiro de 1905.

Pelo *Diário do Natal* – Elias Souto

Pela *Gazeta do Comércio* – Pedro Avelino e Augusto Leite.¹⁷⁴

Os prejuízos do *Diário do Natal* foram estimados em vinte contos de réis e os da *Gazeta do Comércio*, em trinta contos de réis.

Passada aquela tempestade, veio um período de bom entendimento entre o governo do Estado e a imprensa local. Mas, quando veio a campanha do capitão José da Penha, em 1913, toda a imprensa oposicionista sofreu um golpe mortal. Naquela época governava o Rio Grande do Norte o Dr. Alberto Maranhão (1908-1913). Em abril daquele ano, o capitão Toscano de Brito, comandante da 3ª Companhia Isolada de Caçadores, força federal, planejou empastelar o *Diário do Natal* em represália aos ataques que lhe dirigia o capitão José da Penha. O referido plano não foi executado porque os penhistas souberam com antecedência e se prepararam para reagir à altura.

A campanha política de José da Penha desenvolveu-se com liberdade de imprensa até à famigerada noite de 19 de julho de 1913,

174 *Diário do Natal*, 19 de maio de 1905.

quando, a mando do governador Alberto Maranhão, a polícia cercou a residência do capitão José da Penha. A partir daquele momento, conforme denunciou na Câmara Federal o deputado Augusto Leopoldo, “as redações dos jornais oposicionistas, *Diário do Natal*, órgão do partido, *Folha do Sertão* e *Gazeta da Tarde*, estão cercadas de força armada e os seus escritórios e oficinas foram invadidos e varejados pela polícia. Ora, Sr. Presidente, fatos tais, arbitrariedades como essas só se praticam em estado de sítio”.¹⁷⁵ Só ficaram circulando os jornais da situação. Até mesmo os jornais de Recife e do Rio de Janeiro que chegavam a Natal, trazendo alguma matéria de José da Penha, eram arrebatados das mãos dos jornaleiros e queimados pelos governistas. Para justificar o empastelamento da imprensa local de oposição, *A República* dizia que os jornais de oposição deixaram de circular porque o coronel Francisco Solon e grupos econômicos do Rio de Janeiro não tinham mais dinheiro para financiar a campanha de José da Penha. Vale salientar que esta justificativa é falsa. A imprensa oposicionista foi suspensa em decorrência da repressão governamental. Acabou-se, assim, a imprensa oposicionista do Rio Grande do Norte, feita por homens idealistas e corajosos. Ela ressurgiu no final do governo Ferreira Chaves, quando a oposição editava dois jornais: *A Opinião* e *O Combate*. O jornal *A Opinião* foi fundado em abril de 1919 para combater o governo Ferreira Chaves. *O Combate* era o outro jornal de oposição porta-voz de Alberto Maranhão e Tavares de Lyra. Segundo o jornalista Sandoval Wanderley, que trabalhou em ambos, esses jornais saíram de circulação pacificamente, no final de 1923. É que o ministro Tavares de Lyra, não desejando hostilizar o Dr. José Augusto, cuja candidatura recebera o beneplácito da política federal, determinava a suspensão dos dois jornais de oposição e abstenção no pleito!¹⁷⁶

Em 1923, Sandoval Wanderley, jornalista muito combativo, fundou a *Folha do Povo*, jornal, como ele mesmo definiu, “sem ligação

175 Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, v. IV, p. 254-259, 51ª sessão, 21 de julho de 1913.

176 WANDERLEY, Sandoval. *Minha luta política*. Natal, RN, 1954, p. 16.

partidária e voltado somente à defesa dos oprimidos”. Em 1926, Sandoval encetou uma campanha contra a administração de Omar O’Grady, prefeito de Natal, que sufocava o comércio com a cobrança de elevadas taxas de imposto. Contra as pesadas acusações que a *Folha do Povo* lhe fazia, Omar O’Grady resolveu processar judicialmente o seu proprietário, Sandoval Wanderley. E depois de marchas e contramarchas, o Tribunal de Justiça resolveu anular o processo por estar completamente falho. A vitória de Sandoval foi muito festejada por seus amigos e admiradores. A partir de então, intensificaram-se as perseguições ao citado jornalista: multas exorbitantes, obrigando-o a penhorar máquinas e equipamentos, e, sobretudo, ameaças de agressão física. Em pagamento a uma multa de cinquenta mil réis, o advogado da prefeitura designou o Sr. Jeromito Moura da limpeza pública e pessoa da confiança do prefeito. Sandoval contou o desenrolar do episódio nos seguintes termos:

No dia imediato, dez carregadores e o Oficial de Justiça Vimarando Paiva tomavam todo o espaço da pequena calçada da minha residência. Era a ordem para a retirada dos móveis. Abro uma das janelas. Certifico-me de tudo que respondo ao serventuário da Justiça Estadual: “Diga a quem o mandou aqui, que só abrirei a porta com o emprego da violência”. E fechei a janela. Estava lançado o desafio!¹⁷⁷

Diante disso, o prefeito Omar O’Grady e o advogado municipal ficaram à procura do Juiz Distrital para que este procedesse ao “arrombamento judicial” da residência do jornalista Sandoval Wanderley. Vários magistrados alegaram suspeita por serem amigos da família. Finalmente, a ordem de arrombamento foi assinada. Conta Sandoval:

Pelas quinze horas sou procurado pelo meu amigo Tomás da Costa que me previne de que uma força embalada, comandada pelo tenente Vitoriano Medeiros estava dando execução à ordem do juiz *ad hoc*. Tomo um auto de praça

177 WANDERLEY, Sandoval. *Minha luta política*. Natal, RN, 1954, p. 22.

e dirijo-me à rua onde morava. Constató a verdade. Todos os móveis já haviam saído. A casa estava deserta. Apenas de pé, com uma resignação rara nas mulheres em situação dessa natureza, a minha esposa, que me disse com leve sorriso: "Levaram tudo". Na rua, mais de duzentas pessoas assistiram ao deprimente espetáculo.¹⁷⁸

Mesmo assim, o bravo jornalista Sandoval continuou à frente do seu jornal *Folha do Povo*, trabalhando só, fazendo de tudo até altas horas da noite. Sentindo-se cansado, resolveu a conselho médico repousar uns dois meses na praia da Montagem (hoje, praia do Forte). Enquanto isso, o seu jornal continuava atacando os governos federal, estadual e municipal. Na noite de 12 de outubro de 1927, quando ele jantava em companhia da esposa e de uma criança, "três capangas da prefeitura" invadiram a sua casa e deram-lhe uma tremenda surra. Conta Sandoval que

de lá saí para a casa do meu sogro na rua Vigário Bartolomeu, acompanhado por centenas de pessoas das Rocas, meus amigos, que haviam tido notícias da agressão. Convém ressaltar que dez minutos após o atentado, uma força de cavalaria comparecia ao local do crime, disposta a dar caça aos criminosos, quando eles já se encontravam garantidos no próprio quartel do Esquadrão de Cavalaria, no Tirol.¹⁷⁹

Três dias depois, Sandoval era ameaçado de morte pelos seus adversários. É que a *Folha do Povo* ia contar detalhadamente o atentado praticado contra ele e revelar à opinião pública norte-riograndense quais eram os mandantes e os executores de tamanha brutalidade. Avisado pelos seus amigos que havia na cidade "cabras" desconhecidos, preparados para matá-lo, caso ele publicasse o jornal, Sandoval recuou. Lançou um forte manifesto à população e resolveu fechar definitivamente as portas da *Folha do Povo*. Diz ele: "[.] e fechei definitivamente as portas da redação. Começou para mim uma outra

178 WANDERLEY, Sandoval. *Minha luta política*. Natal, RN, 1954, p. 22.

179 WANDERLEY, Sandoval. *Minha luta política*. Natal, RN, 1954, p. 26.

de dificuldades porque perdia com a suspensão do jornal, o único meio subsistência com que contava”.¹⁸⁰

Assim terminou mais um jornal nos tempos da República Velha. O Rio Grande do Norte estava no final do governo de José Augusto Bezerra de Medeiros e era prefeito da capital o Dr. Eng. Omar O’Grady de Paiva.

Ao longo dos quarenta anos da República Velha foi esse o tratamento dado à imprensa oposicionista pelos grupos políticos dominantes. Somente muitos anos depois foi que os políticos brasileiros vieram entender, na prática, que a democracia implica divergência de opinião e direito de crítica aos governantes.

8 O Processo Eleitoral

Escrevendo sobre a República Velha, não podemos deixar de abordar um dos temas mais importantes desse período, que foi o processo eleitoral. A Proclamação da República em 1889 significou o fim da centralização administrativa monárquica e o início de uma política descentralizada em cada Estado. Nessa mudança, ficou reservado ao Governo Federal o direito substantivo e aos governos estaduais, o direito adjetivo.

O sistema eleitoral republicano ficou estruturado em dois segmentos: por um lado, cabia ao Congresso Nacional legislar sobre as eleições para cargos federais e ao Poder Legislativo estadual a atribuição de fazer leis para a escolha dos representantes do povo nas esferas estadual e municipal. Na hora do reconhecimento, era quando se dava a “degola” dos parlamentares.

Três leis nortearam fundamentalmente, mas não exclusivamente, o processo eleitoral da República Velha: a Lei nº 25, de 26 de janeiro de 1892; a Lei nº 1.269, de 15 de novembro de 1904, conhecida como a Lei Rosa e Silva; e por fim, a Lei nº 3.208, de 27 de dezembro de 1916.

180 WANDERLEY, Sandoval. *Minha luta política*. Natal, RN, 1954, p. 28.

Pela Constituição de 1891, foram excluídos do sufrágio universal os mendigos, os analfabetos, os praças de pré, os religiosos sujeitos a votos de obediência. Quanto ao voto feminino, a referida Constituição foi omissa.

Com exceção desses, cada cidadão maior de 21 anos era considerado eleitor. Vale salientar que o voto não era obrigatório.

Havia dois tipos de alistamento e, conseqüentemente, dois tipos de títulos: um federal e outro estadual. A Lei Rosa e Silva, de 15 de novembro de 1904, acabou com essa duplicidade de alistamento. Tudo ficou reduzido ao federal.

Cada Estado era dividido em distritos eleitorais, cujo número variava de acordo com a dimensão do eleitorado estadual. Como observou Telarolli, "nos estados, conjuntos de municípios formavam os distritos que elegeriam os representantes a que tinham direito, sem que houvesse, porém, a exigência de residência ou qualquer outro tipo de vinculação do candidato ao distrito pelo qual era indicado pela cúpula partidária".¹⁸¹ Cada estado tinha o direito de ter, no mínimo, quatro representantes na Câmara Federal. Durante toda a República Velha, o Rio Grande do Norte sempre teve quatro deputados federais.

A legislação eleitoral adotou o voto secreto e o voto a descoberto até 1916. Depois, o voto a descoberto só era admitido quando a eleição se realizasse em cartório.¹⁸² Todavia, sabemos que, na prática, o voto secreto não existia.

Em cada município, o processo eleitoral era comandado pelo presidente da intendência. Tudo passava pelo seu crivo, desde a formação da comissão de alistamento até a apuração dos votos.

A legislação determinava que as seções - as quais não deveriam ter menos de cem eleitores nem mais de 250 - fossem localizadas em prédios públicos. Mas, na prática, eram colocadas em residências dos

181 TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 28.

182 TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 41.

chefes políticos locais ou dos seus correligionários. Quando as forças oposicionistas se igualavam com as situacionistas, chegava-se a um acordo. Vale salientar que as cédulas eram individuais para qualquer cargo.

Terminada a votação, a urna era aberta para se iniciar a apuração local. Trinta dias depois da realização do pleito, começava a apuração geral, que deveria ser feita em três dias. Na eleição para escolher os intendentes, a apuração era feita no próprio município. Na eleição de deputado, a apuração geral era feita na Intendência Municipal da Capital, e na eleição de governador e vice, a apuração era feita pelo Congresso Legislativo. Os deputados federais e senadores tinham as suas eleições reconhecidas ou não pelo Congresso Nacional. Como exemplo, basta citar o caso do deputado federal Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, eleito em 1892, que teve a sua eleição anulada pela Câmara Federal. Em fevereiro de 1893, candidatou-se novamente, foi eleito e diplomado pela Câmara Federal.

É público e notório que o processo eleitoral da República Velha era profundamente fraudulento. Atas falsas ou fictícias, alistamento de eleitores defuntos ou ausentes, eliminação de oposicionistas na hora do alistamento, tudo isso e mais outras coisas eram feitas sob o comando intransigente e sisudo do Presidente da Intendência Municipal, que, por sua vez, estava obedecendo às ordens recebidas dos chefões da política do Estado. Todo esse quadro de desvios e irregularidades se resumia na expressão “eleição a bico de pena”.

No Rio Grande do Norte, o processo eleitoral não foi diferente do resto do Brasil. Analisando o processo eleitoral desse período no Rio Grande do Norte, Senio d’Avelar, talvez o pseudônimo de um político de oposição, fez a seguinte observação:

Tal é a corrupção dos costumes dos próceres da República, que já deu em resultado o afrouxamento das instituições. As eleições são mentirosas, a magistratura se vende, o funcionário desfalca, o povo abdica os direitos mais importantes, tudo se relaxa entre nós. A República não pertence ao povo; é uma presa dos oligarcas, não há partidos políticos; há

corrilhos que, para enriquecerem, se assenhorearam do mando supremo.¹⁸³

As reclamações da imprensa oposicionista contra o processo eleitoral são constantes, desde os primórdios do regime republicano. No dia 15 de novembro de 1895, realizaram-se eleições municipais em todo o Estado. No dia 19, a imprensa publicou a seguinte nota sobre a eleição de Macaíba:

O dia de ontem passou aqui, como uma data negra, de um governo de fraudes e trapaças. Assim é que ontem *as sessões eleitorais estiveram fechadas e as atas lavradas com antecedência, votando no bico da pena, vivos, mortos e mudados*, o que quer dizer eleição a 'pulso' sobre a bitola do corrupto governo do Sr. Pedro.¹⁸⁴

Fato idêntico a esse se repetia em todas as eleições.

Em janeiro de 1899, a oposição denunciava a prepotência do governador Ferreira Chaves que mandara "desalistar mais de quatrocentos eleitores considerados suspeitos contra o governo do Estado, sendo eliminados do alistamento cidadãos de todas as classes".¹⁸⁵

Mas, o desrespeito à legislação eleitoral atingiu o seu auge em 1905 quando, em decorrência da Lei Rosa e Silva, foi realizado um novo alistamento eleitoral para unificar os títulos. Antes, como já dissemos, havia um título para a eleição federal e outro para a eleição estadual. Naquele ano, em quase todos os municípios do Rio Grande do Norte, grande parte dos eleitores da oposição não pôde alistar-se.

O caso de Papari (hoje, Nísia Floresta) é o protótipo do mandonismo local em matéria de alistamento. Lá, o coronel José de Araújo Carvalho, presidente da Intendência Municipal por quase quarenta anos, foi o campeão de arbitrariedades e falcatruas eleitorais ao longo da República Velha. O episódio que vamos narrar, ocorrido em 1905, mostra muito bem o ambiente político dominante naquela época.

183 *Diário do Natal*, 25 de abril de 1907, p. 1.

184 *Rio Grande do Norte*, 19 de novembro de 1895, p. 4.

185 *Diário do Natal*, 4 de janeiro de 1899, p. 1.

Ao tomar conhecimento das irregularidades praticadas no alistamento eleitoral de Papari, o Dr. Augusto Leopoldo, líder da oposição no Estado e membro do diretório central do partido oposicionista, deslocou-se para aquela vila em 17 de abril de 1905. Chegando lá, foi logo para a casa do tabelião Bivar para que o mesmo reconhecesse as firmas do coronel Luiz Roque, capitão José de Goes e capitão Antônio Gomes. O escrivão mandou alguém da família dizer-lhes que estava viajando. O Dr. Augusto Leopoldo resolveu, então, ir sozinho à casa do chefe governista, coronel Zé de Araújo. Após uma conversa amistosa, disse-lhe que viera a Papari no intuito de conseguir alistar os seus amigos, para quem o tabelião estava dificultando tudo. Sem tergiversar, o coronel Zé de Araújo, que guardava uma fidelidade canina à oligarquia Maranhão, respondeu-lhe com toda clareza: “Dr., pode fazer as reclamações e pedir as providências que quiser, na certeza de que o resultado será o mesmo e de responsabilidade não fazemos caso, os cabras de Luiz Roque não se alistarão, porque eu não quero”.

Enquanto isso, o tabelião deixara de reconhecer a firma de 36 cidadãos oposicionistas, quase todos morando longe da sede do município, sob a alegação de estar doente. O coronel Zé de Araújo sabia que a oposição, pelo número de eleitores que possuía, poderia ganhar as eleições no município. Diante disso, ele solicitou cavilosamente ao governador Tavares de Lyra reforço policial em nome da comissão de alistamento, alegando estar ameaçado pelos cabras do coronel Luiz Roque. Em resposta ao seu pedido, o governador enviou no dia seguinte um oficial e alguns soldados do Batalhão de Segurança para a vila de Papari. A população, sem entender o que estava acontecendo, ficou apavorada. Enquanto isso, o Dr. Augusto Leopoldo retornou a Natal, trazendo 36 petições de alistamento devidamente documentadas e apresentou-as ao governador Tavares de Lyra. Este, vendo a retidão do que lhe era solicitado pelo chefe oposicionista, tirou uma cópia dos peticionários e mandou-a para o coronel Zé de Araújo. Este, em vez de obedecer às ordens do governador e mandar reconhecer a firma dos peticionários, criou todo tipo de embaraço e ameaçou com a polícia todos os eleitores da oposição. Sem atentar para o agravamento da situação, o governador resolveu

mandar retornar a Natal o oficial que mandou para a vila de Papari, mas deixou lá seis soldados às ordens de Zé de Araújo.

Todavia, o caso não terminou aí. No dia 15 de maio, o Dr. Augusto Leopoldo voltou a Papari com o objetivo de fazer nova tentativa para alistar os seus amigos. Ficou hospedado no engenho do coronel Luiz Roque. No dia seguinte, o jovem Henrique Torres, opositor, foi a Papari fazer o seu alistamento. O coronel Zé de Araújo repetiu as mesmas bravatas. Ameaçou surrá-lo e mandou dizer que o coronel Luiz Roque e o Dr. Leopoldo “fossem também à Intendência que queria dar conta deles, que para isso tinha soldados à sua disposição”. O jovem veio contar tudo ao coronel Luiz Roque. Nesse ínterim, o destacamento policial de São José de Mipibu veio reforçar o de Papari. Os soldados diziam abertamente que estavam ali no quartel da vila para atirar no Dr. Leopoldo e no coronel Luiz Roque. A vila estava em pé de guerra e o povo apavorado. Atendendo aos pedidos dos amigos, o Dr. Augusto Leopoldo não veio a Papari. Resolveu retornar a Natal para relatar tudo ao governador Tavares de Lyra. Diante do exposto, o governador resolveu mandar o tenente Moura para Papari com “instruções para manter a ordem e não consentir desacato e agressão, mas que com relação ao procedimento dos funcionários, autoridades e comissão de alistamento, nada podia providenciar, porque a lei tinha excluído a interferência do governo do Estado no processo de alistamento eleitoral”.

No dia seguinte, 17 de maio, o tenente Moura e o Dr. Leopoldo viajaram no mesmo trem para Papari. No outro dia, o Dr. Leopoldo veio à vila manter entendimentos com o tenente Moura sobre o alistamento dos seus amigos. Este, convidado para ir à Intendência, esquivou-se. Naquele dia, a comissão não se reuniu.

No dia 19, o Dr. Leopoldo foi sozinho à Intendência e apresentou ao presidente da Mesa um requerimento com base na Lei 1.239 (Lei Rosa e Silva). O chefe Zé de Araújo, que não era nada da comissão de alistamento, arrebatou o requerimento das mãos do presidente da Mesa e bradou igual a um leão: “O Dr. Augusto Leopoldo está se adiantando muito, o Sr. nada tem que ver com o alistamento eleitoral de Papari, é um intruso; esta petição está indeferida, não lhe mando dar certidão de nada aqui”. O Dr. Leopoldo, sem perder a serenidade,

respondeu que, na qualidade de cidadão brasileiro, podia fazer aquele requerimento. Incontinênti, o coronel Zé de Araújo retrucou: “O Sr. pode ser brasileiro em qualquer parte, aqui em Papari não é cidadão, eu sou o chefe político e fiscal do governo, aqui quem decide tudo sou eu, só se faz o que eu mando e quero. Já ouviu?”¹⁸⁶

Ciente da cumplicidade do governador Tavares de Lyra e da polícia militar, o Dr. Augusto Leopoldo viu que era impossível fazer cumprir a lei eleitoral. Retornou a Natal derrotado na sua missão, mas convicto de uma coisa: o Zé de Araújo era a personificação do mandonismo local no Rio Grande do Norte.

É importante ressaltar que esse episódio de Papari repetiu-se, em menor proporção, noutros municípios do Estado durante o alistamento eleitoral de 1905. Assim, em Natal, o jornalista Elias Souto, proprietário do jornal oposicionista *Diário do Natal*, maior de 57 anos, coronel reformado da Guarda Nacional, antigo professor público do Estado e eleitor desde o tempo do Império, teve a sua inscrição negada. Nesta cidade, as irregularidades foram tão grandes que o Supremo Tribunal Federal anulou o alistamento por unanimidade.

Os alistamentos de Areia Branca e de outros municípios, contra os quais a oposição interpôs recursos, foram igualmente anulados pelo Supremo Tribunal Federal.

Impedir o alistamento dos eleitores da oposição, lavrar atas de eleições inexistentes, fazer votar defuntos ou pessoas ausentes, assim como outros procedimentos ilegais, tudo isso foi sintetizado na expressão “eleição a bico de pena”, uma constante durante o longo domínio da oligarquia Maranhão (1890-1918). Depois dela, o procedimento político não mudou. Verdade é que o Des. Ferreira Chaves fez o seu sucessor na eleição de 5 de outubro de 1919 usando as mesmas artimanhas empregadas anteriormente. Assim, o seu candidato, o Dr. Antônio José de Melo e Souza, derrotou o seu adversário com 78% dos votos. Em 12 municípios, ou seja, um terço, a oposição não obteve nenhum voto.

186 *Diário do Natal*, 24 e 27 de maio de 1905, p. 1.

Os processos eleitorais fraudulentos permaneceram os mesmos até o final da República Velha. Para comprovar essa assertiva, nada melhor do que o testemunho de Café Filho, que viveu, em Natal, a última década desse período. Referindo-se àquela época, ele disse: “Era o tempo do eleitorado controlado. Em Natal ainda havia alguma cerimônia, no que se refere, porém, exclusivamente, à presença do eleitor.”. No pleito de 1923, um dos meus eleitores mais certos foi seduzido, à minha vista, a votar nos candidatos do oficialismo, a que aquiesceu mediante o prêmio em dinheiro de cinquenta mil réis. No interior, na maioria dos casos, não havia escolha. Os funcionários do governo entregavam ao eleitor as cédulas dos candidatos que interessava ao governo eleger. Como regra geral computavam-se votos a “bico de pena”, arbitrariamente, nas atas eleitorais, para efeito de apuração, sem ter havido votação. “Certa vez, em Apodi, as eleições locais deixaram de ser apuradas, pela ausência de livros. As atas chegaram com grande atraso. Na eleição seguinte, as atas chegaram a Natal antes do dia das eleições.”¹⁸⁷

Por essas e outras razões foi que os oposicionistas resolveram fazer a Revolução de 1930, com o objetivo de implantar no Brasil um sistema eleitoral mais eficiente do que o dominante na República Velha.

9 Combate ao Cangaceirismo

Desde meados do século XIX, que a sociedade nordestina tem a sua história marcada pela presença do cangaceirismo. Para reforçar o que acabamos de dizer, é importante invocarmos o testemunho da professora Maria Isaura Pereira de Queiroz, uma das mais brilhantes estudosas desse fenômeno social: “é em fins do século XIX que alguns cangaceiros, apoiados em seu próprio prestígio, se destacam dos chefes de parentela e dos coronéis, perseguindo livremente seu

187 CAFÉ FILHO, João. *Do Sindicato ao Catete*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966, v. 1, p. 44.

destino”.¹⁸⁸ Já o historiador Hamilton de Mattos Monteiro detectou a existência de bandos independentes por volta de 1850, agindo em vários Estados do Nordeste. Reconheceu, todavia, que o fenômeno tornou-se epidêmico após 1870.¹⁸⁹ Baseado nos relatórios dos presidentes de província de todos os Estados nordestinos e noutros documentos, Monteiro identificou no período de 1850 a 1889 a existência de 47 importantes quadrilhas de cangaceiros, agindo no Nordeste brasileiro.¹⁹⁰ Dessas quadrilhas, as mais famosas eram as dos *Viriatos*, dos *Meirelles*, dos *Quirinos* e dos *Calangros*, atuando nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.¹⁹¹

Mas, para compreendermos melhor o fenômeno do cangaceirismo, é mister fazer uma distinção entre o *capanga* e o *cangaceiro*. Assim, enquanto o capanga é um elemento de confiança do coronel ou chefe político, vivendo à sua sombra, obedecendo-lhe as ordens e executando, quando preciso, os “serviços”, o cangaceiro é o indivíduo que se libertou do seu potentado, que age com autonomia e personalidade própria, vivendo como grupo errante e enfrentando situações onde prova, pela força das armas, a sua coragem pessoal. Por essa razão, o capanga é uma categoria social quase tão antiga quanto os latifúndios brasileiros e que continua existindo no interior do país.

Para se ter uma idéia mais objetiva desses bandos de cangaceiros, vejamos o que disse Monteiro:

Os *Viriatos* que se apresentavam uniformizados, bem armados e montados e cujo número gravitava em torno de oitenta, chegaram a ter em 1878 cem e mesmo 150 elementos. Igualmente numerosos eram os bandos dos *Quirinos* e

188 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os Cangaceiros*. São Paulo: Livraria Duas cidades, 1977, p. 55.

189 MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise Agrária e Luta de Classes*. Brasília: Horizonte, 1980, p. 69.

190 MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise Agrária e Luta de Classes*. Brasília: Horizonte, 1980, p. 74.

191 MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise Agrária e Luta de Classes*. Brasília: Horizonte, 1980, p. 78.

Calangros que também alcançaram a enorme cifra de 150 componentes.¹⁹²

Após a Proclamação da República, assumiram papel de destaque no cenário nordestino os bandos de Antônio Silvino (fim do século XIX até 1914) e o pernambucano Virgulino Ferreira, vulgo Lampião (1922-1938).

Durante a República Velha, o Rio Grande do Norte não teve cangaceiros. O único norte-rio-grandense que tornou-se cangaceiro foi Jesuíno Alves de Melo Calado, vulgo Jesuíno Brilhante, que nasceu no sítio Tuiuiu no município de Patu em 1844 e morreu em 1879, contando apenas 35 anos e nove meses. Portanto, faleceu dez anos antes da Proclamação da República.

Mas, mesmo não tendo cangaceiros, como dissemos antes, o Rio Grande do Norte sempre foi invadido por grupos de cangaceiros procedentes da Paraíba e do Ceará. Uma das invasões mais remotas do território potiguar por esses elementos ocorreu em 1878, na povoação de Luís Gomes, executada pelos *Meireles* e *Viriatos*. Naquela ocasião, saquearam o povoado, levando “grande porção de gêneros alimentícios, de fazendas, gado e dinheiro, como também jóias e sagradas imagens. Nem as igrejas eram poupadas”.¹⁹³

No regime republicano, a zona oeste do Estado foi invadida algumas vezes. Em 1902, o governador Alberto Maranhão relatou uma dessas ocorrências da seguinte maneira:

A invasão da cidade de Apodi por um pequeno grupo de bandidos incursionistas, logo postos em fuga com a só notícia de que para ali seguira uma força da segurança, trouxe por alguns dias presa de terror a ordeira e pacífica população daquela cidade sertaneja. Passou, porém, felizmente, logo, este pavor; e, com a chegada da força, voltou ao seu regular funcionamento a vida local, restabelecendo-se a

192 MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise Agrária e Luta de Classes*. Brasília: Horizonte, 1980, p. 74.

193 MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise agrária e luta de classes*. Brasília: Horizonte, 1980, p. 79.

calma, com o desaparecimento do receio de um possível saque, que a todos trazia sobressaltados.¹⁹⁴

A partir de fevereiro de 1922, a população sertaneja entrou em pânico. Boatos de invasão do sertão por bandos de cangaceiros corriam mais velozes do que um tufão. Mais de cem telegramas, passados por presidentes de Intendência, magistrados, autoridades policiais, chefes políticos e particulares chegaram ao Palácio do Governo procedentes de Caraúbas, Augusto Severo, Apodi, Martins, Patu, Luís Gomes, Pau dos Ferros, Serra Negra, Caicó, Acari, Nova Cruz e Pedro Velho, noticiando a iminente invasão do interior por cangaceiros perseguidos pelas polícias do Ceará e da Paraíba.

Mesmo descontando o exagero, fruto da emoção e do pavor, o governador Antônio José de Melo e Souza tomou, de imediato, as providências necessárias. Disse ele:

Em poucos dias, graças ao precioso auxílio da Inspetoria de Obras Contra as Secas, então representada pelo Engenheiro Henrique de Novais, que pôs à disposição do Estado os caminhões necessários para o transporte das forças, seguiram para os municípios da fronteira 106 praças, dos quais os 15 primeiros por mar, via Areia Branca, e os outros, por aqueles veículos.¹⁹⁵

Na realidade, os bandoleiros não penetraram no território norte-rio-grandense. Como relatou o governador, “houve uma passagem pelas extremas do município de Luís Gomes, onde praticaram depredações de pouca importância numa fazenda.”¹⁹⁶

Por consequência disso, os governadores do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba resolveram desenvolver uma ação conjunta:

194 MARANHÃO, Alberto. Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Rio Grande do Norte, em 14 de julho de 1902. Natal, *A República*, 16 de julho de 1902.

195 SOUZA, Antônio José de Melo e. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 1922. Natal, *A República*, 8 de novembro de 1922.

196 SOUZA, Antônio José de Melo e. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 1922. Natal, *A República*, 8 de novembro de 1922.

Acordamos a união dos esforços dos três estados do extremo nordeste para o combate à vergonhosa praga do banditismo, pondo cada um certa parte das suas forças sob a direção de uma autoridade especial comum, que por proposta do honrado Sr. Dr. Justiniano de Serpa, presidente do Ceará, ficou sendo o delegado paraibano Dr. Severiano Procópio, como o melhor conhecedor da zona habitualmente infestada pelos bandidos.¹⁹⁷

Por outro lado, o governador Antônio de Souza manteve a força policial nas localidades próximas às fronteiras temendo a volta dos bandoleiros.

Para estruturar melhor a segurança do interior do Estado, o governador José Augusto Bezerra de Medeiros criou seis delegacias regionais situadas em Natal, Goianinha, Caicó, Macau, Martins e Apodi.¹⁹⁸

Em 1927, aconteceu a invasão de Mossoró pelo bando de Lampião, descrita minuciosamente pelo Dr. Raul Fernandes, em quem nos baseamos na abordagem desse evento.¹⁹⁹ Em primeiro lugar, uma quadrilha de ladrões, sob o comando do cangaceiro Massilon, invadiu e saqueou a cidade de Apodi, onde surraram, assassinaram e humilharam pessoas da classe dirigente local.

Ao tomar conhecimento do que acontecera na vizinha cidade de Apodi, a população de Mossoró começou a se mobilizar para enfrentar Lampião e os seus cabras da peste. Incontinênti, o governador José Augusto mandou armas e reforço policial para Mossoró e as cidades fronteiriças. Segundo Raul Fernandes, “durante a marcha no Rio Grande do Norte, Lampião ocupou sítios, fazendas e povoados. Somente em Boa Esperança, surpreendeu a população, em

197 SOUZA, Antônio José de Melo e. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo em 1922. Natal, *A República*, 8 de novembro de 1922.

198 MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. Mensagem lida perante a Assembléia Legislativa em 1924, Natal, *Tip. d'A República*, 1924, p. 46.

199 FERNANDES, Raul. *A Marcha de Lampião* (Assalto a Mossoró). 2. ed. Natal: Editora Universitária, 1982.

peso, desprevenida”.²⁰⁰ Boa Esperança é, hoje, a cidade chamada Antônio Martins. Sabedora do que vinha acontecendo, a população mossoroense, sob o comando do seu bravo prefeito, coronel Rodolfo Fernandes, preparou-se o quanto pôde, armando trincheiras em vários pontos da cidade. Ao mesmo tempo, às vésperas do assalto, grande parte da população fugiu de trem, de automóvel e de outros meios para longe da contenda.

Do lugar Passagem Oiticica, Lampião mandou o Sr. Antônio Gurgel do Amaral, preso pelo bando, que escrevesse uma carta ao coronel Rodolfo Fernandes nos seguintes termos:

13 de junho de 1927. Meu Caro Rodolfo Fernandes. Desde ontem estou aprisionado do grupo de Lampião, o qual está aqui aquartelado, aqui perto da cidade, manda porém um acordo para não atacar mediante a soma de quatrocentos contos de réis – 400.000\$000. Posso adiantar sem receio que o grupo é numeroso, cerca de 150 homens bem equipados e municados à farta. Creio que seria de bom alvitre você mandar um parlamentar até aqui, que me disse o próprio Lampião, seria bem recebido. Para evitar o pânico e o derramamento de sangue, penso que o sacrifício compensa. Tanto que ele promete não voltar mais a Mossoró. Diga sem falta ao Jaime que os 21 contos que pedi ontem para o meu resgate não chegaram até aqui, e se vieram, o portador se desencontrou, assim peço por vida de Yolanda para mandar o cobre por uma pessoa de confiança para salvar a vida do pobre velho. Devo adiantar que todo o grupo me tem tratado com muita deferência, mas, eu bem avalio o risco que estou correndo. Creia no meu respeito. Antônio Gurgel do Amaral.²⁰¹

200 FERNANDES, Raul. *A Marcha de Lampião* (Assalto a Mossoró). 2. ed. Natal: Editora Universitária, 1982, p. 95.

201 FERNANDES, Raul. *A Marcha de Lampião* (Assalto a Mossoró). 2. ed. Natal: Editora Universitária, 1982, p. 147-148.

Após mostrar ao portador Pedro José da Silveira, igualmente refém, os preparativos de guerra para enfrentar os cangaceiros, o coronel Rodolfo Fernandes deu-lhe a seguinte resposta:

Mossoró, 13-6-27 – Antônio Gurgel, não é possível satisfazer-lhe a remessa dos quatrocentos contos (400.000\$000), pois não tenho, e mesmo no comércio é impossível encontrar tal quantia. Ignora-se onde está refugiado o gerente do Banco, Sr. Jaime Guedes. Estamos dispostos a recebê-los na altura em que eles desejarem. Nossa situação oferece absoluta confiança e inteira segurança. – Rodolfo Fernandes.²⁰²

Ao tomar conhecimento da resposta do coronel Rodolfo, o bando começou a refletir e a acreditar que o sonho de invadir a cidade endinheirada – como era vista Mossoró na sua visão – não seria uma parada fácil. O risco era muito grande, ponderou um cabra.

Nesse ínterim, Lampião resolveu, de próprio punho, escrever um bilhete para o prefeito de Mossoró.

Cel. Rodolfo

Estando eu até aqui pretendo dr°. Já foi um aviso, p° o Sinhoris, si por acaso rezolver, mi, a mandar será a importância que aqui nos pede, Eu envito di Entrada ahí porem não vindo esta importância eu entrarei, ate ahí penço qui adeus querer, eu entro; e vai aver muito estrago por isto si vir o dr eu não entro, ahí mas nos resposte logo. – Cap. Lampião²⁰³

Luís Joaquim de Siqueira, vulgo Formiga, foi o portador desse bilhete. Após a leitura do referido bilhete, o coronel Rodolfo continuou no mesmo propósito de resistir às criminosas pretensões de Lampião e respondeu-lhe da seguinte maneira:

202 FERNANDES, Raul. *A Marcha de Lampião* (Assalto a Mossoró). 2. ed. Natal: Editora Universitária, 1982, p. 149.

203 FERNANDES, Raul. *A Marcha de Lampião* (Assalto a Mossoró). 2. ed. Natal: Editora Universitária, 1982, p. 156.

Virgulino, Lampião.

Recebi o seu bilhete e respondo-lhe dizendo que não tenho a importância que pede e nem também o comércio. O Banco está fechado, tendo os funcionários se retirado daqui. Estamos dispostos a acarretar com tudo que o Sr. queira fazer contra nós. A cidade acha-se, firmemente, inabalável na sua defesa, confiando na mesma.

Rodolfo Fernandes

Prefeito. 13-6-27.²⁰⁴

Diante da altivez e da corajosa intransigência do coronel Rodolfo Fernandes, Lampião resolveu atacar Mossoró na tarde de 13 de junho de 1927. Quando o bando entrou na cidade espirrava bala de toda parte, deixando os bandoleiros assombrados e desnor-teados. Vendo-se impotentes diante da brava resistência da população mossoroense, eles bateram em retirada, na maior desordem possível, correndo em direção aos seus cavalos deixados a distância. No final da luta, segundo Raul Fernandes, os cangaceiros “perderam dois companheiros. Seis chegaram feridos, e dois em estado desesperador. Enquanto do outro lado, todos estavam incólumes”.²⁰⁵

Por causa do acordo feito entre os governadores do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, e em decorrência da invasão de Mossoró, o combate ao cangaceirismo atingiu o seu auge no governo Juvenal Lamartine. Ele costumava dizer que no seu governo bandido não tem guarida. A título de exemplo, basta lembrar o combate enérgico que o 2º tenente Joaquim Teixeira de Moura, homem da confiança de Lamartine, deu a um grupo de malfeitores que, em fevereiro de 1928, “depredou e roubou no município cearense de Iracema, e se veio refugiar no de Martins.” Na luta com a polícia, foram mortos três

204 FERNANDES, Raul. *A Marcha de Lampião* (Assalto a Mossoró). 2. ed. Natal: Editora Universitária, 1982, p. 159.

205 FERNANDES, Raul. *A Marcha de Lampião* (Assalto a Mossoró). 2. ed. Natal: Editora Universitária, 1982, p. 187-188.

cangaceiros, uns fugiram e os demais foram presos, desarmados e entregues às autoridades policiais do Ceará.²⁰⁶

Com os processos de urbanização e de industrialização, assim como com o desenvolvimento da malha rodoviária no interior do Nordeste, tirando as populações do seu isolamento, e outros fatores de menor influência, o cangaceirismo e o seu tradicional aliado – o coronelismo – entraram em rápido declínio, na década de 1930.

10 A Coluna Prestes no Rio Grande do Norte

Durante a década de 1920, a história nacional registrou, por várias vezes, a insatisfação de militares e civis contra os processos eleitorais vigentes e o prolongado domínio político das oligarquias.

Foi esse, em síntese, o sentido das revoltas de 1922 no Rio de Janeiro (os 18 do Forte de Copacabana), a de 1923 no Rio Grande do Sul e a de São Paulo, em julho de 1924.

Desde a sua candidatura à Presidência da República que Artur Bernardes enfrentou uma forte oposição militar. A prova mais evidente disso foi a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, poucos meses antes de Artur Bernardes tomar posse. Significou aquela rebelião a insatisfação com a política do “café com leite”, que alternava no poder central um presidente paulista e outro mineiro. As oligarquias dos outros estados sentiam-se marginalizadas das grandes decisões. Mesmo assim, o presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) conseguiu abafar o grito dos revoltosos.

Num clima de muita insegurança, Artur Bernardes, eleito a 1º de março de 1922, tomou posse na Presidência da República no dia 15 de novembro daquele mesmo ano.

Na formação do seu ministério, ele procurou indicar nomes capazes de apaziguar os ânimos nas áreas civil e militar. Conforme observa Carone, “a maior dificuldade está na indicação do ministro

206 FARIA, Juvenal Lamartine de. *Mensagem à Assembléia Legislativa em 1º de outubro de 1928*, Natal: Imprensa Oficial do Estado, 1928, p. 43-44.

militar: num momento em que o Exército está dividido e elementos da alta e baixa oficialidade são punidos ou processados, tornam-se necessárias precauções na escolha de um nome que não desperte críticas”.²⁰⁷ Por essas razões, ele escolheu para o Ministério da Guerra o general Setembrino de Carvalho, possuidor de “grande habilidade política”. Mas isso não foi suficiente para garantir a segurança do seu governo.

A oposição de civis e militares, percebeu o presidente, era mais profunda e mais abrangente. Por isso, governou com mão-de-ferro, mantendo o país em estado de sítio durante quase todo o seu mandato.

Interpretando o pensamento dos situacionistas, afirma Carone “que a violência aparece para as oligarquias como solução aos atos revolucionários das classes médias – civis, militares – e operários. O processo de repressão é tão violento que, nunca em períodos anteriores, o governo enfeixara tantos poderes excepcionais”.²⁰⁸

O primeiro Estado a ser vítima do autoritarismo bernardista foi o Rio de Janeiro, onde Nilo Peçanha indicara como candidato ao governo o Sr. Raul Fernandes, que lutou contra Feliciano Sodré, simpático às hostes bernardistas. Ambos se proclamaram vitoriosos no pleito realizado em julho de 1922. Para manter a ordem pública, Artur Bernardes decretou intervenção federal e nomeou Aureliano Leal para chefiar o governo carioca.

Disputa semelhante aconteceu no Rio Grande do Sul, provocando a chamada Revolução de 1923, cuja repercussão foi apenas regional, chegando-se a uma solução favorável, em parte, aos partidários do presidente.

Na Bahia, o presidente da República derrotou igualmente seus adversários no pleito de janeiro de 1924. Atendendo à solicitação da Assembléia Legislativa, Artur Bernardes decretou o estado de sítio

207 CARONE, Edgar. *A República Velha* (Evolução Política). 2. ed. São Paulo: Difel, 1974, p. 361.

208 CARONE, Edgar. *A República Velha* (Evolução Política). 2. ed. São Paulo: Difel, 1974, p. 362.

por 30 dias e mandou dar posse a Goes Calmon, seu candidato, no governo do Estado.

Entretanto, foi o caso de São Paulo que deu origem à formação da Coluna Prestes, que teve repercussão nacional.

O repetido autoritarismo bernardista, se, por um lado, contentava correligionários, por outro, alimentava o ímpeto revolucionário de segmentos civis e militares.

Em São Paulo, desde o início de 1923 que Nilo Peçanha e o general Isidoro Dias Lopes começaram a traçar os planos para a revolução paulista de 1924. São Paulo fora escolhido para ser o centro de irradiação do movimento que estendeu suas raízes a quase todos os Estados da federação.

Sob o comando e a liderança do general Isidoro Dias Lopes, participaram ativamente, na linha de frente desse movimento, Miguel Costa, Juarez Távora e seu irmão, Joaquim Távora, João Alberto, Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Estitac Leal e vários outros oficiais militares e policiais. O movimento eclodiu na madrugada de 5 de julho de 1924 nos quartéis da capital paulista, quando, sob o comando do general Isidoro Dias, cerca de mil homens entraram em luta contra as forças legalistas comandadas pelo general Abílio de Noronha. Enquanto se combatia na capital, várias colunas revolucionárias conquistavam cidades importantes do interior paulista. Impossibilitado de continuar a luta na capital, o general Isidoro resolveu abandoná-la no dia 27 de julho, deslocando-se para o interior com cerca de seis mil homens. Apertados pela fome e pelas forças legalistas, os revolucionários refugiaram-se no território do Paraná.

Concomitantemente ao movimento de São Paulo, eclodiram revoluções em Sergipe, Mato Grosso, Amazonas, Pará e Rio Grande do Sul. De todos esses, o movimento mais entrosado com São Paulo foi o gaúcho. Lá, na região das Missões, começou a rebelião gaúcha que, dentro de pouco tempo, tomou a denominação de Coluna Prestes, graças à ação destacada do então capitão Luís Carlos Prestes.

Combatendo no interior, a Coluna Prestes vai aos poucos abandonando o Rio Grande do Sul e se deslocando para o Paraná, onde espera unir-se aos revolucionários da Coluna Paulista. O encontro dos dois movimentos ocorreu entre março e abril de 1925, ocasião

em que formou-se a Coluna Prestes – Miguel Costa. Seu objetivo era “levantar o povo contra o governo Bernardes”,²⁰⁹ armando emboscadas, para iludir a repressão ou travando duros combates contra as forças legalistas e oligarcas, articuladas em cada Estado, os revolucionários percorreram os Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas, Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte (apenas na zona Oeste), Paraíba, Pernambuco, Mato Grosso outra vez, e, finalmente, refugiaram-se na Bolívia.

Conforme Carone, “de 29 de abril de 1925, quando termina a travessia do rio Paraná, a 3 de fevereiro de 1927, quando se interna na Bolívia, a Coluna Prestes percorre um total de 24.000km, somando-se as marchas de seus destacamentos”.²¹⁰

No Território Potiguar

A Coluna Prestes penetrou no território potiguar pela zona Oeste, fronteira com o Estado do Ceará. Governava o Rio Grande do Norte o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1927). Ao tomar conhecimento do avanço dos revolucionários em direção ao nosso Estado, através de um telegrama do Governo Federal, comentou com os seus auxiliares:

A coluna dos rebeldes já saiu do Iguatu. A esta hora caminha para o Rio Grande do Norte. O grupo é reduzido, pois, segundo o telegrama, composto de 70 homens. Ao que tudo indica, o ponto de invasão será o município de São Miguel. O deputado João Pessoa deve ser avisado com urgência para organizar a repulsa, enquanto Luís Julio se desloca para o centro de operações.²¹¹

209 MORAES, Denis; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 36.

210 CARONE, Edgar. *A República Velha* (Evolução Política). 2. ed. São Paulo: Difel, 1974, p. 387.

211 NONATO, Raimundo. *Os Revoltosos em São Miguel (1926)*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1966, p. 42.

A fim de manter a ordem pública no nosso Estado, o Dr. José Augusto enviou o seguinte telegrama ao presidente Artur Bernardes, no dia 20 de janeiro:

Natal, 20 – Tendo rebeldes invadido o Ceará, e sendo possível que já procurem o Rio Grande do Norte, julgo do meu dever guarnecer as nossas fronteiras com aquele Estado com os elementos de que puder dispor com o fim de auxiliar as forças federais e as policiais de outros Estados que os combatem. Como sabem, já forneci um contingente de polícia do Estado para o Piauí, onde ainda se encontra. Pequeno como são os elementos de força organizada do Rio Grande do Norte, já desfalcados daquele contingente, preciso que a União me mande fornecer, com a urgência que o caso reclama, *armamento e munição suficiente para, pelo menos, mil homens que necessito colocar nas fronteiras*, impedindo assim, a incursão e ajudando as forças legais.

Já ontem telegrafei ao Sr. Ministro da Guerra no mesmo sentido. Estou certo de que V. Exa. atenderá a minha solicitação. *Parece indispensável que me sejam enviadas também algumas metralhadoras*, sem as quais não é possível agir com eficácia. Cordiais saudações. José Augusto – Governador. (*A República*, 18 de fevereiro de 1926).

No intuito de também defender o governo constituído, o deputado Juvenal Lamartine telegrafou ao presidente da República “oferecendo-se para organizar um batalhão patriótico” formado por mil homens.

O presidente prometeu ao governo do Estado enviar armas, homens e munições.

A partir de então, o governador José Augusto mobilizou forças civis e militares para defender o território contra os invasores. A 31 de janeiro de 1926, seguiu para a zona Oeste, num rebocador até o porto de Areia Branca, o primeiro contingente da Polícia Militar do Estado, sob o comando do tenente João Machado. Para Mossoró, deslocaram-se o chefe de Polícia, Dr. Silvino Bezerra, o comandante da Polícia Militar, coronel Joaquim Anselmo, assim como o deputado Juvenal Lamartine, que notabilizou-se pela sua liderança e

capacidade de organizar os diversos grupos de voluntários que se prontificaram para lutar com os revolucionários. Assim, Mossoró, Apodi e Pau dos Ferros prepararam-se para uma eventual invasão. Temendo uma invasão dos rebeldes pelo sul do Estado, algumas cidades do Seridó se prepararam para enfrentá-los.

Por sua vez, o coronel João Pessoa, deputado estadual e chefe político, organizou a defesa de São Miguel reunindo um “núcleo de patriotas”, composto de vinte civis e quatro praças do destacamento local. A esses, juntaram-se Manuel Pinheiro Barbosa, prefeito de Pereiro (CE), e três cabras da sua confiança.²¹² Todos estavam armados de rifles e de muita vontade para brigar.

O choque inicial entre os patriotas e os rebeldes da Coluna Prestes ocorreu no dia 3 de fevereiro, no lugar chamado Cantagalo, de maneira inesperada. Quando os defensores do nosso território, sob o comando militar do cabo Francisco Garcia de Araújo, se deslocavam para se entrincheirar na Ladeira do Engenho, eis que surgiram, de repente, alguns rebeldes que vinham fazer o reconhecimento da área. Houve, então, uma troca de tiros entre os grupos em litígio.

Daí a pouco, foi avistado um grande número de rebeldes subindo a serra. Os defensores, que estavam entrincheirados numa casa perto da passagem, abriram fogo contra os invasores durante cerca de duas horas de luta.

Conforme o escritor Raimundo Nonato, citado anteriormente, “dessa luta resultaram a morte de um rebelde pelo Sr. Francisco Queiroz, Adjunto de Promotor em exercício, ferimentos em diversos

212 Segundo o escritor Raimundo Nonato, os vinte civis reunidos pelo coronel João Pessoa foram os seguintes: Francisco Moreira de Carvalho, Francisco Moreira Filho, José Pessoa de Carvalho, José Augusto Pessoa, Francisco da Costa Queirós, João Ferreira de Carvalho, Ismael Nogueira de Carvalho, João Pessoa, Miguel Arcanjo Leite, João Lopes Cardoso, José Feitosa, Simplicio Queiroz, José Fernandes da Silva, Raimundo Lúcio, Francisco Vicente da Silva, José Ferreira da Silva, Cícero Gato, Manoel Sapateiro, Raimundo Pereira e Antônio Ferreira do Nascimento (NONATO, Raimundo. *Os Revoltosos em São Miguel (1926)*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1966, p. 71).

e, do lado dos defensores, saiu ferido num braço o Sr. Francisco Moreira Filho, sendo um dos auxiliares do prefeito de Pereiro agarrado e sangrado”.²¹³

Uma vez dispersos os rebeldes, o coronel João Pessoa preparou um grupo de 12 homens armados de rifles e enviou-os, à noite, ao lugarejo chamado Crioulas, distante uma légua de São Miguel. Travou-se, nesse local, o segundo combate contra os rebeldes (cerca de uns trinta). Sob a liderança do caboclo Manuel Vicente Tenório, os patriotas aprisionaram um rebelde procedente do Maranhão, o qual foi recolhido à cadeia e interrogado pelo coronel João Pessoa.

Enquanto tomava algumas providências urgentes para defender a vila de São Miguel, Manuel Vicente Tenório foi ferido gravemente num tiroteio com dez rebeldes.

Em seguida, invadiram a vila de São Miguel, na manhã de 4 de fevereiro, mais de mil homens, enquanto outro tanto, ou mais do que isso, permaneceu no poente da vila em torno do Estado Maior da Coluna. Apesar de sua inferioridade numérica, os patriotas de São Miguel lutaram com heroísmo contra a sanha dos invasores. Nessa luta sobressaíram-se, pela coragem e bravura, Francisco Moreira de Carvalho, Francisco da Costa Queiroz, Manuel Vicente Tenório, Francisco Moreira Filho, Aarão de Tal, José Caetano, Francisco Vicente da Silva, Simplício Queiroz, João Ferreira, Ismael Nogueira, Francisco dos Santos, José Pessoa de Carvalho, Antônio Piauú, Sebastião de Tal, e os soldados Francisco Garcia, Manuel Zumba, Antônio Pinto e Joaquim Luís.

Não obstante a resistência do telegrafista José Carvalho de Araújo, os rebeldes quebraram o aparelho de transmissão, isolando assim a vila no seu contato com Pau dos Ferros. Uma vez dominada a situação, os rebeldes passaram a saquear casas comerciais, particulares, assim como as repartições públicas.

Conforme relatou o Delegado Especial, major Luís Julio, os danos causados por eles foram os seguintes:

213 NONATO, Raimundo. *Os Revoltosos em São Miguel (1926)*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1966, p. 79.

Saque por meio de arrombamento em *dezoito estabelecimentos comerciais* dos Srs. Manuel Antônio Nunes, Vicente Ferreira de Souza, Francisco Moreira de Carvalho, Francisco de Almeida Pinheiro, Pessoa & Queiroz, Xavier de Almeida, Dias & Irmãos, Magalhães & Queiroz, Fausto Xavier Moreira, Azarias Xavier Rodrigues, Vidal da Silva, Eliseu Dias da Cunha, Eliseu Dias & Cia., Francisco Augusto de Souza, Ismael Nogueira de Carvalho, João Lopes Cardoso, Gualter Marques de Lima, Couto & Fonseca e mais das *casas particulares* dos Srs. coronel João Pessoa de Albuquerque, Manuel Antônio Nunes, Vicente Ferreira de Souza, José Avelino Pinheiro, José Carvalho Araújo e José Rego Leite, cujos *danos totais foram avaliados em trezentos e sete contos, trezentos e três mil e quinhentos réis*; saques também por meio de arrombamentos e incêndio nas seguintes repartições federais, estaduais e municipais, telégrafo nacional, agência dos correios, arquivo eleitoral e militar e outros serviços de natureza federal existentes no cartório e depósito de selos federais da Coletoria de Martins, cartório público judicial e de notas, cadeia pública e grupo escolar. Houve além disso apreensões de animais, armas, roupas e objetos diversos em vários sítios.²¹⁴

Saciados nos seus desejos, os rebeldes rumaram em direção à vila de Luís Gomes. Mas, antes, se detiveram no sítio Imbé, de propriedade do coronel Baltazar Meireles, localizado no sopé da serra de Luís Gomes.

Baltazar estava entrincheirado, juntamente com outros patriotas, para defender a vila de Luís Gomes. Ao ser avisado de que os rebeldes estavam na sua casa, no sítio Imbé, retornou de imediato em companhia de três homens da sua confiança. Por causa dos rogos de sua esposa, ele escapou de ser fuzilado pelos invasores.

Ao tomar conhecimento da situação, Miguel Costa ordenou a prisão, num quarto, de Baltazar, quinze homens, seus filhos e moradores de sua propriedade, assim como do subdelegado Pedro Rufino, de Monte Alegre. Isso ocorreu por volta das 7h30. No início da tarde,

214 *A República*, fevereiro de 1926.

Miguel Costa e Carlos Prestes explicaram a Baltazar a situação política do país e ordenaram a libertação de todos eles.

Conforme depoimento do coronel Baltazar Meireles ao escritor Raimundo Nonato, no Imbé os rebeldes saquearam tudo, abateram sete reses, dez suínos e muitas galinhas; incendiaram cercas, destruíram o canavial e levaram oito animais de sua propriedade.²¹⁵

Em seguida, rumaram em direção à vila de Luís Gomes, cuja invasão ocorreu na manhã de 5 de fevereiro. O povoado preparara-se para resistir. Mas, quando os habitantes da vila receberam o aviso de que os rebeldes estavam no Imbé, a debandada foi geral. Repetiram-se as mesmas cenas consignadas na invasão da vila de São Miguel. Primeiro, dominaram a estação telegráfica, em cujas instalações almoçaram alguns Oficiais do Estado Maior. Depois que tentaram notícias sobre a situação das forças legalistas em Pau dos Ferros, eles quebraram o aparelho de transmissão. Enquanto isso, os rebeldes saqueavam e arrombavam casas comerciais como verdadeiros vândalos.

De Luís Gomes, eles se dirigiram para o território da Paraíba e de Pernambuco.

Em abril de 1928, o governador Juvenal Lamartine conseguiu recolher 543 fuzis *mauser*, 11 *comblayns* e 45.558 cartuchos de balas que foram distribuídos, em 1926, em vários municípios do Oeste e do Seridó para combater a Coluna Prestes. É claro que o número de armas distribuídas foi muito maior. Os números acima referem-se apenas ao que o governo conseguiu reaver dois anos após o episódio.

Para perpetuar a memória daquele que fora o organizador da defesa do nosso território contra a Coluna Prestes, colocaram o nome de coronel João Pessoa no então distrito de Baixo de Nazaré, pertencente ao município de São Miguel. Em 19 de dezembro de 1963, o governador Aluísio Alves criou o município de coronel João Pessoa.

215 NONATO, Raimundo. *Os Revoltosos em São Miguel (1926)*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1966, p. 105.

beleceu os seguintes princípios de inelegibilidade para o cargo de governador:

Não podem ser votados para o cargo de governador:

I – O governador que tenha exercido o mandato no período anterior;

II – Os seus substitutos em exercício na ocasião da eleição ou até três meses antes;

III – Os parentes consanguíneos e afins até o terceiro grau, do governador ou substituto em exercício por ocasião da eleição ou até três meses antes (Art. 39)

Pelo item I, ele impossibilitou a candidatura de Alberto Maranhão no pleito de 1919, se este pretendesse voltar ao Palácio Potengi. E pelo item II, ele inviabilizou a possível candidatura do Dr. Augusto Tavares de Lyra, cunhado de Alberto Maranhão. É importante lembrar que a Constituição Federal, de então, estendia as inelegibilidades somente até o segundo grau de parentesco.

A redação dada ao Art. 5º da referida lei eleitoral eliminava pretensões da oligarquia Maranhão ao Congresso Legislativo. O referido artigo ficou assim definido: Não podem ser votados para deputados ao Congresso Legislativo:

I – O governador;

II – O chefe de polícia;

III – Os magistrados vitalícios;

IV – Os funcionários federais remunerados.

Esse item IV tinha endereço certo: o Dr. Paulo Júlio de Albuquerque Maranhão, filho do Dr. Pedro Velho e, portanto, sobrinho de Alberto Maranhão e cunhado de Augusto Tavares de Lyra.

Apesar de ter sido o deputado estadual mais votado no pleito de 3 de setembro de 1916, foi para o Rio de Janeiro ser funcionário público do Distrito Federal, emprego arranjado por Amaro Cavalcanti, a pedido de Augusto Tavares de Lyra. Para tornar-se elegível no Rio Grande do Norte, ele teria de deixar o emprego e retornar ao Estado.

Com essa legislação em vigor, Ferreira Chaves preparou-se para alijar da política do Estado a oligarquia Maranhão. Quando chegou o momento de o governador Ferreira Chaves organizar a lista dos candidatos do Partido Republicano Federal ao Congresso Legislativo do Estado, nas eleições de 1º de setembro de 1918, ele excluiu o Dr. Paulo Júlio de Albuquerque Maranhão, colocando em seu lugar o coronel João Juvenal Pedroza Tinôco, candidato à reeleição. Essa exclusão foi a gota d'água para consumir o rompimento da oligarquia Maranhão com o Desembargador Ferreira Chaves.

A fim de averiguar as verdadeiras causas dessa atitude, o senador A. Azevedo, a pedido de Tavares de Lyra, telegrafou ao governador Chaves pedindo explicação: “Rio, 31 de agosto – Tendo exclusão do Paulo da chapa estadual causado aqui certa impressão na roda amigos nossos, peço meu querido amigo dizer-me o que há sobre este caso, a fim de evitarmos explorações [...]”.²¹⁷ A resposta veio incontinenti, dada nos seguintes termos:

Natal, 1º de setembro. – Cordial agradecimento à carinhosa manifestação da sua excelente amizade, que sabe quanto prezo; seu telegrama porém causou-me profunda estupefação. Não poderia supor que fato tão simples e sem significação alguma determinasse movimento no seio dos nossos amigos aí, a ponto de obrigá-los a telegrafar-me. Paulo foi por meu próprio movimento, sem sugestão de alguém eleito para um biênio, tendo por vantagens pessoais que me alegou, deixado de comparecer à segunda sessão, requerendo e conseguindo licença com subsídio, fato único nos anais do Congresso Estado. Deixou de ser novamente incluído porque, exercendo emprego remunerado no Distrito Federal, está incompatibilizado em face da lei estadual, além de que sendo noivo aí, a reeleição só lhe podia trazer incômodos e prejuízos que me pareceu razoável evitar. Não posso atinar qual seja o amigo a quem você se refere. Seja quem for pode tranquilizá-lo afirmando não

217 Comentários do desembargador Ferreira Chaves à Carta Aberta do Dr. Tavares de Lyra. Natal: Tipografia Comercial]. Pinto & Cia., 1919, p. 13.

ter havido nem poderia haver propósito algum de ordem pessoal ou política.²¹⁸

Inconformado com a eliminação do seu cunhado Paulo Maranhão e com tudo o que vinha acontecendo de negativo em relação aos seus correligionários, Tavares de Lyra rompeu definitivamente com Ferreira Chaves através de uma *Carta Aberta* dirigida aos seus amigos e correligionários, publicada no Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1918. No Rio Grande do Norte, esse documento circulou de mão em mão, em forma de plaquete. Nele, entre outras coisas, Augusto Tavares de Lyra disse o seguinte:

Peço que me releve dizer-lhe na confiança de sempre a surpresa que me causou a leitura da chapa de deputados ultimamente publicada. Não foi incluído o nome de Paulo, sendo, entretanto, mantido o de alguém que, a meu ver, não devia nela figurar. Não me iludo sobre a significação que ao fato procurarão dar aqueles que de há muito vêm criando em torno do meu nome uma atmosfera propícia a todas às explorações.

Resolvi por isso afastar-me da atividade política aí. Saudações. Se me fosse dado alimentar ilusões nos tempos que correm, em que cada dia que passa, mata uma esperança e traz um desengano cruel, eu teria, por certo, experimentado um golpe bem rude com a resposta que recebi. Lendo-a, tive a impressão de que S. Exa. a escrevera sob a influência de irrefletido arrebatamento. Falara, pela sua pena, ao escrevê-la, a voz da paixão. Começava por uma ligeira insinuação, depois da qual S. Exa. declarava que o fato que determinara o seu despacho era destituído de qualquer alcance pessoal ou político; justificava a exclusão do Dr. Paulo Maranhão da chapa com uma inelegibilidade que não existe em lei (esta incompatibiliza os funcionários federais e ele é inspetor escolar municipal), alegando, ademais, as circunstâncias de que ele era noivo, não convindo fazer uma viagem incômoda e dispendiosa, e aceitara uma

218 Comentários do desembargador Ferreira Chaves à Carta Aberta do Dr. Tavares de Lyra. Natal: Tipografia Comercial J. Pinto & Cia., 1919, p. 14.

nomeação do Ex. Sr. Dr. Amaro Cavalcanti, que S. Exa. entendia ser adversário, embora não fosse político militante no Estado; dava como motivo do reparo que eu fizera a inclusão de alguém na mesma chapa (a meu ver, não devia nela figurar, foi o que eu disse) o fato de ser meu desafeto, quando a razão fora a recusa em dar um voto de natureza política, na sessão legislativa do ano passado, estando no desempenho de mandato conferido pelo partido; justificava o seu procedimento e entrava na apreciação de fatos, dos quais alguns não ocorreram e foram, sem dúvida, transmitidos por informantes mendazes; fazia, afinal, um apelo para que eu voltasse a prestar no Senado os meus serviços, atenuando assim as considerações que expendera anteriormente.

Essa é a súmula da resposta. Depreendem-se, porém, de suas entrelinhas estes dois pontos capitais:

– *O crime de ter o Dr. Paulo Maranhão aceito uma nomeação do Ex. Sr. Dr. Amaro Cavalcanti*, que era delegado do mesmo governo a que eu pertencia, que é meu amigo pessoal e que tem prestado relevantes serviços à República, em vários pontos de destaque;

– *não subordinar eu as minhas relações pessoais ao controle partidário*, como jamais estranhei que qualquer homem político o fizesse, conforme sucedeu e sucede com S. Exa. que, nem por isso, foi ou é suspeitado pelos seus correligionários.

O missivista concluiu a sua Carta Aberta dizendo:

Não serei concorrente a posições políticas, como prêmio de comportamento ou obediência; em mim, individualmente, reconheço autoridade no Estado para orientar minha política, desde que fiquei órfão dos conselhos de Pedro Velho – cuja memória e cujas lições são e serão sempre para mim ímoredouras.

Nada pretendo, nada desejo. Não serei, entretanto, indiferente aos legítimos interesses do Rio Grande do Norte, nem

à sorte dos velhos e generosos da boa e da má fortuna. Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1918. Tavares de Lyra.

A resposta de Ferreira Chaves

Diante da repercussão que teve a Carta Aberta, a resposta de Chaves de imediato publicada na imprensa local e, depois, enfeixada numa plaquete sob o título: “Ao Estado e ao Partido Republicano Federal do Rio Grande Norte: Comentários do desembargador Ferreira Chaves à Carta Aberta do Dr. Tavares de Lyra.” Esse documento é importante para a história do Grande do Norte porque revela alguns aspectos da política oligárquica por quem viveu de dentro na condição de um leal *attaché*.

Chaves inicia revelando o desprezo a que era submetida a Comissão Executiva do Partido Republicano Federal. Diz ele:

Durante as chefias dos Drs. Pedro Velho e Alberto Maranhão os correligionários do poderoso núcleo de que até ontem o Sr. Dr. Tavares de Lyra era um dos marechais, só se lembravam de que havia nele uma Comissão Executiva, quando esta aparecia assinando deliberações dos dois chefes. Mesmo os grandes atos, aqueles de cuja deficiência se poderiam esperar modificações reais na estrutura do partido, como a organização de chapas para a eleição de governador e deputados federais e estaduais, obedeciam exclusivamente aos critérios dos referidos chefes e do Dr. Tavares de Lyra, acontecendo por diversas vezes que íntimos, não raro diretamente interessados, desconheciam até a última o próprio destino.²¹⁹

Além de ter conseguido com Ferreira Chaves a re-eleição do seu irmão Lyra, ao Senado, o Dr. Tavares de Lyra queria ser candidato

219 CHAVES, Ferreira. Ao Estado e ao Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte: Comentários do desembargador Ferreira Chaves à “Carta Aberta” do Dr. Tavares de Lyra. Natal: Tipografia Comercial J. Pinto & Cia., 1919, p. 5.

ao governo do Estado. Para isso, a imprensa de Ceará-Mirim antecipou-se no lançamento candidatura. Conta Ferreira Chaves:

[...] que o Correio da Semana, do Ceará-Mirim, de acordo com o Dr. Alberto Maranhão, faltando quase dois anos para o término do atual sextênio, conforme se dizia publicamente, começou a propaganda da candidatura do Sr. Dr. Tavares de Lyra ao cargo de governador do Estado. Esperei que S. Exa. mandasse dizer ao órgão do partido que nada tinha a ver com isso, uma vez que o Correio era um suspeito; esperei debalde longos meses, até que o mais obstinado silêncio de sua parte e certos atos prudentes, mas comprovatórios de uma atitude pública, deram lugar à inserção de uma nota n' *A República*, o jornal do partido, lembrando os meus direitos de chefe, a quem competia tal iniciativa, quando julgasse oportuno, em companhia e com o apoio dos legítimos representantes da nossa forte agremiação.²²⁰

Adiante, acrescentou Chaves: “[...] o Sr. Dr. Tavares de Lyra jamais quis reconhecer a chefia que me honrara unanimemente o partido.”²²¹

Por que, em 1913, o candidato ao governo do Estado foi Ferreira Chaves e não Tavares de Lyra? Essa indagação é esclarecida pelo próprio Chaves ao revelar declarações confidenciais do Dr. Tavares de Lyra: “. para suceder ao Dr. Alberto Maranhão, só tínhamos a ele e a mim, parecendo mais conveniente que fosse eu o indicado, porque contra ele havia a pecha da chamada oligarquia”.²²²

220 CHAVES, Ferreira. Ao Estado e ao Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte: Comentários do desembargador Ferreira Chaves à “Carta Aberta” do Dr. Tavares de Lyra. Natal: Tipografia Comercial J. Pinto & Cia., 1919, p. 10-11.

221 CHAVES, Ferreira. Ao Estado e ao Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte: Comentários do desembargador Ferreira Chaves à “Carta Aberta” do Dr. Tavares de Lyra. Natal: Tipografia Comercial J. Pinto & Cia., 1919, p. 20.

222 CHAVES, Ferreira. Ao Estado e ao Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte: Comentários do desembargador Ferreira Chaves à Carta

Finalmente, termina Ferreira Chaves o seu comentário dizendo: “Fez mal S. Exa., o Sr. Dr. Tavares de Lyra publicando a Carta Aberta, que vai ficar na história política do Rio Grande do Norte como um singular atestado de egoísmo e contradição”.²²³

Os Candidatos

A oposição ao Desembargador Ferreira Chaves passou a ser feita pelos Srs. Tavares de Lyra, Amaro Cavalcanti, Alberto Maranhão, João Lyra, Afonso Barata e Georgino Avelino. Segundo a observação de *A República*, tratava-se de “quatro parentes e dois estranhos”. É interessante ainda observar que, uma vez consumado o rompimento, quase todos os penhistas que lutaram bravamente para derrubar a oligarquia Maranhão em 1913, e por ela humilhados e chicoteados com cipó de boi, ficaram ao lado de Tavares de Lyra e de Alberto Maranhão.

Em abril de 1919, ano da sucessão de Ferreira Chaves, os oposicionistas fundaram o jornal *A Opinião* para combater o governo. Era diretor proprietário desse órgão o Sr. Antônio Alves e o gerente era o coronel Lins Caldas. No subtítulo, o jornal se proclamava “órgão político e independente”.

Por sua vez, o partido situacionista contava com o apoio dos jornais *A República* e *Imprensa*, sendo este último de propriedade do coronel Francisco Cascudo.

No dia 24 de maio de 1919, o Partido Republicano Federal realizou sua convenção escolhendo o Dr. Antônio José de Melo e Souza como candidato ao governo do Estado, e o Dr. Henrique Castriçiano como candidato a vice-governador.

Aberta do Dr. Tavares de Lyra. Natal: Tipografia Comercial J. Pinto & Cia., 1919, p. 26.

223 CHAVES, Ferreira. Ao Estado e ao Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte: Comentários do desembargador Ferreira Chaves à Carta Aberta do Dr. Tavares de Lyra. Natal: Tipografia Comercial J. Pinto & Cia., 1919, p. 27.

Por sua vez, o Partido Republicano Constitucional do Rio Grande do Norte, de oposição, apresentou os seguintes candidatos: para governador, o Dr. João Dionísio Filgueira, e para vice, o Dr. João Gurgel de Oliveira.

À medida que se aproximava o pleito de 5 de outubro de 1919, os dois grandes líderes – Ferreira Chaves e Alberto Maranhão – trocaram violentos insultos revelando, às vezes, episódios do passado político do Rio Grande do Norte que a maioria da população desconhecia.

A Campanha Sucessória

A partir de junho de 1919, o jornal *A República* começou a campanha sucessória atacando a honorabilidade dos governos Tavares de Lyra e Alberto Maranhão, publicando desmandos administrativos. A primeira acusação foi quanto à utilização de máquinas agrícolas do Estado nas propriedades do Dr. Alberto Maranhão e do seu irmão Fabrício. As máquinas eram transferidas primeiramente para a fazenda Jaçanã de propriedade do Estado, situada em Ceará-Mirim, e depois transportadas para a fazenda Califórnia, de propriedade de Alberto Maranhão, assim como para as propriedades de Fabrício Maranhão, no município de Canguaretama.²²⁴ Vale salientar que *A República* publicou uma relação das máquinas e utensílios transferidos para Jaçanã, assinada pelo Sr. Theodósio Paiva, diretor do Almoarifado Geral.

Alberto Maranhão defendeu-se dessas acusações, escrevendo para o jornal *A Opinião* as seguintes considerações:

Nunca eu poderia supor que S. Exa., depois de ter me declarado, no dia de sua posse e em presença de minha família, que eu continuaria a governar (palavras textuais de S. Exa. numa demonstração de gentileza cativante), fosse atender logo depois a insinuações perversas e malsãs de inimigos meus, gratuitos e rancorosos, mandando levantar listas de

224 *A República*, As máquinas da fazenda Jaçanã, 4 de junho de 1919.

objetos fornecidos à fazenda Jaçanã e ali não encontrados mais." [Após lembrar o que fizera pelo Des. Ferreira Chaves, afirmou]: "[...] me tivesse pedido explicações do aparente descaminho das tais máquinas de Jaçanã, não me teria feito a cruel injustiça de supor-me capaz de furtar pequenos utensílios no valor de 5.000\$000."²²⁵

A partir de então, Alberto Maranhão defendeu-se acusando, esquecido de que, quem se defende acusando, está se autocondenando. Vejamos as acusações:

Sabe o Dr. Ferreira Chaves que tive de ordenar muitas e muitas despesas de caráter reservado durante os últimos tempos de meu governo. Sabe S. Exa. que, a pedido do Dr. Eloy de Souza, seu companheiro de viagem na excursão que fez ao sertão, em serviço de sua própria candidatura, foi a despesa de viagem custeada pelo Tesouro. Há recibos de S. Exa. de quantias que lhe foram dadas para manutenção no Rio de Janeiro de delegados de meu governo ao serviço de autonomia do Estado na época tormentosa da "salvação". Como S. Exa., outros também receberam recursos do Estado para fins legítimos. Eu não me apropriava de dinheiros públicos. Despendia pelas verbas autorizadas de eventuais diligências e outras quantias indispensáveis a garantir a existência no Rio e em outros pontos de amigos do Governo, na defesa intransigente do Estado, ameaçado de subversão. S. Exa. foi um desses dignos auxiliares do meu governo, que pôde, afinal, garantir a ordem no Estado, assegurando a eleição de S. Exa. Somente eu não resolvi pedir os recibos de S. Exa. para o Tesouro, nem exigir demonstração de despesas de caráter reservado. Muitas destas, como S. Exa. sabe, foram pagas por correspondentes particulares meus no Rio e em outros lugares. Para pagar uma parte deste dispêndio, adquiri, sem nova guia de recolhimento, os tais utensílios do Estado não utilizados na fazenda Jaçanã, por ter sido esta destinada para a construção da Usina de Açúcar, que a guerra dos Balcãs não permitiu depois se fundasse no Ceará-Mirim.

225 *A Opinião*, 1º de julho de 1919.

Foi excluída desse recebimento a máquina de farelo a que me referi em outra carta, de custo de 1.017\$500, por ter sido condicional a entrega, e foram acrescentados outros objetos, também já não utilizados pelo Estado. A operação não foi regular, mas posso afirmar que o prejudicado fui eu, visto os tais objetos não valerem mais os preços de aquisição quando mandei recebê-los. Eu poderia ter mandado pagar por eventuais os dinheiros dados ao Dr. Chaves e outros amigos para a defesa legítima do Estado, vendendo depois por qualquer preço os utensílios aludidos, como fez meu ilustre sucessor com a barca Progresso.

Depois desta singela explicação de irregularidade que o Sr. governador encontrou há 6 anos para fins agora declarados contra mim, pode S. Exa. ordenar-me que recolha ao Tesouro os 4:505\$520 da lista de *A República* que tenho sob a vista, mas é justo que o Dr. Ferreira Chaves, que me dá, assim, um prejuízo certo, porque, a mim, por sua vez, essa quantia, pois ela faz positivamente parte da que lhe mandei dar no Rio para fins legítimos, como assim se declara. Mas desde que aqueles dois ilustres amigos e auxiliares de ontem mandaram hoje que eu diga para que serviu o produto, aliás acima do justo valor, do ferro velho de Jaçanã, fui obrigado a recorrer a meu livro de notas e lá encontrei, entre outros pagamentos feitos particularmente por mim, de conta do Estado, os seguintes:

A Teixeira Borges & Cia., do Rio:

Pago ao *Senador Ferreira Chaves*, de 6 de março a 9 de dezembro. Total: 8:150\$000

Pago ao *Dr. Eloy de Souza*, de 29 de dezembro de 1900 a 8 de agosto de 1913. Total: 4:650\$000

Como se vê, somente aí, nessas despesas honestamente realizadas por aqueles dois então elementos correligionários meus, há sobras para a justificação da entrega dos célebres utensílios. Mas não foram só aquelas as despesas de ordem reservada que tive de realizar, aliás autorizadas e aprovadas pelo Congresso, todas elas tendentes a garantir uma ordem

dentro da qual se pudesse realizar a eleição de meu nobre amigo daquela época – o ilustre Dr. Ferreira Chaves.²²⁶

Mas, o ataque de Alberto Maranhão não parou aí. Sempre através do jornal *A Opinião*, ele acusou de ilegal o governo de Ferreira Chaves. Argumentava que o Congresso Constituinte, reunido em 25 de março de 1915, determinara que o mandato do governador não seria mais de seis anos, e sim de quatro anos. Por isso, desde 31 de dezembro de 1917 que o governo de Ferreira Chaves era ilegal perante a jurisprudência do país. Em defesa da sua tese, Alberto Maranhão solicitou o parecer do Dr. F. Pinto de Abreu, que sustentou este ponto de vista: “Retroagem as leis políticas, porque não conferem a ninguém direitos adquiridos”. Inferiu desse argumento que o governo de Chaves era ilegal a partir de 31 de dezembro de 1917.

Para defender-se de tão grave acusação, o governador solicitou o parecer do grande jurista, Dr. Clóvis Beviláqua, que foi naturalmente favorável ao desembargador Ferreira Chaves

A partir de então, a campanha radicalizou-se cada vez mais. Para desmoralizar o coronel Fabrício Maranhão, chefe político de Canguaretama desde a Proclamação da República, o governador mandou desarmar os seus correligionários mais exaltados. Enquanto isso, Chaves mandava *A República* publicar, em setembro de 1919, várias acusações de corrupção praticada por Alberto Maranhão, quando era governador. Começou com o “caso das casas”. Dizia *A República* de 24 de setembro de 1919 o seguinte:

O Dr. Alberto Maranhão, antes de assumir o Governo, transferiu a terceiro a propriedade do prédio que construiria no Monte Petrópolis. No Governo, S. Exa. o readquiriu e por preço superior ao da primitiva transmissão para o patrimônio do Estado. Em seguida, comprou também, para o patrimônio do Estado, outro prédio no mesmo Monte, à respeitável pessoa de sua família. E não satisfeito com essas

226 *A Opinião*, 1º de junho de 1919.

duas aquisições, fez terceira, comprando a seu cunhado, major Pio Barreto, a casa deste, sita no mesmo local.

Foi no seu primeiro governo, de 1900 a 1903, que S. Exa. construiu o prédio “Monte Petrópolis” em que, por informações de competentes e de pessoas autenticamente informadas, sabemos que gastou, ou mais acertadamente, gastou-se quantia superior a sessenta contos de réis.

Foi no segundo governo que construiu o suntuoso prédio do “Tirol”, no qual afirmam ainda os competentes, despendeu-se não menos de 70 contos.

Sob o título “O Juízo do Dr. Alberto Maranhão”, o mesmo jornal, de 25 de setembro de 1919, fazia a seguinte revelação:

O Dr. Alberto Maranhão exercia o mandato de governador do Estado. Possuía, há poucas léguas da Capital, uma fazenda onde, ao tempo da “salvação”, criara uma Companhia do Batalhão de Segurança, a qual empregava-se exclusivamente no cultivo dos campos do honrado governador. O salário era o saldo das arcas do Tesouro e era pago aos trabalhadores, isto é, aos soldados, pelo administrador da fazenda, nomeado por S. Exa. Alferes em comissão, que deduzia, para si ou para outrem, certa percentagem dos pagamentos que efetuava. E no meio dos soldados, misturados com eles, com eles confundidos, empregados no mesmo labor, uns tantos réus da polícia, pronunciados em crimes inafiançáveis no mesmo município e município vizinho, todos sob o amparo e proteção do esclarecido, cauto e portentoso governador!

Nessa mesma edição, o referido jornal levantava o caso da Soia. Ei-lo:

O Dr. Alberto Maranhão não deve esquecer o caso da Soia, a célebre barca adquirida pelo ex-governador para o serviço de passagem do Potengy, em cujo bojo, segundo uma versão corrente naquela época, viajava dos estaleiros da conhecida firma de Hamburgo para os domínios do coronel Fabricio Maranhão, na Penha, uma serraria completa, cujo mate-

rial “marchou” também na isenção de direitos aduaneiros concedida ao Estado pelas leis fiscais.

Outra pesada acusação que o governador Ferreira Chaves fez a Alberto Maranhão foi em relação à Fazenda Modelo, em 29 de setembro daquele mesmo ano. Em matéria intitulada “O Malfadado Empréstimo”, o jornal *A República* publica o seguinte: “Os contratantes obrigam-se a estabelecer nas vizinhanças desta capital, *dentro do prazo de dois anos*, a contar desta data, em terrenos apropriados nas várzeas das torrentes periódicas do vale do Potengi, um *Campo de Demonstração Agrícola* para o cultivo sistemático e racional da lavoura e sua exploração”. Assim, rezava a primeira cláusula do contrato assinado em abril de 1910 entre o governo do Estado e a firma Francisco Solon & Cia., por 900 contos de réis. Nada se fez para cumpri-lo. Terminou o Dr. Alberto Maranhão baixando um decreto em 1912 pelo qual cedeu ao Governo Federal a fazenda Jundiaí, onde foi implantado o citado Campo de Demonstração Agrícola.

É importante lembrar que essas e outras acusações foram feitas em 1913 pelo jornal oposicionista *Diário do Natal* durante a campanha do capitão José da Penha. Agora, em 1919, foi o próprio órgão oficial do Estado que trouxe à tona essas acusações contra o Dr. Alberto Maranhão em obediência às determinações do governador Ferreira Chaves.

Contra o Dr. Tavares de Lyra, *A República* só destacou a violência do seu governo, publicando no dia 27 de setembro de 1919, sob a epígrafe *Bondade do Cacete*, a lista das pessoas surradas em Natal entre 25 de março de 1904 e 5 de novembro de 1906. De acordo com o jornal, esses “felizardos” foram os seguintes: Joaquim Antunes das Mercês, Manuel Luiz, Manuel Fernandes, Júlio de Tal, Joaquim Pinto, João Carneiro, Joaquim Grude, Mário Fernandes, José Engajado, José Matulão, Manuel Remigio, José Guedes, Machadinho, Martinho da Lancha, Georgino Avelino e Nizário Gurgel.

A Vitória do Governo

No dia 5 de outubro de 1919, realizou-se em todo o Rio Grande do Norte o pleito para eleger o governador, o vice e alguns deputados estaduais.

Empregando os mesmos métodos que a oligarquia Maranhão utilizara quando estava no poder, o desembargador Ferreira Chaves conseguiu eleger o seu sucessor, obtendo uma vitória esmagadora sobre os seus adversários. Assim, o candidato situacionista, Dr. Antônio José de Melo e Souza, recebeu 8.088 votos, isto é, 82,20% do total, enquanto o Dr. João Filgueira, da oposição, ficou com 1.752 votos (17,80%). O resultado para o cargo de vice-governador foi semelhante: Dr. Henrique Castriciano, da situação, obteve 8.115 votos (81,91%), enquanto o Dr. João Gurgel recebeu apenas 1.792 votos (18,09%).

Curioso é se observar que os candidatos opositores não ganharam em nenhum município. Além disso, dos 37 municípios, em doze, a oposição não recebeu nenhum voto.

Essa derrota selou definitivamente o fim da oligarquia Maranhão no Rio Grande do Norte, cujo domínio se estendeu de 1890 até 1918, ou seja, vinte e oito anos.